

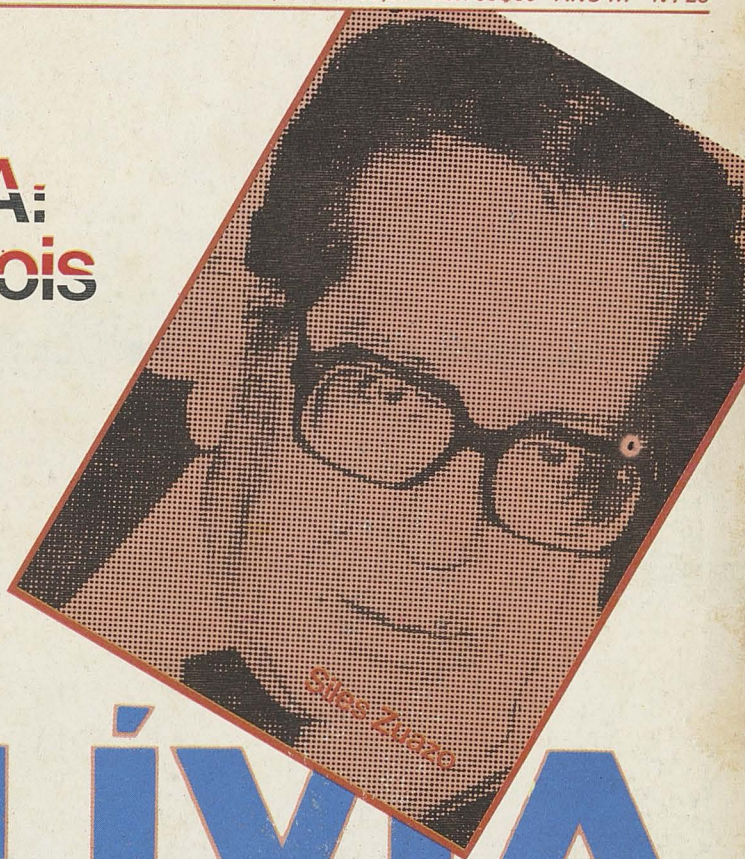
cadernos do

# terceiro mundo

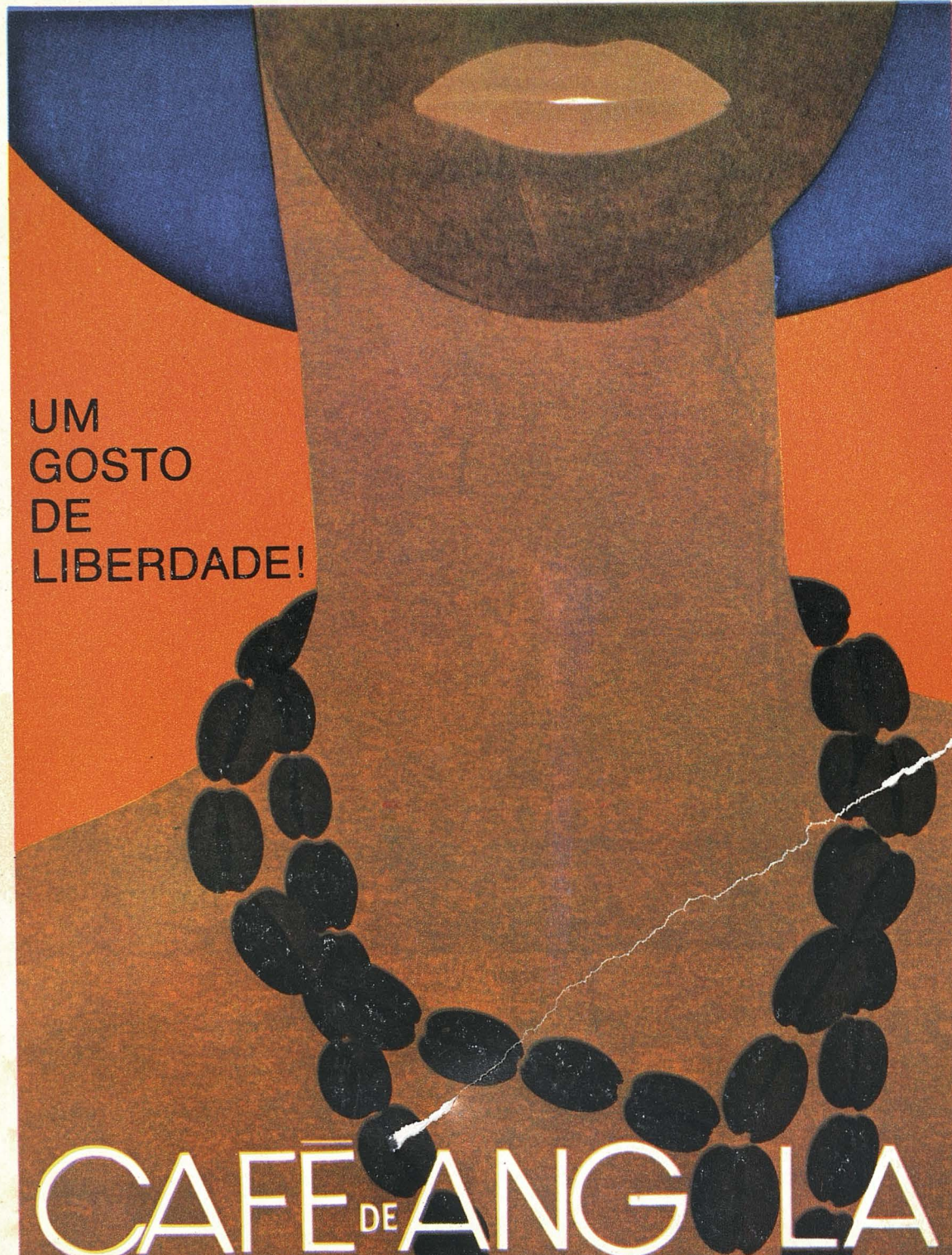
EXCLUSIVO  
O AFGANISTÃO HOJE

Revista Mensal • Agosto • 1980 Cr\$ 80,00 • Kz 60,00 • MT 60,00 • PG 60,00 • CV 60,00 • Esc. 60\$00 ANO III • Nº 26

**NICÁRAGUA:**  
**NICARAGUA:**  
um ano depois  
da vitória



**BOLÍVIA**  
**CRESCER A**  
**RESISTÊNCIA**



UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 7367123 CP. 342  
Telex EN CAFE LUANDA

## Nesta edição

3 Carta aos leitores: América Latina, monopolizando a edição

4 **Editorial** — Os sete grandes contra a OPEP

**Documento:** Nicarágua — Um ano depois da vitória

8 Revolução Ano I, *Cristina Canoura e Roberto Remo*

10 Nosso maior feito: a vitória

17 Unidade Nacional e Poder Popular

22 Reforma Agrária: um projeto agroindustrial

28 Aprende a ler: um sonho camponês

34 Um banqueiro na revolução

### América Latina

**Matéria de capa:** Bolívia — Cresce a resistência

40 Um golpe a la Pinochet, *Pablo Piacentini*

43 Cresce a resistência, *Renato Andrade*

48 A quartelada dos cocadólares, *Gregório Selser*

51 **Peru:** O continuísmo de Belaúnde, *Rafael Roncagliolo*

54 **Brasil:** De João a João, um abismo de idéias, *Herbet Souza*

### Ciência e Tecnologia

60 **Brasil:** SBPC — A ciência pela democracia, *Nilton Caparelli*

### África

66 **Saara:** Frente Polisário, sete anos de luta, *Roberto Bardini*

72 **Moçambique:** Autocrítica da Frelimo, *Antônio Makwala*

76 **Madagascar:** No meio do mar, as conquistas do povo malgaxe, *Mia Couto*

### Mundo Árabe

80 **Iraque:** Bagdá prepara-se para a Reunião dos Não-Alinhados, *Beatriz Bissio*

### Ásia

**Especial** — O Afeganistão hoje

82 A vida difícil de um Estado Tampão, *Wilfred Burchett*

86 Depois da tormenta, a unidade nacional e a reconstrução do país

88 Educação, uma campanha contra 95% de analfabetos

92 Soraya, a luta pelos direitos da mulher afegã

98 **Sri Lanka:** À beira da bancarrota, *M. Venugopala Rao*

102 **Panorama Tricontinental**

107 **Comunicação**

### Cultura

108 Poemas africanos de Daniel Ortega

# cadernos do terceiro mundo

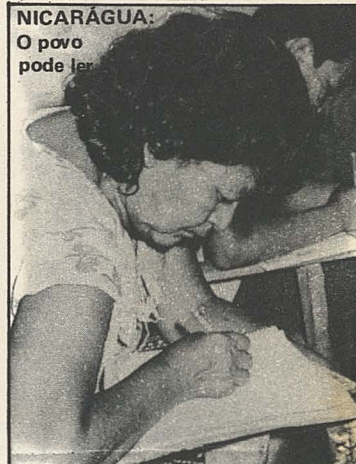
cadernos do  
terceiro  
mundo

NICARÁGUA:  
um ano depois  
da vitória



## BOLÍVIA CRESCER A RESISTÊNCIA

NICARÁGUA:  
O povo  
pode ler



SAHARA: tanque marroquino  
capturado pelo Polisário



Editor Geral  
Neiva Moreira

Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

N.º 26 Edições em português

Edições em espanhol N.º 40

▲ BRASIL  
Diretor e Editor  
Neiva Moreira

Diretor Administrativo  
Altair Campos

Secretário de Redação  
Nilton Caparelli

Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Arte  
David Gomes Araújo (Editor)  
Maria Nakano

Revisão  
José Gondim

Publicidade  
Jesus Antunes

Circulação  
Mauro Fernandes de Sousa

Documentação e Arquivo  
Maria Goretti Moreira e  
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Lapa, 180 (sobrela "A")  
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SR/DFP  
Protocolo n.º 008915  
Composição: SERTHEL Editora Ltda.  
Rua da Lapa, 180 — 506/507  
PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 80,00  
Assinatura anual: Cr\$ 900,00

▲ ANGOLA • CABO VERDE •  
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •  
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor  
A. L. Campos

Administração  
Ernesto Pádua

Redação  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
João Escadinha

tricontinental editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/1.º  
telefone 32 06 50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola  
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

Editor  
Roberto Remo

▲ MÉXICO • AMÉRICA CENTRAL •  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Gerente Geral  
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —  
Escritório: calle San Lorenzo, 153, 4.º Piso —  
México, 12 DF. telefono 559 3013 —  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572 —  
México, 20, DF.

▲ BOLÍVIA • CHILE • COLOMBIA •  
EQUADOR • PERU e VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Telefono 724-712

Edição em inglês N.º 7

▲ ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •  
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor  
Fernando Molina

Editor Consultivo  
Celdric Beifrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países  
Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iêmen Democrático — Índia — Indonésia — Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade e Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

## DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306 — Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Books-ter, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRE-TANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6; Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manáguá, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paraména, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar-ka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

# América Latina, monopolizando a edição

A idéia de se fazer uma grande matéria sobre a revolução nicaraguense veio do México. Roberto Remo, nosso editor naquele país, entrevistara Tomás Borge, Ministro do Interior, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e o único sobrevivente entre os fundadores da Organização (*cadernos* nº 25). Na conversa entre os dois, Borge abriu as portas da Nicarágua para que vissemos e ouvíssemos tudo o que nos interessasse sobre a revolução no país. A Nicarágua comemorava um ano da derrubada de Somoza e era um bom momento para se procurar saber a quantas iam as metas, as intenções, os problemas e os resultados desse período. A resposta está aqui, neste número 26 de *cadernos*, onde dedicamos 32 páginas às conquistas do povo nicaraguense: reforma agrária, alfabetização, o problema econômico, a unidade nacional — uma visão bem ampla das principais atividades desenvolvidas hoje para a reconstrução do país.

Um outro destaque da América Latina nesta edição são as 11 páginas dedicadas ao lamentável golpe de direita (a la Pinochet, como García Meza se orgulhou em rotular a sua participação reacionária na História) na Bolívia. A importância deste acontecimento, que explodiu quando esse número já estava praticamente fechado, nos obrigou a reformular toda a nossa programação, inclusive a capa, dedicada exclusivamente à Nicarágua. Mas valeu o esforço e o pequeno atraso no lançamento desta edição de agosto. Acreditamos que mais importante do que cumprir os prazos industriais de fechamento e impressão é informar e esclarecer, de um ponto de vista progressista, os processos

políticos do Terceiro Mundo. No caso da Bolívia, a situação torna-se ainda mais dramática para nós — editores, colaboradores e funcionários de *cadernos* — pelo envolvimento de Siles Zuazo com a nossa publicação. Ele é nosso colaborador e amigo, um combatente cuja atual resistência é coerente com a sua vida de lutador pelas causas do seu povo.

Nessas nossas andanças pelo Terceiro Mundo estivemos também em Moçambique, Angola, Madagascar, Botswana e Iraque.

Esse giro pelo mundo termina na Ásia, com uma reportagem sobre a situação econômica do Sri Lanka, envolvido até o pescoço com o FMI, e um excelente trabalho de Wilfred Burchet, membro do nosso Conselho Editorial, contando o que está sendo feito hoje no Afeganistão, como foi ontem e como poderá ser amanhã. É uma matéria especial, de 16 páginas, com entrevistas exclusivas e uma informação bem diferente daquelas que costumam estampar as primeiras páginas da grande imprensa.

Esse terceiro número da edição brasileira, com bem menos falhas que os dois números anteriores, ainda não o consideramos ideal. Em termos do conteúdo, da informação, acreditamos que já estamos atingindo quase que plenamente os nossos objetivos. Mas uma revista não é só isso: uma infinidade de outros problemas influem no seu acabamento final. As perspectivas são boas, o nosso otimismo maior. Portanto, não há o que temer: *cadernos do terceiro mundo* veio para ficar — cada vez melhor.

## CARTA DOS LEITORES

Por indicação de um amigo comprei a revista. Não houve nenhuma revista ou jornal brasileiro que tivesse visto tão bem a razão das visitas do Papa, principalmente aos países do Terceiro Mundo. *Ángela Melquíades, Rio, Brasil.*

(..) A nova apresentação da nossa revista, no meu entender, é bem melhor que o anterior, mas dificulta a encadernação. Se tiverem que fazê-lo novamente, façam-no em número múltiplo de seis. *José Renato de Queiroz Buarque, Porto, Portugal.*

(..) Mas a crítica principal é em relação ao leque de países até agora focalizados. A Nigéria, por exemplo, tem sua importância no continente africano, e nunca li nada sobre ela na revista. *Bartolomeu Reis, Maputo, Moçambique.*

(..) Quero também felicitá-los pelo magnífico Guia 1980, que para quem, como eu, é estudante, tem uma grande utilidade. *Cristóvão M. Silva, Bissau, Guiné-Bissau.*

(..) Todos os artigos sobre o meu país foram importantes, mas penso que o tema do petróleo seria mais, pois é a principal fonte de riqueza da República Popular de Angola. *Silva Mendes, Luanda, Angola.*

# Reunião de Veneza

## OS SETE GRANDES

Como se fossem os únicos no mundo, os chamados sete grandes do ocidente concentraram-se na sua última reunião de cúpula, concluída em Veneza no dia 23 de junho passado, sobre o tema que os obseda desde o início dos anos setenta: o petróleo. Os aumentos decididos em 1972 e 1973 pela Opep, constituíram o primeiro caso em que uma associação de produtores conseguiu fixar por si mesma os aumentos para uma matéria-prima com a finalidade de torná-la remunerativa.

Inverteu-se assim, setorialmente, a tendência universal imposta por um punhado de potências capitalistas: estas, os grandes consumidores, determinam segundo as suas necessidades os preços dos bens básicos e os volumes da sua exportação, não importa quais sejam as necessidades dos países exportadores que perfazem a maioria da população mundial e a realidade mais pobre e desvalida do planeta.

A alta do preço do petróleo foi acusada de causar todos os males: recessão e desemprego nas nações industrializadas, agravamento das crises e das grandes dificuldades nos países do Terceiro Mundo não possuidores de petróleo. Esse último ponto era correto, mas somente em parte, dentro do sistema gerado pelo ocidente capitalista que, não há dúvidas, recebeu através do "repasse" a maior parte dos petrodólares: isto é, grande parte dos lucros obtidos pelos exportadores regressaram aos bancos e às empresas do capitalismo central, reforçando-o em termos econômicos e, assim, deixando quase que inalterado o mecanismo da dependência.

Apesar disso, a posição da Opep abalava um dos pilares do desenvolvimento capitalista: a obtenção de energia barata e abundante. Daí os es-

forços ocidentais nos anos passados, orientados no sentido de enfraquecer os membros da Opep. Procuraram forçá-los a reduzir os preços ou, ao menos, não submetê-los a novos aumentos.

Mas, permaneceram válidos dois pressupostos do esquema anterior:

1. As potências capitalistas continuariam as suas políticas de crescimento — e de desperdício — dentro de um esquema de aumento de consumo. Isto significava um repúdio planificado à justa tese de que a crise só poderia ser resolvida por aqueles que a haviam produzido, devido a uma procura desmedida que deveria ser contida.

2. O produto energético básico continuaria a ser o petróleo, por ser o insumo que melhores vantagens relativas oferece. O primeiro ponto — aumento na procura — impossibilitou o êxito daquela estratégia, pois os produtores se comportaram segundo as leis do mercado — inventadas pelo capitalismo liberal — e os preços continuaram em espiral altista.

Esses pressupostos foram nos anos passados literalmente pulverizados. A reunião de Veneza significou a sua eliminação formal e a sua substituição por uma nova estratégia que inclui uma programação em matéria de energia.

Os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, França, Japão, Canadá e Itália tomaram duas medidas fundamentais: conter o consumo e impulsionar novas fontes de energia. O objetivo estatístico é que o petróleo baixe, de hoje a 1990, dos

# CONTRA A OPEP

53 por cento atuais aos 40 por cento, como provedor da energia consumida pelas sete grandes potências.

Pode-se ter dúvidas quanto à aplicação a fundo por todas as potências dos planos de expansão de fontes alternativas e, sobretudo, de que algumas medidas de austeridade não sejam exercidas com firmeza. E isso faria variar somente alguns graus de porcentagem, mas não a direção geral da estratégia.

Convém, então, reconhecer-se que foi adotada uma política cujas repercussões influirão sobre o conjunto da economia mundial, e por essa razão, analisar as suas projeções:

1. O custo da programação energética arrastará, segundo ele, o prolongamento da presente recessão. O termo não tem, nem de longe, o alcance pelo qual é conhecido no Terceiro Mundo. Isso significa piorar níveis de vida já miseráveis, e não aceitar que um nível de vida alto deva melhorar lentamente. E os efeitos serão muito desiguais. A recessão capitalista golpeia sempre mais os países subdesenvolvidos dependentes. Encarece as suas importações industriais, dificulta e deprecia as suas exportações, isto é, torna ainda mais desfavoráveis os termos do intercâmbio, exceto, é claro, os produtores de petróleo. Os sete grandes não previram a aplicação de paliativos para essa situação.

2. O objetivo declarado consiste em eliminar a dependência das potências capitalistas em relação ao petróleo em geral, e à Opep em particular. A reunião de cúpula anterior em Tóquio, havia dado um primeiro passo. Decidiu-se adotar um teto nas importações até 1985, meta que agora

continua estabelecida até 1990. Esta decisão e o desenvolvimento de novas fontes de energia tendem a provocar a reversão do quadro presente. Se considerarmos que atualmente não há escassez de petróleo, o atingir das metas faria com que a oferta de petróleo superasse a procura. E espera-se com isso, dobrar a Opep.

3. A adoção dessa política de confrontação envolve o conjunto das relações norte-sul. Prevaleceu, mais uma vez, a tese dos Estados Unidos e dos seus aliados mais próximos, segundo a qual devem ser descartadas as negociações globais para resolver os problemas da economia mundial.

Os sete grandes estavam diante de duas opções: uma, encarar o tema da energia dentro das relações gerais entre produtores e consumidores e, portanto, discutir sobre os mecanismos que conciliassem os interesses em jogo, tal como foi tentado, por exemplo, na Conferência Norte-Sul de Paris; a segunda, reafirmar a hegemonia capitalista e, portanto, enfrentar os aumentos do petróleo diretamente, velha postura que prevaleceu. Isso coloca os membros da Opep em primeiro plano, mas trata-se de uma opção que concerne globalmente ao Terceiro Mundo, pois descarta, de fato, o caminho das negociações entre consumidores e produtores. Se já havia pouco do que se esperar dos instrumentos de discussão Norte-Sul criados no seio das Nações Unidas, agora essas vias parecem mais estreitas e obscuras.

Revelador de tal tendência foi o caminho percorrido pelo denominado *Informe Brandt*, que propôs a discussão dos problemas econômicos mundiais em foros onde participem as nações subdesenvolvidas, assim como a transferência de

fundos para os países não produtores de petróleo do Terceiro Mundo. Foi dado um despacho com a seguinte frase: "Acolhemos com interesse o informe da Comissão Brandt e estudaremos cuidadosamente as suas recomendações", o que significa claramente o seu arquivamento, dito segundo a linguagem da diplomacia. Ao contrário, prestigia-se a função das instituições da dependência econômica: os bancos privados e o Fundo Monetário Internacional.

Essa política comum aprovada pelos sete grandes, reflete e projeta diversos acordos entre eles.

Um desses acordos decide pela cessação das pesquisas de petróleo no Médio Oriente e que se dê preferência a outras áreas, em particular à Austrália e à Ásia. E, efetivamente, apesar das estimativas de que 36% das reservas mundiais de hidrocarbonantes se encontram no Oriente Médio, em 1979 foram efetuados investimentos que somam 4,1% dos investimentos totais na exploração do petróleo e gás, enquanto que 62% foram aplicados na Ásia e na África. No entanto, dezoito das maiores companhias petrolíferas do mundo, das quais dezesseis são norte-americanas, monopolizaram 74% das autorizações de exploração fora dos Estados Unidos.

Em Veneza, outorgou-se ao carvão a prioridade como fonte substitutiva de energia, cuja produção será duplicada nos próximos anos. Para isso, deverá ser investida a assustadora soma de 900 bilhões de dólares.

Acontece que as maiores reservas mundiais de carvão se encontram nos Estados Unidos, que poderia manter-se como exportador durante os próximos 200 anos, segundo as avaliações existentes. E, além disso, as companhias petrolíferas

norte-americanas apossaram-se das mais ricas concessões fora do seu território, particularmente na América Latina e na Austrália.

Desse modo, está em jogo um grande projeto, cuja aplicação visa a assegurar para as multinacionais — que são de origem norte-americana na sua grande maioria — o controle das fontes de energia nas próximas décadas.

Uma das conseqüências desse projeto, será uma maior dependência energética dos países europeus aos Estados Unidos. Assim, dentro de uma Europa carente de energia e pobre em matérias-primas, existem setores relutantes em verem-se arrastados pelos Estados Unidos, e sensíveis a negociações globais sobre matérias-primas, incluindo os hidrocarbonantes.

Enquanto os países da Opep vêem-se diante de uma ameaça de envergadura, os países progressistas da Organização estão a favor de aprofundar a solidariedade para com os demais países do Terceiro Mundo, e apresentar uma frente única e compacta para equilibrar as relações Norte-Sul. Mas são neutralizados, no entanto, pelos países conservadores e pró-ocidentais, com a monarquia saudita à frente.

Se essa atitude não for modificada, pode-se prever que a Opep terá que se resignar a ver triunfar o programa de Veneza. A única maneira de superá-lo é a tentativa de um acordo comum entre as partes para que seja imposta a revisão das relações entre consumidores e produtores, no marco de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Somente se houver uma união nesse sentido entre os países do Terceiro Mundo e os países desenvolvidos, em contradição com a intenção norte-americana, essa estratégia poderá ser evitada. □



# TODOS OS cadernos NUM SÓ GUIA...



Preço de lançamento:  
Venda direta Cr\$ 300,00  
ou 320,00 por remessa postal

editora terceiro mundo ltda.

**A publicação independente  
dos países Não-Alinhados**

## Seja Não-Alinhado. Assine agora!

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

O outro lado da verdade!

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 900,00

Cr\$ 1.200,00 (mais o Guia do terceiro mundo)

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

**editora terceiro mundo ltda.**

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

NICARÁGUA

# Revolução ano I



As comemorações pela passagem do primeiro aniversário da Revolução Sandinista da Nicarágua reuniram representantes de 40 países e 20 organizações internacionais. Dentre eles estavam o líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, o líder do Partido Socialista Espanhol, Felipe Gonzalez, o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, o líder metalúrgico brasileiro, Luís Inácio da Silva (Lula), e o Presidente de Cuba, Fidel Castro. Crianças, camponeses e moradores da cidade encheram a Praça dos Trabalhadores, no centro de Manágua, decorada com milhares de lâmpadas de Natal e bandeiras brancas e azuis, da Nicarágua, e vermelhas e negras, dos sandinistas. Uma grande festa para comemorar o 19 de Julho.

**cadernos do terceiro mundo** não poderia deixar de dar um destaque especial para esse acontecimento, que é um estímulo à esperança dos povos latino-americanos e também dos povos de todo o mundo. Roberto Remo, editor de **cadernos** no México, e a jornalista Cristina Canoura viram, numa visita de vários dias à Nicarágua, como estão sendo resolvidos os problemas do país e ouviram dos principais líderes que tipo de soluções foram encontradas para se enfrentar a dependência e o subdesenvolvimento. Moisés Hassan, membro da Junta do Governo de Reconstrução Nacional, faz um balanço político desse primeiro ano de revolução. O Comandante Jaime Wheelock fala da reforma agrária nicaraguense, uma experiência inédita no Terceiro Mundo. O padre Fernando Cardenal, coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização, defende a campanha dos diversos ataques dirigidos do exterior e do interior do país. O Comandante Bayardo Arce, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e Presidente do Conselho de Estado, explica a política de Unidade Nacional exigida pela Revolução. E, finalmente, o banqueiro Arturo Cruz, membro da Junta de Governo, analisa a situação econômica e o sistema nicaraguense de economia mista.



NICARÁGUA

# Nosso maior feito: a vitória

*Moisés Hassan, membro da Junta de Governo de  
Reconstrução Nacional da Nicarágua, faz um balanço  
da revolução sandinista um ano depois do triunfo*

Roberto Remo e Cristina Canoura





Moisés Hassam não veste o uniforme verde-oliva dos comandantes sandinistas, mas sua participação na insurreição contra a tirania de Somoza não foi por isso menos destacada. A ele coube a difícil responsabilidade de organizar a luta clandestina de Manágua. Sua participação foi decisiva para a formação do Movimento Povo Unido, que concretizou a unidade da Frente Sandinista com os partidos de esquerda, sindicatos, estudantes e outras organizações de massa. Na divisão de tarefas da Junta, cabe a ele a responsabilidade dos serviços (energia elétrica, água potável, transporte, construção, comunicações, etc.) bem como a área social (saúde, previdência, etc.) diretamente relacionados com as necessidades mais imediatas do povo.

O balanço político que realiza nesta entrevista concedida aos **cadernos do terceiro mundo** contém, além da autoridade da posição que ocupa, na primeira linha de responsabilidade de governo, o interesse que resulta do seu conhecimento direto dos problemas e aspirações populares.

*Notamos na Nicarágua uma grande preocupação com a evolução dos acontecimentos na América Central, particularmente em El Salvador. Como o governo nicaraguense interpreta essa situação?*

— Nós mantivemos como premissa fundamental o fato de que o governo da Nicarágua deve manter-se completamente fora de toda política oficial que pressuponha intervenção nos assuntos internos de outros países, independentemente do tipo do governo, das suas convergências ou divergências conosco. Alguns poderiam crer que permaneceremos impávidos diante dos dramas que vivem os povos como o de El Salvador, é consolidar-se, assentar firmemente as suas bases. Intervir, neste momento, em El Salvador ou noutros pontos sensíveis,

afetaria a nossa própria consolidação e, por conseguinte, não traria nenhuma vantagem ao movimento revolucionário da área. A única ajuda é o nosso apoio moral. E, nesse sentido, já expressamos claramente a nossa simpatia pelas lutas revolucionárias.

*Também foi dito em muitas declarações oficiais que a Nicarágua consideraria uma intervenção estrangeira em El Salvador como uma agressão ao seu próprio território. Vocês acreditam realmente nessa possibilidade?*

— Achamos que essa possibilidade de intervenção é realmente remota. Mas qualquer intervenção em El Salvador ou qualquer parte da América Latina mereceria o nosso repúdio, o repúdio de todos os governos da área e, seguramente, de todos os povos. Pensamos também que seria uma manobra demasiadamente arriscada, já que teria somente a aprovação dos setores mais reacionários dos Estados Unidos e de países da América Latina. Seria uma arma apontada contra quem a usasse. Não vemos a intervenção como uma possibilidade imediata. De qualquer modo, a situação salvadorenha nos afeta através da propaganda dos inimigos da nossa revolução. E também materialmente, já que temos aqui um fluxo de refugiados salvadorenhos que sentem que este é o único lugar onde ninguém vai atentar contra as suas vidas. Procuram a proteção do povo e governo nicaraguenses. Esse fluxo agrava a nossa situação econômica: já temos dificuldades em suportar a nossa própria carga e uma carga adicional de milhares de pessoas em busca de ajuda, proteção e segurança complica as coisas.

### **Defender os interesses latino-americanos**

*Em entrevista concedida à nossa revista, o comandante Da-*

*niel Ortega defendeu a necessidade de ser criada uma frente latino-americana de governos, movimentos e partidos, com um conteúdo antiimperialista, que estimularia a democratização da América Latina. Na atual situação de tensão, ainda acreditam que essa idéia seja viável?*

— Nas primeiras semanas ou meses depois do triunfo da nossa revolução, as condições eram os ideais para que se conseguisse a estruturação de uma frente de países latino-americanos para defender a região diante do imperialismo norte-americano. A formação de um bloco de países na XVII Assembléia da Organização dos Estados Americanos, que enfrentou os Estados Unidos pela primeira vez na sua história, ao recusar apoio à *guardia* somozista e também à intervenção militar na Nicarágua, parecia possibilitar um movimento desse tipo. Quando fomos convidados para assistir, no fim do ano passado, à Conferência de Partidos da América Latina, em Oaxaca, convocada pelo Partido Revolucionário Institucional do México, exprimimos a nossa opinião de que ali poderia surgir o embrião dessa frente. Ainda que não possamos ser tão otimistas, continuamos pensando em um bloco político que defenda os interesses da América Latina diante dos Estados Unidos, independentemente das diferenças que possam existir internamente. Acreditamos que a América Latina necessita de um instrumento coeso para enfrentar as transnacionais norte-americanas, de quem devemos nos defender nesse momento. Embora isso já tenha sido sugerido, não temos nada a temer dos soviéticos e dos cubanos. Aos cubanos só devemos agradecimentos por sua generosidade para conosco. E aos soviéticos, que nunca puseram os pés na Nicarágua, que nunca causaram nenhum dano à Nicarágua, não há porque temê-los.



## Um parto difícil

*Passando aos temas internos, qual é o balanço do primeiro ano da revolução nicaraguense?*

— Quando se faz um balanço daquilo que passou, perdemos às vezes, entre as árvores, perdendo de vista o bosque. Se uma criança nasce em condições difíceis e depois de um ano perguntamos a sua mãe qual foi seu maior feito, sem perder de vista as poucas coisas que uma criança possa ter aprendido nesse tempo, talvez a mãe diga que o maior feito de seu filho tenha sido nascer e, em segundo lugar, que tenha conseguido sobreviver, que, em doze meses, tenha criado as bases para se desenvolver e tornar-se adulto. O maior feito da revolução nicaraguense foi ter conseguido sobreviver sob as condições difíceis em que se desenvolveu e ter assentado as bases que lhe permitirão construir uma sociedade nova. A nível interno, a Nicarágua pôde respirar, depois de muitos anos, um clima de paz, de tranquilidade e estabilidade social e política: pela primeira vez, as pessoas não andam aterrorizadas pelas ruas e a imensa maioria dos nicaraguenses se sente em liberdade. Isso ainda se torna mais importante se nos lembrarmos do terror que se vive em El Salvador, na Guatemala e em outros países. Outro aspecto fundamental é a confiança e o apoio da maioria dos nicaraguenses para a criação desse clima do qual se beneficia. Se, internamente, o grande feito foi ter sobrevivido, a nível internacional, pela primeira vez na sua história, a Nicarágua é uma nação: deixou de ser um simples apêndice do imperialismo norte-americano,

que obedecia as instruções dadas por um embaixador. Convertemo-nos em uma nação que anuncia claramente o seu propósito de criar uma sociedade absolutamente livre, independente, soberana e autodeterminada. Incorporamo-nos ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Atuamos nos foros internacionais em função dos interesses da Nicarágua e disso se deriva o respeito que merecemos. Há alguns anos sofríamos humilhação quando algum latino-americano nos perguntava se éramos “da terra de Somoza”. E tínhamos que engulir isso com amargura, porque desgraçadamente isso era verdade. Hoje, ser nicaraguense é motivo de orgulho. Estando no México em 1926, Sandino sofreu esse tipo de humilhação quando um trabalhador mexicano lhe disse que os nicaraguenses vendiam a sua pátria, porque toleravam a invasão yanque. E isso impulsionou Sandino a abandonar o trabalho que tinha na *Huasteca Petroleum* e vir para a Nicarágua lutar contra os norte-americanos.

Esta é a visão de conjunto. O resto são detalhes: a recuperação dos bens usurpados pela família Somoza, por exemplo, postos sob a tutela do Estado para que produzam para o povo. Sobre a base desses bens criamos a Corporação Comercial do Povo e estamos levando a cabo uma reforma agrária que, acreditamos, será um exemplo. Entre outros feitos, podemos assinalar a completa reorganização do Estado, com a criação de novas estruturas no aparelho administrativo. Também surgiram uma série de outros níveis de organização, em especial o Exército popular Sandinista, que é pequeno, porque o

país não pode suportar a carga de um exército de grandes efetivos, mas é um exército bem equipado tecnicamente, o mais sofisticado e profissional possível. E é um exército popular, não um exército repressivo.

## Ser sandinista é ser nicaraguense

*O grupo de Alfonso Robelo e o jornal La Prensa criticam o exército por ser chamado sandinista, por ser definido como uma organização político-militar, por não obedecer ao Estado, mas a um partido.*

— Claro, este é o ponto de vista dos inimigos da nossa revolução, alienados da realidade nicaraguense. Ser sandinista significa ser o verdadeiro nicaraguense e, para nós, ser nicaraguense significa ser sandinista. O próprio exército da Nicarágua se opõe a que lhe tirem o nome de Exército Popular Sandinista. Afinal, foi com esse nome que eles se formaram, lutando na Nicarágua contra o somozismo.

*E passa-se a mesma coisa em relação às Milícias Populares Sandinistas...*

— Sim, porque tendo um exército pequeno, um povo como o nosso, que está fazendo uma revolução, pode ter que enfrentar inimigos muitos fortes. E um exército pode até ser muito forte, mas tem que ter o apoio do povo, isso é vital. Mas um povo não pode lutar desorganizadamente. A essa necessidade respondem as Milícias Sandinistas, que são efetivamente o povo armado, treinado e pronto para levantar-se como um só homem e ir combater, se for o caso, coisa que esperamos não aconteça.

## Uma central operária única

*Você teve um papel destacado na organização do movimento popular durante a luta contra Somoza. Gostaríamos que aprofundasse o problema das organizações de massa e, em particular, a divisão das forças sindicais nas várias centrais.*

— Os trabalhadores nicaraguenses podem se expressar com toda a liberdade, sem temor da repressão. Criou-se a Central Sandinista de Trabalhadores e aspiramos agrupar todos os trabalhadores numa única central. O somozismo preferiria que houvesse duzentas centrais operárias, para que nenhuma tivesse realmente força. Nós não temos ainda essa força mas é ela que deve nos impulsionar. Aspiramos realmente a uma só central sindical, mas em seu caminho surgem uma série de forças que se opõem, e procuram impedir sua concretização. Existe na Nicarágua a chamada CUS, Confederação de Unificação Sindical, organização cujos dirigentes recebem dinheiro da embaixada norte-americana e são filiados à AFL-CIO dos Estados Unidos, sendo, obviamente, incentivada pelos setores mais reacionários. Também há a Central de Trabalhadores da Nicarágua (CTN), outro instrumento da direita, que obedece ao CLAT, que tenta impedir que a central única se consolide. Há outras organizações que se encontram na extrema esquerda, cujos propósitos, segundo dizem, é ser a vanguarda da revolução nicaraguense. Para eles a Frente Sandinista foi a vanguarda até certo ponto, mas já não o é. Foi o que aprenderam nos seus manuais, aquilo que conseguiram aprender.

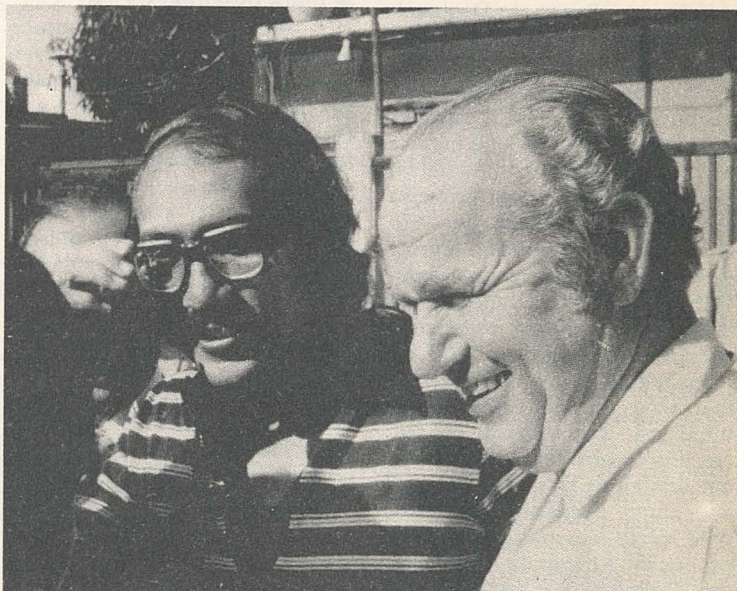
*Mas há também reivindicações justas, greves que triunfaram nos últimos tempos. Esses movimentos sindicais ameaçam a aliança de classes que é a base deste período?*

— Em alguma medida poderia existir essa ameaça. As greves que existiram foram fomentadas por centrais de extrema esquerda. Nós não acreditamos que essa seja a maneira de resolver os problemas. Ninguém diz que aqui na Nicarágua, depois da revolução, foram assinados menos contratos coletivos entre as empresas e trabalhadores do que nos últimos dez anos de somozismo. Estamos resolvendo os problemas através do Ministério do Trabalho, sem necessidade de se

tenção, temos que utilizar a força. Assim, foram presos dirigentes da Frente Operária, do Partido Comunista e do CAUS. Mas não se trata de repressão, eles já estão livres e foram libertados muito antes de cumprirmos as penas. Procuramos integrá-los no processo e que não saiam conspirando por aí.

*Como os trabalhadores reagem aos sacrifícios que lhes são pedidos?*

— Apesar das limitações que vêm de tantos anos de ignorância



**Moisés Hassan, de óculos, é contra formalidades: na rua também discute os problemas do país**

chegar às greves. As greves que existiram, foram deflagradas prematuramente e sem que tivessem sido cumpridos os requisitos prévios, numa política da extrema esquerda para desestabilizar e desprestigiar o governo e a Frente Sandinista. Há casos, é verdade, de greves espontâneas. Mas essas não nos preocupam: imediatamente dialogamos com os trabalhadores, fazendo com que vejam que a sua atitude não é a mais apropriada e eles entendem. O governo e a Frente Sandinista não são brandos. Procuramos sempre convencer e persuadir, mas quando vemos que há má in-

de repressão, os trabalhadores, em sua imensa maioria, compreenderam o processo e aceitaram a carga desta revolução. Nossa aliança com a classe operária é sólida.

## Os camponeses e a revolução

*E os camponeses?*

— Os pequenos agricultores tiveram algum medo no princípio: eles são muito apegados à terra e os inimigos da revolução lhes diziam que iríamos tomá-la. Também alguns companheiros cometeram erros, crendo que a revolu-



1977 FSLN 1980

ção era aquilo que eles tinham dentro das suas cabeças, contrariando, sem querer, as próprias linhas políticas da revolução.

Mas, em geral, neste ano, vimos que esses temores foram desaparecendo. Demos ao pequeno agricultor todas as facilidades possíveis, o Banco de Desenvolvimento deu-lhes bastante dinheiro e creio que o campesinato respondeu a isso, compreendendo que não estamos atentando contra a sua pequena parcela de terra. O proletariado agrícola, por sua vez, teve, num primeiro momento uma reação que não correspondia à realidade, muitos pensaram que se fizera a revolução para que eles não mais trabalhassem: "As forças repressivas foram embora, isto agora é do povo, então já não vamos trabalhar. Ou vamos trabalhar só umas três horinhas ou quatro, em vez de oito". Isso aconteceu em diferentes setores, produzindo, num primeiro momento, uma certa descontinuidade na produção. Através da Associação dos Trabalhadores do Campo fizemos um trabalho de esclarecimento político, para fazê-los ver que exatamente agora é que devemos produzir mais do que antes. Que, agora, tudo que vamos produzir, em todo o país, será para as classes camponesa e operária. E os resultados foram alentadores, porque ainda temos alguns problemas, mas o campesinato e o proletariado agrícola já entraram no ritmo. Claro que o operário tem mais acesso à educação e à formação política, assim, a sua resposta foi mais rápida do que a dos camponeses, que é um setor nitidamente mais atrasado. Porém, através dessa importantíssima organização, que é a Associação dos Trabalha-

dores do Campo, eles estão se conduzindo, cada vez mais, de acordo com os postulados e linhas da revolução.

### Um enorme esforço educativo

*E esse esforço educativo atinge todos os setores sociais?*

— Sim, temos a Juventude Sandinista "19 de Julho", a Associação de Mulheres Nicaraguenses "Luisa Espinosa", e a Associação de Crianças Sandinistas "Luis Alfonso Velásquez". Conseguimos semelhante grau de organização, a nível de Estado e de organizações populares é outro dos feitos da revolução. Temos, por exemplo, uma Polícia Nacional Sandinista, cuja formação foi um trabalho duro, porque, aqui na Nicarágua, até a polícia de trânsito era somozista, pertencia ao exército repressivo de Somoza. Assim, tivemos que criar toda uma estrutura a partir de companheiros do exército.

*Fale-nos de outras conquistas...*

— Duas conquistas fundamentais foram o controle estatal da economia e a nacionalização dos bancos privados, que estavam nas mãos da burguesia financeira, traidora, que era o setor mais retrógrado. Nacionalizamos o comércio externo e os recursos naturais, como a madeira e a pesca, que eram explorados por empresas estrangeiras, fugitivos cubanos e por Somoza e seus sócios norte-americanos. Criamos a Corporação Florestal do Povo, que explorará a madeira e sua comercialização.

### Liberdade, mas não para conspirar

*Gostaria que respondesse à pergunta feita pelo jornal La*

*Prensa em recente editorial. Até quando vai durar a liberdade na Nicarágua?*

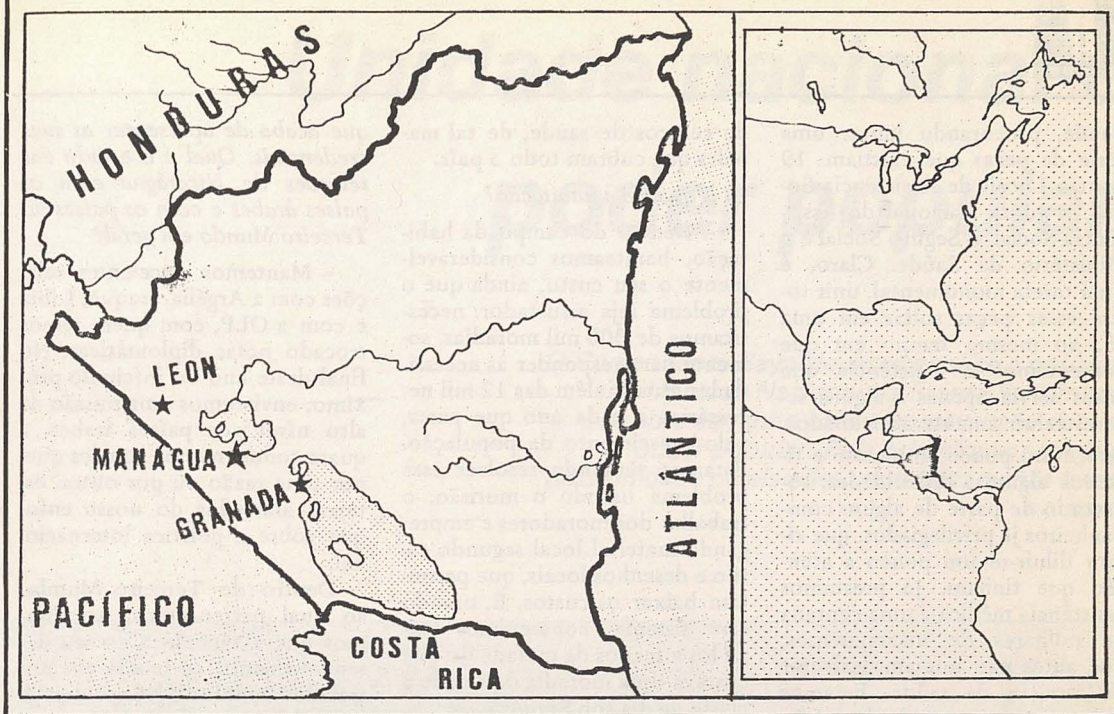
— Essa pergunta reflete uma posição política bastante clara. Enquanto que a maioria esmagadora dos nicaraguenses desfrutaram pela primeira vez da liberdade e sem que haja nenhuma razão para temermos o fim dela, esses senhores fazem uma pergunta que lança suspeita no panorama nicaraguense. Claro que aqui há liberdade, garantida pelo governo da Nicarágua e pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. Mas talvez a liberdade a que se referem não seja a mesma liberdade conquistada pelo povo da Nicarágua. Talvez eles pensem na liberdade que um dia lhes foi permitida: de ter jornais, estações de rádio, de lançar toda a espécie de calúnias contra a revolução, confundindo a liberdade de expressão com a liberdade de caluniar. Talvez eles temam perder essa liberdade. Mas a liberdade de caluniar, de conspirar contra a revolução, essa não existe. O povo nicaraguense quer libertar-se do analfabetismo e das condições sub-humanas em que vivia, agora que se libertou politicamente. É por essas liberdades que estamos lutando. E também lutamos para que não haja liberdade de se atacar a revolução. Se eles temem por essa liberdade, seus temores não são infundados.

*Justamente por isso, a renúncia do engenheiro Robelo, não põe em crise o sistema pluralista característico do início da revolução sandinista?*

— Eu creio que não. Neste país, já não há liberdade para explorar, subornar, não pagar impostos. Mas algumas empresas,



# NICARÁGUA



alguns empresários ainda não entenderam isso. A maioria, porém, compreendeu que aqui há liberdade para proceder com honestidade e respeito por todos.

O esquema pluralista será mantido sobre a base dos setores empresariais que aí estão presentes, integrados na revolução. A prova disso é que a Junta de Governo foi reintegrada por novos membros depois da renúncia dos anteriores, que seguem mantendo uma representação pluralista dentro do governo. Não tememos os pequenos setores oportunistas e dissidentes.

*Quais são os passos e as metas concretas para o segundo ano de governo?*

— Estão sendo preparados neste momento os planos para 1981. A meta é a de alcançar, no campo da produção, os níveis que tínhamos em 1977, antes da revolução. A partir disso poderemos iniciar a nossa arrancada pa-

ra levar o país a graus de desenvolvimento muito superiores aos existentes quando do somozismo. Mas não quero terminar sem me referir às realizações fundamentais que conseguimos no campo da educação e da saúde. Na educação há duas coisas muito importantes a assinalar: em primeiro lugar, a educação é gratuita; em segundo lugar, a grande cruzada de alfabetização, que incorpora à vida política e econômica grandes setores antes completamente marginalizados (900 mil analfabetos que para o somozismo não existiam). A cruzada de alfabetização põe em movimento forças sociais que antes estavam completamente adormecidas. E estas forças sociais consistem não somente nos camponeses que estão sendo alfabetizados, mas também nos alfabetizadores, que pela primeira vez estão conhecendo a realidade da Nicarágua, muito diferente daquela que lhes haviam ensinado.

Por isso, os setores reacionários chamam a campanha de alfabetização de campanha de domesticação, para justificar de alguma maneira o que tem somente uma justificativa: o medo que lhes inspiram essas forças sociais que se põem em movimento. O medo que sentem dos camponeses que, antes, exploravam em suas fazendas; o medo que lhes dão seus próprios filhos, que em plena juventude estão conhecendo a realidade da Nicarágua e querem fazer algo para mudá-la.

*Quantos são esses alfabetizadores?*

— Temos 80 mil jovens nicaraguenses, de 14 a 20 anos nessa tarefa.

## Saúde e habitação

No campo da saúde enfrentamos uma enorme quantidade de problemas herdados do somozismo. Criamos o Sistema Único de



Saúde, procurando juntar uma série de peças que existiam: 19 Juntas Locais de Assistência Social, a Junta Nacional de Assistência Social, o Seguro Social e o Ministério da Saúde. Claro, é uma tarefa monumental, unir todas essas peças soltas em uma só, ao mesmo tempo em que aumentamos a assistência que antes servia apenas a alguns setores relativamente afortunados. Isto é um pouco ambicioso e tivemos algumas dificuldades, sobretudo de parte de alguns companheiros já privilegiados, que viram diluir-se um pouco a atenção que tinham. Já prestamos assistência médica a uma centena de milhares de nicaraguenses, que antes não podiam desfrutar de serviços de saúde. Estamos construindo uma rede de saúde: iniciamos a construção de cinco grandes hospitais, perto de cem postos de saúde e várias dezenas

de centros de saúde, de tal maneira que cubram todo o país.

*E quanto à habitação?*

— Dentro do campo da habitação, barateamos consideravelmente o seu custo, ainda que o problema seja assustador: necessitamos de 300 mil moradias, somente para responder às necessidades atuais, além das 12 mil necessárias a cada ano que passa, pelo crescimento da população. Estamos tentando resolver esse problema usando o mutirão, o trabalho dos moradores e empregando material local segundo estilo e desenhos locais, que permitam baixar os custos. E, usando esse sistema, conseguimos baixá-los a menos da metade do que custava uma moradia destinada à classe média sob Somoza.

*Sabemos que o próximo ponto da sua agenda é uma entrevista com o embaixador da Argélia,*

*que acaba de apresentar as suas credenciais. Qual é o estado das relações da Nicarágua com os países árabes e com os países do Terceiro Mundo em geral?*

— Mantemos excelentes relações com a Argélia, Iraque, Líbia e com a OLP, com quem temos trocado notas diplomáticas. No final deste ano ou início do próximo, enviaremos uma missão de alto nível aos países árabes, a quase todos, menos àqueles que, por uma razão ou por outra, estejam afastados do nosso enfoque sobre a política internacional.

Dentro do Terceiro Mundo, ao qual pertencemos, acreditamos que a esperança do seu desenvolvimento se baseia em um trabalho conjunto. Nós somamos esforços para que o Terceiro Mundo alcance as possibilidades de progresso que até agora lhe foram negadas. □



O problema habitacional é sério: atualmente a necessidade é de 300 mil casas por ano para enfrentar a demanda

NICARÁGUA

# Unidade nacional e poder popular

*O Comandante Bayardo Arce explica a política de Unidade Nacional da Frente Sandinista que abre caminho para a constituição de um poder popular. Pela primeira vez surge a possibilidade de eleições verdadeiramente livres no país*





Conselho de Estado nicaraguense é um organismo democrático *sui generis* que tenta conciliar um pluripartidarismo político — as mais diversas correntes de opinião — com a irreversível realidade de uma mudança de poder para uma vanguarda política revolucionária que conduz os destinos do país. Bayardo Arce, comandante da Revolução, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e presidente do Conselho de Estado analisa, numa detalhada entrevista aos **cadernos do terceiro mundo**, esta nova instituição no país.

*Em que contexto político se situa o Conselho de Estado e que atribuições ele teria no processo democrático do país?*

— O Conselho de Estado é um organismo *sui generis* de nossa revolução, porque responde às particularidades do nosso processo. Esta revolução foi realmente uma guerra popular. A participação foi de todos os setores políticos e sociais de nosso país, então, temos que levar em conta esta situação política concreta. Por outro lado, nos encontrávamos numa situação sumamente crítica no momento do triunfo, devido à crise estrutural que vivia a Nicarágua, fator objetivo que determinou o impulso da nossa luta revolucionária. Esse quadro nos demonstrou que seria através de todos os setores que participaram da luta contra a ditadura que nós poderíamos alcançar o objetivo da reconstrução do país.

Há um ano, o fator de unidade era a luta contra a ditadura e dentro disso existiam distintos matizes. Agora, a unidade é de outra natureza, é a unidade para tirar a nação do subdesenvolvimento. Unidade essa, que tem como seus protagonistas os trabalhadores, os operários e os camponeses, que devem ser os principais beneficiados desse esforço nacional.

*Mas o Conselho de Estado inclui partidos, tanto de esquerda como de direita, que talvez não estejam totalmente de acordo com isso.*

— Exatamente. Hoje a situação é muito especial. Ninguém se atreve a dizer que não está com a revolução. Pelo contrário, todo mundo apóia nossos objetivos de transformações das relações econômicas e sociais. Então, forças que antes nunca se identificaram com um projeto popular, que nunca lutaram sistematicamente por ele, agora se colocam do nosso lado e isso lhes dá um espaço necessário para poder participar dos esforços pela reconstrução nacional.

O Conselho de Estado é o instrumento institucional da revolução para realizar essa política de unidade nacional. Há uma vanguarda, reconhecida por todos os setores, que leva adiante o projeto revolucionário através da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, onde há hegemonia sandinista e participação de outros setores patrióticos. Através do Conselho de Estado damos participação a todos os demais setores da nação para que contribuam com suas idéias, críticas etc.

*Uma espécie de Poder Legislativo...*

— O Conselho de Estado é uma instituição coadjuvante neste esforço da Junta. Não é outro poder, nem está demarcada numa estrutura de poderes autônomos entre si. O Conselho de Estado é o instrumento institucional da política de unidade nacional e é um foro de diálogo aberto a todos. Concebemos o Conselho de Estado como uma ins-

tância onde qualquer um pode expressar seus interesses e pontos de vista, não a partir de posições políticas, mas a partir de sua posição na produção, nas relações econômicas, nas relações sociais e políticas do país. Temos no Conselho 29 organizações, que representam empresários, sindicatos, operários, camponeses. Participam também partidos políticos, organizações comunitárias, de jovens, de mulheres, a Igreja, universidades, grupos indígenas etc. Assim, garantimos a possibilidade de todos os setores fundamentais do país expressarem seus interesses, seus pontos de vista. Cria-se uma consciência nacional dos problemas nacionais pela via da representação.

Para a Frente Sandinista, o Conselho de Estado é também uma escola de poder popular, um embrião de poder popular. Pela primeira vez na Nicarágua, os operários, os camponeses, os artesãos, os índios, os jovens e as mulheres têm acesso direto a uma gestão de governo. Pela primeira vez podem participar das decisões fundamentais do país.

*As organizações de massa que estão integradas na Frente Sandinista tomam iniciativas próprias ou se limitam a obedecer as instruções da vanguarda?*

— Tomam iniciativas próprias. Algumas delas são discutidas com a Frente, outras não. Na sessão de hoje, por exemplo, há um projeto das organizações sindicais que a FSLN não considera apropriado. Trata-se de reformar o código de trabalho, que existe desde 1944. A FSLN acha que estas reformas necessitam de um estudo mais profundo e não só no aspecto que eles estão propondo.

## Desenvolver a iniciativa das massas

*São públicas as discussões?*

— Sim, são públicas.

*São frequentes as discussões entre a Frente e as organizações de massas?*

— Normal. Há algum tempo, por iniciativa dessas organizações, começou-se a levantar a situação da saúde na Nicarágua, porque os trabalhadores estavam descontentes com o Sistema Único de Saúde. A Frente Sandinista se interessou muito pelo caso. Gostamos do desenvolvimento da iniciativa das massas, porque sabemos que isso é uma escola de poder popular. Que, assim, estamos preparando os operários, camponeses e demais forças trabalhadoras para exercer o poder. Se tudo tivesse que passar pela aprovação da Frente Sandinista estaria limitada a capacidade criativa das massas. E isso não nos interessa.

*Poucos dias depois de instalado, o Conselho de Estado teve sua primeira crise, com a renúncia de seu vice-presidente, José Francisco Cardenal. Isso afetou de alguma forma o Conselho?*

— Não, não afetou. Acreditamos que tenha sido uma manobra do imperialismo, dos setores norte-americanos mais reacionários, que estão interessados em criar complicações para o nosso processo revolucionário. Esses setores tentaram exercer pressões por todos os meios. Mas não conseguiram nada. De que nos podiam acusar? Aqui não houve "paredões" e nem se pode argumentar que colocamos em risco a paz da América Central ou do mundo livre.

Detectaram as debilidades de Robelo e com sua renúncia quiseram convertê-lo num elemento que justificasse um movimento contra o processo. Da mesma forma se aproveitaram deste ou-



Bayardo Arce, comandante da revolução: "aqui não houve paredão"



tro tipo, José Francisco Cardenal, um empresário da construção civil, que levamos à vice-presidência do Conselho de Estado através da política de unidade nacional. Imediatamente o tiraram do país e o levaram a fazer uma série de declarações no exterior.

Robelo caiu como um tipo que dizia coisas sem fundamento, uma série de falsidades. E o seu partido, o Movimento Democrático Nicaraguense, teve que vir ao Conselho de Estado, apesar de ter jurado que nunca viria até ele. E muitos outros partidos reacionários fizeram o mesmo: o Partido Social Cristão, o Partido Conservador.

*E os empresários?*

— O setor empresarial também quis se aproveitar. Soube-

mos que, nas reuniões que tiveram, disseram que não iriam se integrar ao Conselho de Estado e que estavam somente preocupados com a produção. Mas nós os chamamos e falamos claro. E eles foram um dos primeiros a se integrar no Conselho de Estado.

### A nova democracia

*E como se tomam as decisões?*

— Por maioria. Há uma maioria sandinista, já que dos 47 representantes 24 estão identificados com a Frente.

*Vocês pensam em estender no futuro essas formas de participação para um poder popular de maior projeção?*

— Sem dúvida. Se nós afirmamos que esta é uma escola de po-

der popular é porque pensamos que as perspectivas futuras são as de que a classe trabalhadora, os camponeses, os demais setores de trabalhadores do nosso país vão se compenetrar das realidades sociais e econômicas e serão capazes de dirigir seu próprio destino, seu próprio processo.

*Através de eleições?*

— Apesar de não termos ainda fixado uma data, vamos fazer primeiro eleições municipais para 157 municípios. Esta eleição não será como as anteriores, quando Somoza escolhia os prefeitos. Agora, terá que ser um cidadão, um trabalhador do município.

*E depois?*

— Já decidimos fazer uma assembléia constituinte.



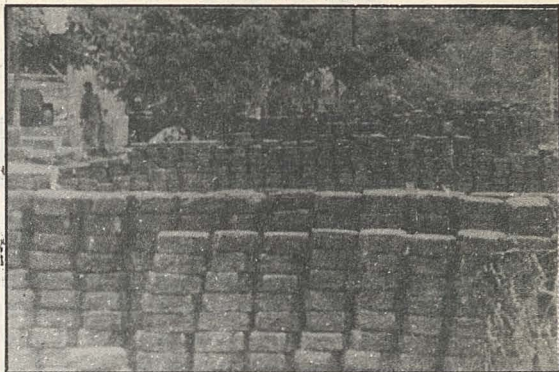
A reconstrução do país não é só física e econômica, mas principalmente política e ideológica

# Há um ano, a vitória

**Nas trincheiras ...**



**nas barricadas ...**



**na selva ...**



**ou na cidade ...**



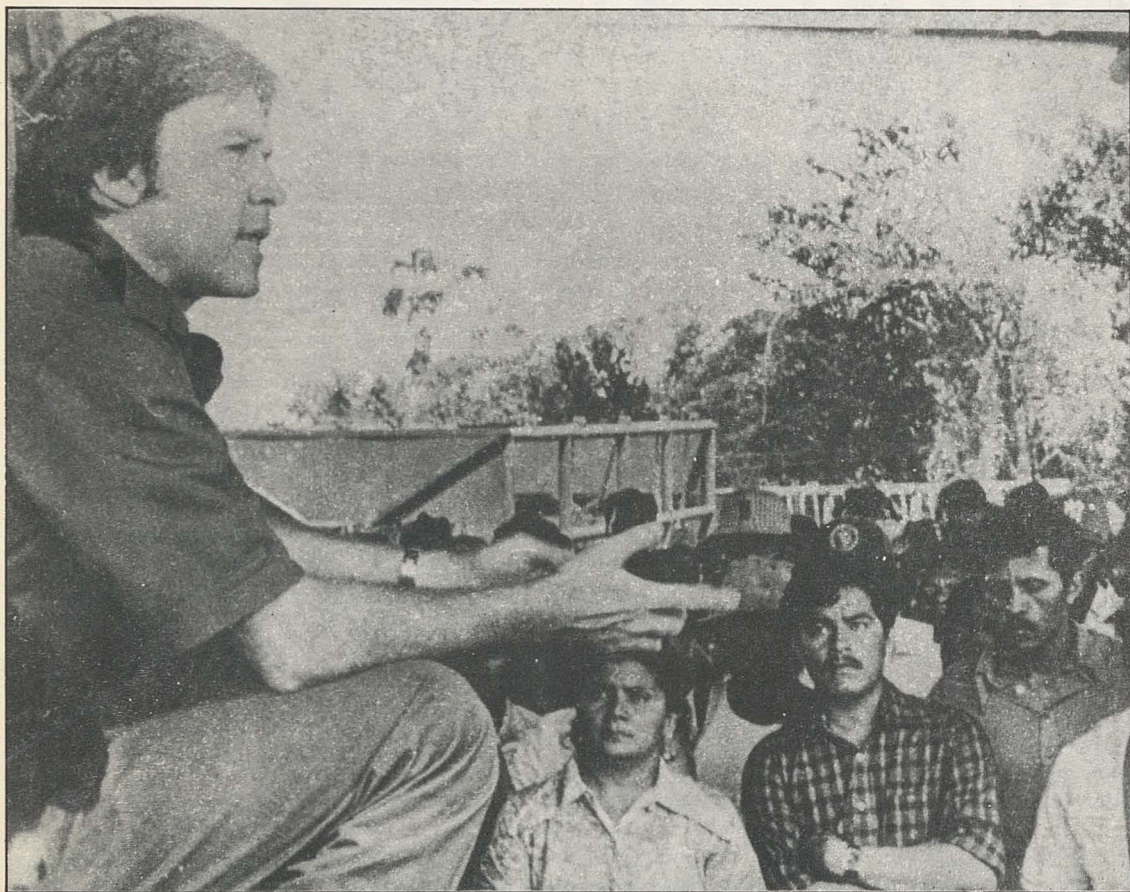
**a juventude esteve sempre presente na luta de libertação**



NICARÁGUA

# Reforma Agrária, um projeto agroindustrial

*O problema não é dividir as terras e sim transformar os camponeses em trabalhadores agroindustriais. O processo não passa pela utilização intensiva da mão-de-obra: utiliza a mecanização. Uma experiência pioneira no Terceiro Mundo analisada detalhadamente pelo seu idealizador, Jaime Wheelock*



O Comandante Jaime Wheelock, um teórico, tem um ótimo diálogo com os camponeses





Dizer que um dirigente político é jovem não é nenhuma novidade na Nicarágua, onde a idade média da Direção Nacional não chega aos trinta anos. Mas o comandante Jaime Wheelock é o mais jovem entre eles, com seus incompletos vinte e cinco anos. E a sua responsabilidade é uma das maiores: dirigir a Reforma Agrária, no posto de ministro do Desenvolvimento Agropecuário, em um país essencialmente agro-exportador.

Na extensa entrevista que concedeu ao **cadernos do terceiro mundo**, Wheelock — que bem antes do triunfo já era bastante conhecido no exterior por suas obras teóricas, econômicas e políticas — aprofundou temas sobre a estratégia do desenvolvimento revolucionário na Nicarágua, que abre novos caminhos, de acordo com as condições locais, muito diferentes das “receitas” que os especialistas internacionais recomendam para o Terceiro Mundo.

*Comandante Wheelock, o que já foi feito em matéria de reforma agrária em um ano de revolução?*

— Em matéria de reforma agrária atuamos em diversas direções. Primeiro, organizamos de forma social todas as propriedades confiscadas de Somoza. Isso significa que as verbas geradas nessas unidades de produção passaram, realmente, a apoiar a reconstrução nacional e as necessidades dos trabalhadores, que dessa maneira se livraram da exploração passando a ser aqueles que, do ponto de vista administrativo e social, detêm os meios de produção.

Isso significou um enorme esforço de organização e transformação social. Do ponto de vista administrativo e econômico, pusemos sob administração estatal mais de um milhão de hectares das melhores terras que havia no

país, distribuídas em duas mil unidades de produção. Essas unidades foram organizadas em 170 complexos, conciliando as diversas utilizações. Há complexos de café, complexos de algodão e complexos mistos, onde há gado e cultivo. Esses complexos, distribuídos em todos os departamentos (*estados, provincias*), foram, por sua vez, organizados em 27 empresas agrícolas, de café, de algodão, de agricultura mista, etc.

### Reabilitar as fontes de trabalho

*A experiência de muitas reformas agrárias no mundo mostra uma diminuição da produção nas primeiras etapas. Isso aconteceu na Nicarágua?*

— Não. Nós recebemos uma economia agrícola severamente golpeada pela guerra. Houve perdas de infra-estrutura, roubo de máquinas agrícolas em grandes dimensões, uma situação financeira extremamente deteriorada (grandes dívidas aos bancos) e, no caso do gado, uma situação desastrosa. O que temos feito é um trabalho profundo de reabilitação. Conseguimos produzir entre 80 e 90% do produzido em 1978. E, em alguns casos, até mesmo mais. No caso do algodão, por exemplo, nunca se trabalhou tão bem como neste ano, apesar de se ter plantado somente um sexto do que normalmente se produzia no país. No caso do tabaco, não havia nada e os somozistas e os *gusanos* cubanos diziam que aqui jamais se voltaria a produzir tabaco.

Em poucos meses, apesar do roubo de 22 milhões de *córdobas* em equipamento (2,2 milhões de *dólares, aproximadamente*), levados pelos somozistas, apesar de terem queimado as plantações e as instalações, conseguimos aumentar em 90% o plantio. Alguns cubanos regressaram e estão produzindo tabaco privativamente. E afirmam que nunca, na história da Nicarágua,

viram um tabaco de tão excelente qualidade. Isso é importante.

Em termos gerais, não houve aqui o problema de queda de produção, porque também não houve a disputa destrutiva entre os grupos sociais, mas a luta de todo um povo contra a ditadura militar.

### Os sindicatos opinam

*Esses trabalhadores, que agora são trabalhadores do Estado, como se organizam para a participação na gestão e nos lucros das novas empresas?*

— Eles têm o seus sindicatos. Os sindicatos têm uma estruturação diferente dos sindicatos anteriores. Uma das suas responsabilidades é a produção, o estímulo e a participação no controle da administração. Claro que há uma certa lentidão, falta de experiência. Nós encontramos um trabalhador muito atrasado e fez-se um grande esforço de organização, capacitação e participação. Há experiência novas, de assembléias de produção, de avaliação dos resultados. Nas fazendas e engenhos açucareiros, por exemplo, temos feito assembléias de análise da safra de todo o ano. Então aí, diante de todos os trabalhadores, dizemos: “Nós começamos com isto, semeamos tanto, gastamos tanto, reabilitamos tanto, produzimos isto e ganhamos isso. Isso é o que sobrou, o que vocês pensam que devemos fazer com esse dinheiro?” “Que aumentem o salário”, dizem rapidamente. E aí começamos a discussão: “Temos que investir para aumentar a área de cultivo e para que não haja tantos trabalhadores desocupados”. Uma parte deles será incluída em certos tipos de trabalhos sazonais, para que a maior parte dos trabalhadores desocupados sejam recolhidos pelo mesmo centro de trabalho. “Temos que investir em moradias, na produção de alimentos básicos, em oficinas.” Isso significa, enfim, que estamos gastan-



do parte do excedente para resolver o problema do trabalho.

Mas isso vai nos trazer outro problema: o problema da acumulação, o problema do desenvolvimento econômico. Porque o desenvolvimento é a acumulação. Estamos tratando de resolver os problemas da economia de um país pobre, atrasado, dependente, subdesenvolvido; tentando curar suas feridas com dinheiro que estamos perdendo sob o ponto de vista de acumulação, do desenvolvimento. Mas isso é inevitável.

### Cooperativização

*Estivemos ontem em uma assembléia do Engenho Germán Pomaes, onde era explicado aos trabalhadores a necessidade de se exportar mais para que fossem gerados os dólares necessários às importações. Mas grande parte dessas compras é de alimentos. Há algum plano para que se consiga a auto-suficiência alimentar?*

— Bem, a Nicarágua não tem esse problema. Aqui existem duas economias, uma de exportação, muito moderna, e outra de consumo interno, muito atrasada, camponesa. Atrasada, mas ampla. E, se não tivemos alimentos suficientes neste ano, foi porque a guerra coincidiu com os ciclos do cultivo, praticamente com os dois ciclos de cultivo. Começamos a insurreição em maio e terminamos em julho, juntamente quando se faz a primeira colheita e se prepara a segunda. Não havia sementes, porque elas foram todas comidas. Fomos procurar sementes no México, na Oceânia, em todos os lugares, e as que conseguimos não eram as adequadas. Ou então em vez de milho, conseguimos sorgo. Um

desastre em termos de alimentos básicos. Tivemos que importar muito. Mas, neste ano, creio que puderam ver no campo o grau de atividade, de iniciativa e também de otimismo.

Essa é a outra direção do nosso trabalho: o universo do camponês sem terra e do pequeno produtor. Temos um instituto ligado ao Instituto Nacional da Reforma Agrária, que se chama *Procampo*. No *Procampo* temos trabalhado para fazer com que o pequeno agricultor produza. Se não tem terras, nós lhe damos terra e financiamento, isto é, um tratamento intensivo. Mas, além disso, há um programa de cooperativização do pequeno agricultor, que é novo, com poucos meses de aplicação. Nos primeiros meses deste ano começamos a organizar o campesinato e já organizamos mais de mil e quatrocentos grupos cooperativos.

*De integração voluntária...*

— Sim, totalmente voluntária. Há dois tipos de cooperativas: uma, onde os camponeses ocupam a terra e se forma uma cooperativa de créditos e serviços, e outra, onde o Estado administra as terras que os trabalhadores, então, trabalham coletivamente, que são as comunas.

### Proceder com cautela

*De onde o Estado tira as terras que administra?*

— Daquilo que confiscamos ou das terras do próprio Estado. Em algumas situações os camponeses ocuparam as terras espontaneamente. Mas foram poucas. Nesse caso, nós, ou compramos e indenizamos os proprietários, ou damos outras em troca.

*Foram confiscadas terras de Somoza e de seus parentes e ami-*

*gos. Qual é a situação dos latifúndios que não pertenciam aos somozistas?*

— Estão aí. Mas não são muitos, talvez uns trezentos, dos quais uma minoria pode ser considerada boa do ponto de vista de sua produtividade. Os outros serão afetados porque enfrentaremos um novo problema nos próximos meses, com a lei da propriedade ociosa, mal explorada.

*Seria essa uma lei de reforma agrária geral, que regule todo o processo?*

— Reforma agrária há desde o princípio, há decretos. Esse será mais um. Se juntarmos tudo isso temos uma concepção de reforma agrária, que está resolvendo o problema de uma forma científica, em um processo onde a habilidade tática é estratégica.

*Por que isso?*

— Nós sabíamos que em toda reforma agrária há problemas, situações de caráter social que se sobrepõem às considerações econômicas e obrigam a sacrificar o lado econômico pelo social. Isso pode ser correto, mas nós optamos por um procedimento muito cauteloso. Os confiscos são feitos e logo passamos a analisar se eram dez, quinze ou vinte por cento da produção nacional. Cada um diz uma coisa. Mas quando se compara aquilo que se semeia na Nicarágua, vemos que o que o INRA tem é bastante: ele é dominante em algumas áreas, como na tabaco, na do açúcar e na do arroz.

### O problema não é a terra

*Aqui se torna realidade a palavra de ordem "a terra para quem a trabalha"?*

— O problema camponês na Nicarágua é muito complexo. Temos um camponês indígena, que diz que tem título reais, dados pelos ingleses, ao mesmo tempo em que temos uma migração para a costa atlântica de camponeses, a quem chamam de “espanhóis”. Metem-se num terreno mais do que extenso, onde o problema não é a terra, mas o homem. Que pode fazer um homem nessa selva emaranhada onde não há esperança? O que tem que ser promovido aí é o desenvolvimento econômico, a infraestrutura, as estradas, os centros de abastecimento e distribuição, a energia elétrica.

E ainda há os conflitos entre os “indígenas” e os “espanhóis”.

Se decretássemos que a terra é de quem a trabalha, teríamos de imediato um enorme problema na costa atlântica, em Monimbó, onde há camponeses que são artesãos, que têm o seu pedaço de terra, mas que não a trabalham: encarregam outros de fazê-lo. Estaríamos, nesse caso, beneficiando um “pequeno” em prejuízo de outro. E este é o caso do meeiro: Se lhe disséssemos que é o dono da terra que arrenda, o que aconteceria com ele sem os bois ou as sementes beneficiadas ou ainda a carreta, do atual dono, para transportar a colheita?

São várias economias em decomposição: a sociedade indígena (com diferentes graus de de-

envolvimento de suas forças de produção) cuja dissolução e o desenvolvimento das culturas de agroexportação produziram outro tipo de camponês, sem terra, assalariado e a propriedade latifundiária, que tira as terras dos camponeses e os empurra para o colonato em terras estatais do Atlântico. Nós estamos tratando o problema como se fosse filigrana, com uma paciência franciscana. O que temos é a vontade política e o poder.

---

### De camponês a trabalhador agrícola

---

*Como pode então a Associação de Trabalhadores do Campo*



Na Nicarágua os métodos rudimentares agrícolas estão sendo substituídos pela mecanização



(ATC), que é uma central única, atender a realidades tão distintas e, às vezes, contraditórias?

— A ATC é uma organização que agrupa sindicatos de trabalhadores assalariados e associações de camponeses, cuja forma é a cooperativa, a nível econômico. Eles estão começando, tanto como nós, porque antes não havia nenhuma organização no campo. E tem as suas prioridades: começaram pelos trabalhadores agrícolas das grandes unidades de produção e depois com os camponeses. E, um pouco na prática, se desenvolvem enquanto avançam. A ATC era um pequeno grupo de companheiros e muitos deles morreram durante a guerra, especialmente os dirigentes. Agora, são mais de 100 mil associados, entre trabalhadores agrícolas e camponeses.

Nas cooperativas conseguimos agrupar 35 mil produtores, dos 100 mil que existem hoje na Nicarágua. Desses 100 mil, 70% são camponeses pobres e em poucos meses a ATC organizou a metade. Estamos resolvendo o problema camponês pela associação de pequenos proprietários.

*O desenvolvimento das culturas de agroexportação gerou o problema do trabalhador "de safra", que só tem emprego durante dois ou três meses por ano. Como resolver isso?*

— Com plantações anuais, de banana, madeira, onde o trabalho é permanente. Ao mesmo tempo em que se organiza essa massa desgarrada de camponeses com culturas diferentes, simplificando e organizando a sua vida, cria-se um eixo de desenvolvimento. Para que se possa desenvolver a costa atlântica, temos

que ver isso como desenvolvimento econômico. Há camponeses na zona de Matagalpa que necessitam somente de uma estrada para que possam produzir. Atualmente só trabalham em grupos de três, por que, se produzissem em dez, o que iriam fazer com a produção? Onde distribuí-la? O que limita a distribuição é a infraestrutura atrasada. Vamos fazer a reforma agrária com estradas.

*Então vão faltar braços para as safras de algodão e café...*

— Não. Você não me entendeu. Eu falava da costa atlântica, onde estamos submetidos a uma intensa decomposição social. Os nicaraguenses da selva vivem dispersos às margens dos grandes rios, isolados, na base da cultura de subsistência. Temos que juntá-los, mas como? Em um projeto de grandes bases.

*Mas qual será, então, a solução para os trabalhadores sem terra da zona do Pacífico, que têm trabalho somente alguns meses do ano, na época das safras?*

— Há três alternativas e a solução derivará possivelmente de uma combinação das três. Primeira, a irrigação: as safras são sazonais porque dependem das chuvas. Porém temos essa grande reserva natural, que é o lago da Nicarágua, e, se por algum processo, conseguirmos levar essa água até as terras da costa, resolvemos o problema. Essa é a primeira alternativa. A segunda é uma combinação da produção sazonal e outro tipo de produção, por exemplo, uma granja avícola ou uma agricultura de cereais básicos. A terceira alternativa está na capacidade do sistema em integrar trabalhadores nas áreas de desen-

volvimento. Estamos, por exemplo, construindo casas. Durante o período de secas temos que criar trabalho: melhoria de estradas, construção civil, etc. Temos é que organizar essa série de atividades.

Nas cooperativas, nós pedimos aos companheiros que assinem uma cláusula comprometendo-se a participar da colheita. Porque o verdadeiro problema não será o desemprego, mas sim a falta de braços suficientes para a agricultura de exportação caso dermos terra e ocupação a todos. Temos dois milhões e meio de habitantes, com setecentos mil trabalhadores, dos quais a metade está no campo. E esses trezentos e cinquenta mil são homens que a agricultura de exportação necessita. Neste momento estamos providenciando cem máquinas de colher algodão, prevendo que a força de trabalho será insuficiente para a colheita.

Perdemos milhares de trabalhadores na guerra, já que tivemos que criar um novo exército com milhares de homens que provavelmente eram cortadores de café ou de algodão. E muitos cortadores, que foram transformados em guardas de Somoza, agora estão presos ou mortos, ou ainda no exterior.

## Desenvolver a agroindústria

*Quer dizer, uma posição diferente daquela defendida para o Terceiro Mundo: a utilização de mão de obra intensiva com investimentos de pouco capital. Na Nicarágua propõe-se um desenvolvimento agroindustrial baseado na mecanização...*

— Correto. Desenvolvimento agroindustrial. Nossa idéia é que uma plantação de algodão pode-

rá amanhã transformar-se em uma fábrica têxtil. O problema é de acumulação: de onde vamos tirar os recursos, quando temos que resolver, ao mesmo tempo, problemas de educação, saúde e moradia? Nossos excedentes tem que resolver esses problemas. Temos, então que trabalhar com capitais externos, com ajuda exterior. Sem esses recursos estaremos muito mal.

Somos inimigos de todas aquelas variantes um tanto estúpidas, como as tecnologias chamadas de "apropriadas". Isso é simplesmente dizer aos subdesenvolvidos: "Vocês ficarão assim para sempre". Não aceitamos isso e procuraremos organizar uma economia desenvolvida. A reforma agrária é fazer com que um hectare em vez de produzir apenas milho, produza vinte mil dólares. O importante é que as forças de produção se empenhem ao máximo. Estamos trabalhando neste momento contra as correntes internacionais, porque o Banco Internacional de Desenvolvimento, o Banco Mundial e as agências de desenvolvimento de outros países pensam de modo diferente. Quando procuramos financiamentos, nos dizem não e não. "Não ajudamos camponeses pobres. Financiaremos vocês para que lhes dêem uma parte". Não queremos isso. Queremos quarenta milhões de dólares para investirmos numa grande plantação, num grande projeto.

Acreditamos que, mais tarde, todos os países se convencerão de que nós temos razão. Temos que produzir alimentos, isso é estratégico para o chamado Terceiro Mundo. Tão estratégico como o petróleo. Mas temos que produzi-lo em grande escala, com métodos industriais, sabendo industrializar nossos próprios produtos. E estamos, historicamente, qualitativamente condenados. Por que? Porque o nosso desenvolvimento nos converteu em um país que apenas produz

alimentos para os países que dominam os meios de produção.

### Três revoluções

*Com um ano de trabalho a revolução não produziu, então, benefícios concretos para a maioria...?*

— Bem, o primeiro benefício é a liberdade, sair da opressão. A Nicarágua nunca foi um país livre. Nunca. Isso até o 19 de julho. Pela primeira vez, os nicaraguenses adquirem consciência do seu país. Derrubamos três ditaduras: a ditadura do imperialismo, a ditadura das classes reacionárias e exploradoras e a ditadura da opressão, exercida pela família Somoza e um conjunto de lumpens militares. Mas a pior de todas era a ditadura do imperialismo: a ditadura somozista não era mais do que a sua expressão na Nicarágua.

Isso nos dá a possibilidade de levar adiante três movimentos revolucionários: a libertação nacional, a democracia e o progresso social. São três as revoluções que aqui fazemos, com uma só vontade política. Quem tomou o poder foi o povo, e a Frente Sandinista o conduziu. Se isso não é uma vitória, o que mais pode sê-lo? Todo o resto é secundário. Nacionalizar os bancos significou dar uma machadada na oligarquia financeira porque, aqui, o capitalismo estava estruturado em três blocos: Banco Nicaraguense, Banco da América e Somoza. E os três se foram. Só ficaram as marionetes, uma burguesia desarticulada. E o Estado é o eixo econômico, impondo as taxas de créditos e os impostos, que julga corretos, controlando o comércio exterior. Isto significa que o Estado detém o controle do processo de acumulação e reprodução coisa que muitos dos intelectuais que andam por aí não sabem porque imaginam que só há uma via para a revolução. Não fazemos aqui o que os bolcheviques fizeram em 1917, não



**Wheelock:**  
estamos fazendo três revoluções

estamos perdidos e nem somos uns perdulários.

Poder popular significa que são os revolucionários que têm a hegemonia, que a burguesia já não tem o poder. Neste país subdesenvolvido, atrasado, dependente e atacado pelo imperialismo, a burguesia, como classe, demonstrou ser absolutamente incapaz de resolver os problemas nacionais: o progresso social a independência e a democracia.

*Resta o povo...*

— Isso significa que o poder é do povo, dos trabalhadores, dos camponeses, dos revolucionários. E não estou falando em termos de classe. Refiro-me mesmo ao povo humilde, dirigido por uma vanguarda que é a Frente Sandinista. Isso quer dizer poder popular. O poder do povo, a democracia. Não a democracia popular. A *democracia*. Que quer dizer o poder do povo. □

NICARÁGUA

# Aprender a ler: um sonho camponês

*O coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização, padre Fernando Cardenal, explica o sentido liberador e não doutrinário da campanha. O método de ensino e a grande participação popular. A ajuda externa e os questionamentos internos*



Aprender a ler, a contar, a falar corretamente é também uma forma de independência, de liberdade. Os camponeses nicaraguenses entenderam que a ignorância é a grande arma dos poderosos. Por isto não havia escolas, não havia nada que pudesse ajudá-los a ter cultura. Hoje os jovens ensina os velhos, que só tiveram tempo de ser explorados durante o governo de Somoza



Fernando Cardenal pede que o chamemos de *companheiro* em vez de *padre*. Mas, talvez, a qualificação mais adequada seja *comandante*. Isso porque esse sacerdote jesuíta é hoje, sem dúvida, o comandante de um enorme exército sem armas, de alunos e professores, que trava a batalha pela "insurreição cultural". Nesta entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, Cardenal extravasa o seu enorme entusiasmo por essa grande mobilização de vontades, que é a Cruzada e a defende dos diversos ataques dirigidos tanto do exterior quanto do interior do país.

— É frequente ouvir-se no exterior a acusação de que a Cruzada Nacional de Alfabetização é eminentemente política. Qual sua opinião sobre isso?

— Segundo me contava o comandante Modesto (Henry Ruiz), atual ministro do Planejamento, a promessa que mais facilmente abria as portas do camponês a colaborar com a guerrilha não era construir-lhe uma casa, dar-lhe remédios ou comida, mas ensiná-lo a ler. Esse era seu maior sonho.

Por isso, 15 dias após a vitória, os comandantes perguntavam ao ministro da Educação: quando começa a campanha de alfabetização? Essa campanha tem uma origem política porque é um compromisso da revolução. É um ato de justiça dos comandantes que, logo após a vitória, já materializavam a promessa feita ao camponês.

Assim, fizemos um projeto que não é um simples e mecânico conhecer das letras, porque isso não nos interessa e, principalmente, não nos serve. Aqueles que andam dizendo ou disseram por aí que a educação deve ser apolítica, são os que dão uma educação totalmente política.

Há pouco tempo, veio um perito da Índia e me perguntou por que nossa cartilha não começava com a palavra *água*. "Paulo Freire não estaria muito de acordo com que os senhores comessem com a palavra *revolução*", disse-nos. "Vê-se que o senhor não conhece Paulo Freire nem tem falado com ele ultimamente", respondi-lhe. "Ele viu o material da cartilha e pareceu-lhe muito bem que começássemos com a palavra *Revolução*, que, além de tudo, contém 4 das cinco vogais. Aqui, na Nicarágua, não existe o problema da água: é um país de lagos e vulcões. Pretender que comecemos com a palavra *água*, como uma coisa apolítica, é defender um projeto político muito claro: o de enganar o povo e esconder-lhe seus problemas".

Falar de todas essas coisas que estão nas nuvens, como está a água, de tudo aquilo que não significa nenhum problema em sua vida, isso é totalmente contrário ao que o próprio Paulo Freire pretende, quer dizer, ele propõe que se parta de palavras que estejam carregadas de vida. É como nossa vida, nesses momentos, está carregada de palavras como revolução, exploração, imperialismo, liberação, liberdade, Frente Sandinista, essas são as palavras com que eles vão aprender a ler.

Então, se alguém perguntar se essa é uma educação política, eu digo que sim, que é política. É uma educação política mas liberadora. Não é doutrinação. Nós não estamos impondo nenhuma ideologia. Estamos liberando-os para que eles, livremente, participem depois. Estamos num processo de democratização do país e não pode haver democracia sem a participação das massas.

O primeiro passo para poder participar é poder ler e escrever. Por isso, é um projeto político, porque vai fazendo com que aprendam a ler ao mesmo tempo que aprendem sua dignidade, sua história, sua realidade, que vejam seu destino e o escolham livremente.

Aqui existiram fazendas de gado onde as vacas eram atendidas por um veterinário quando pariam, enquanto a camponesa dava à luz, às vezes no rio, cortando com as unhas o cordão umbilical. Se ensinarmos a essa camponesa que ela é mais importante que a vaca, então, sim, estamos doutrinando; mas nós vamos dizer-lhe isso enquanto aprende a ler e a escrever.

Vamos ensinar ao camponês que ele é um homem digno, que é um homem livre, que o destino desse país custou 50 mil mortos mas que agora ninguém vai nos dizer o que faremos; nós é que vamos decidir. E quando dizemos *nós*, dizemos *todos eles*; todos os que nunca falaram nesse país, agora podem falar e vão poder falar porque agora vão poder ler e escrever.

Portanto, é uma educação liberadora, conscientizadora, politizadora. E democrática. Para nós, a democracia profunda e autêntica é aquela na qual o povo participa e seu poder está precisamente nessa participação.

Aqui tem gente que diz — como o engenheiro Robelo, do Movimento Democrático Nicaraguense — que nós estamos domesticando. Nos tempos de Somoza e nos anos anteriores, naqueles em que, aí sim, havia uma educação domesticadora, alienante, pró-imperialista, estranha a nossas terras, eles nunca se queixaram de que essa educação domesticasse.

Mas quando se ensina o camponês a ler, então gritam logo aos quatro ventos, porque vai contra seus interesses. Eles querem que o camponês continue ignorante, porque, como dizia uma camponesa, aquele que não sabe ler é como um cego. E a um



cego, levam-no para qualquer lado e ao camponês, levaram-no a qualquer lado, à exploração.

Se alguém vê a cartilha, pode observar que nem mesmo há termos que possam identificar uma ideologia concreta. O que há é a vida e a história desse povo nas palavras que estão aprendendo.

### Que o povo eduque o povo

— *E como os senhores pensaram em prolongar o esforço da Cruzada Nacional de Alfabetização até uma etapa posterior da educação de adultos?*

— Nós vamos fazer com que essa campanha não seja um mero acontecimento como se tratasse de fogos de artifício que estouraram e se acabam. Existem dois projetos. Um é o de incrementar o número de escolas primárias porque, ao contrário, dentro de alguns anos teremos que fazer outra campanha de alfabetização e aumentar também o número de professores primários, para cortar o analfabetismo pela raiz.

O outro projeto é a educação de adultos, onde já se começou a trabalhar em duas etapas: do final da cruzada até dezembro, e daí em diante. Faremos com que todos que acabem de aprender a ler, aprofundem sua técnica. A partir de 81, será implantada a educação de adultos com todas as suas ramificações, através das organizações de massa, em colaboração com os ministérios: a ATC (Associação de Trabalhadores do Campo), a Central Sandinista de Trabalhadores, etc.

Vai-se criar um vice-ministério de Educação de Adultos. Nosso desejo e interesse é de se chegar ao máximo. Esse projeto,

sem dúvida, é muito grande, muito maior que o da Cruzada. Não só vamos ter como alunos aqueles que recém acabam de aprender a ler, mas também os que aprenderam a ler nos últimos vinte anos, terminaram as 1ª, 2ª ou 3ª séries e que agora querem continuar estudando.

*A grande maioria dos quadros docentes formou-se durante o somozismo. De que maneira os senhores poderão assegurar o compromisso de uma campanha de alfabetização com a formação de quadros a nível técnico?*

— A solução para todos os nossos problemas foi mostrada pela revolução sandinista: a participação popular. Foi o povo que solucionou o problema da ditadura. Com uma vanguarda, claro, mas foi, essencialmente, o povo. Nós auxiliamos as organizações de massa e lhes dissemos: é necessário fazer uma cruzada. E o povo organizado está fazendo a Cruzada.

A Cruzada não é feita nos escritórios. Nós os ajudamos fazendo a cartilha, conseguindo dinheiro, comprando botas, capotes para chuva, remédios. Oferecemos serviços para que isso seja possível; o ensino, oferecem-no os jovens, os trabalhadores no campo, os professores.

Com a educação de adultos, pensamos fazer o mesmo. O povo educa o povo. Assim, surgirão professores populares, camponeses que terminaram as 3ª, 4ª, 5ª séries primárias e que se capacitarão através de seminários para ajudar os que acabam de aprender a ler. Que aquele que saiba um pouquinho, ensine ao que sabe menos.

Não vamos esperar que nossas Escolas Normais formem 5 mil

professores para começar. Vamos começar já. Acreditamos que dos brigadistas sairão muitas vocações de professores. Já estamos vendo isso. Eles são realmente talentosos. Nunca tinham descoberto a beleza que é ensinar e o estão fazendo.

E esperamos que, na volta, continuem com a mesma mística revolucionária para que ofereçam horas diárias e semanais ao ensino. Não devemos esquecer que a grande maioria deles está cursando o ensino médio ou universitário, que não lhes ocupa todo o dia. Vamos fazer também com que os professores primários transformem-se em professores de adultos, que sirvam para ambas as coisas. Estamos estudando, da mesma forma, a possibilidade de implantar escolas radiofônicas.

Existem zonas em nosso país onde é impossível abrir escolas porque os camponeses estão a uma ou duas horas de distância entre eles. Agora, podemos nos dar ao luxo de ter um brigadista vivendo por lá, mas assim mesmo não se pode fazer uma escola. Recorremos também às organizações de massa, que procuram nos informar das necessidades e, ao mesmo tempo, das possibilidades de alfabetizadores populares que existam em cada uma delas. Também não excluimos o apoio dos professores internacionalistas.

### Preferimos o "Che" e não o "Cha" \*

*Qual é, exatamente, a ajuda internacional que a Cruzada recebe?*

— A Cruzada tem, trabalhado diretamente em educação, 50

\* *Xá, referindo-se ao ex-monarca iririano.*

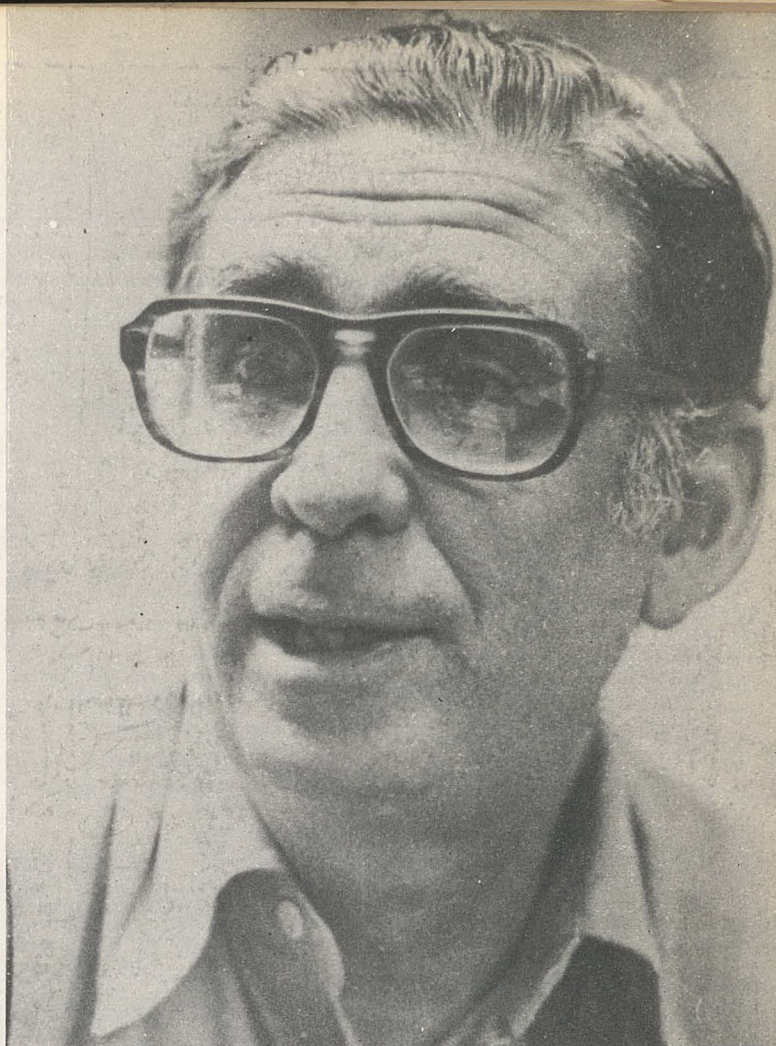


professores espanhóis, cerca de 50 costa-riquenhos, um grupo de 50 da República Dominicana e, aí, vem a pergunta obrigatória: "e quantos cubanos?" Não é? A imprensa manipulou a cifra de 1.200 professores cubanos e, às vezes, elevou-a a 2 mil ou 3 mil.

Para a Nicarágua, vieram, no mês de novembro do ano passado, 1.200 professores cubanos. O ano letivo tinha começado em setembro, como de hábito; e eles vieram, no intercâmbio de projetos de governo a governo, para ocupar os locais mais distantes do país onde não havia escola primária. Eles não vieram para a Cruzada, que começou em 24 de março. Neste instante, os professores cubanos estão acabando seu curso e saindo para Cuba a fim de passar suas férias, para regressar em agosto e começar, junto com os professores nicaraguenses, um novo período escolar. Dizer que existem 1.200 professores cubanos na alfabetização é uma manipulação inteiramente mal intencionada da verdade. O que não quer dizer que eles, ao mesmo tempo que ensinavam as crianças, não ensinassem também os adultos. Mas eles não estão dentro da estrutura da Cruzada.

Eu, pessoalmente, quando estive em Cuba, em setembro, pedi assessores porque considero que é o único país na América Latina que teve uma experiência vitoriosa em alfabetização. Mesmo que nós estudemos, através de revistas e análises da Unesco e outras instituições, diversas experiências, a única que nos podia servir — porque triunfou — era a cubana.

Em nossos escritórios, temos 3 ou 4 assessores cubanos. Pedimos à Unesco um assessor internacional e ela nos mandou um cubano da categoria de Raul Ferrer, vice-ministro de Educação, que foi, além disso, vice-coordenador da campanha de alfabetização em seu país. Temos, tam-



Fernando Cardenal, responsável pela Cruzada Nacional de Alfabetização

bém, nos departamentos, 12 ou 13 assessores. Eu gostaria que houvesse um em cada departamento. Mas não foi possível. E essa é a realidade da presença cubana na área da educação.

Eles nunca nos disseram "Vocês têm que fazer tal coisa". Sempre disseram: "Nós fizemos tal coisa". Nesse escritório ninguém me disse o que é que tenho de fazer. Tenho estado muito próximo de Raul Ferrer. E os que o conhecem no mundo sabem da humildade, da simplicidade e do amor que esse homem pôs e põe tanto aqui como em outros projetos.

Num jornal de um país centro-americano, de uma forma mal intencionada, fotografaram uma página da cartilha onde se introduz a sílaba *che*. Na frase dessa página, nós pusemos: "Che, guerrilheiro heróico". Nesse jornal, disseram que os nicaraguenses estavam aprendendo a ler numa cartilha que era uma homenagem total ao Che. É a única pessoa nomeada que não é nicaraguense. Podíamos também ter posto "Cha". Mas, na Nicarágua, temos muito mais simpatia pelo Che que pelo "Cha". Podíamos também ter posto *chu* ou *chi*, mas quisemos por Che, porque lhe temos um grande carinho.



## A Cruzada triunfará

*É comum, em muitos países latino-americanos, a presença, em comunidades camponesas, de organizações missionárias na tarefa de pseudo-alfabetização. Qual é a incidência das mesmas aqui na Nicarágua?*

— Bom, na Nicarágua, também, elas existem. Havia uma que usava o método conhecido como Alfalit para o ensino da lecto-escrita. Mas como lhes disse, isso não nos serve. É tão genérico que pode servir para qualquer país, mas não para nós. De qualquer forma, eles se colocaram a serviço da Cruzada e aceitaram nossas indicações; inclusi-

ve a instituição a que pertencem nos ajudou economicamente.

Mas também houve outras seitas protestantes que não só estavam usando métodos absolutamente não-científicos, absurdos e alienantes como também quiseram prejudicar ou boicotar a Cruzada jogando com atividades de culto na mesma hora da alfabetização.

*De 9 a 11 de junho realizou-se o Primeiro Congresso da Alfabetização, chamado de "Georgino Andrade Rivera", em homenagem ao primeiro mártir da Cruzada. Qual o balanço que os senhores fazem desse Congresso?*

— Esse Congresso fez-se, primeiro, a nível dos 141 municí-

pios com representação de todos os que estão alfabetizando: assessores técnicos, brigadistas, camponeses, organizações de massa. Posteriormente, ampliou-se aos departamentos (estados) para finalmente culminar a nível nacional, aqui em Manágua, com 700 delegados. Não foi, portanto, um congresso de cúpula.

A avaliação foi sumamente positiva. Como disse o comandante Carlos Carrión, representante da Direção Nacional da FSLN na Cruzada: "A Cruzada já triunfou, a Cruzada vai triunfando e a Cruzada triunfará irreversivelmente". Creio que essa é a síntese da avaliação.

O povo que fez a façanha de derrubar a ditadura, sem dinhei-



As milícias operárias de alfabetização fazem o juramento para o duro mas dignificante trabalho que terão que enfrentar por todo o país

ro, quase sem armas, com instrumentos muitas vezes caseiros, mas com uma força e uma mística extraordinárias, esse mesmo povo está fazendo a alfabetização, com uma crise econômica pavorosa, com problemas de transporte, com o inverno que deixou muitas zonas sem comunicação. Assim mesmo, está-se fazendo.

Percorremos a metade do caminho e o calendário que tínhamos traçado desde o começo, para saber em que lição deveríamos estar em cada data, coincidia. Estavam, nesse momento, na lição 9 ou 10. Portanto, se, na metade da Cruzada, está-se na lição indicada, podemos esperar que até o final, consigamos continuar com o mesmo ritmo tendo em conta que as dez primeiras são as mais difíceis.

Analisou-se uma grande quantidade de problemas dos quais buscaram-se as possíveis soluções através de três comissões: uma técnica pedagógica; outra onde se analisou a organização, a parte política e a participação das organizações de massa; e outra de apoio logístico. Nessas três comissões, a mecânica de trabalho foi o levantamento de problemas e, paralelamente, a busca de soluções para eles. Na maioria das vezes, as soluções levantadas superavam a quantidade de problemas.

*E qual eram os problemas mais frequentes?*

— Eu diria que os mais graves são os que herdamos do somozismo: falta de transporte, enormes zonas incomunicáveis por causa do inverno, uma precária ou inexistente infra-estrutura de saúde, agravada pela falta de médicos e enfermeiras na maior parte do país.

*Houve muitas deserções a nível dos brigadistas?*

— A porcentagem foi de 4,6% no primeiro mês, o que é nada na situação de dureza de vida em



**"Punho erguido, livro aberto":  
os alfabetizadores e o slogan caminhando por todo o país**

que a grande maioria deles vive. Muitos dos que voltaram foi por motivo de saúde; e muitos, também, regressaram de novo ao trabalho.

*Qual tem sido para os senhores a grande lição de todo esse esforço?*

— Nesse tipo de projeto, a fé no povo e o fato de desenvolver esse projeto junto com ele, é fundamental. Com um povo que

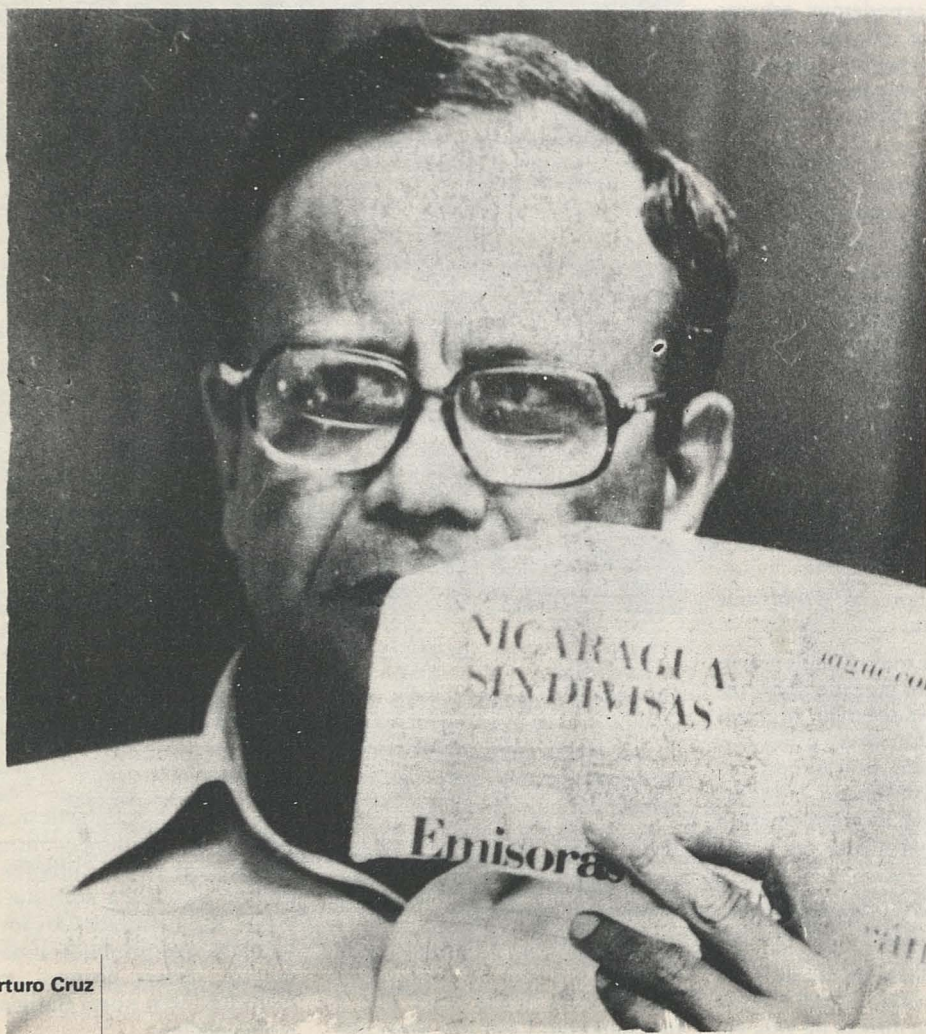
fez uma revolução tudo é possível. A Cruzada é um imenso conjunto de problemas mas avança; e ninguém a detém.

E a outra grande lição é que cada país tem que encontrar seu próprio caminho. Cuba fez uma proeza gigantesca com sua revolução e sua alfabetização. Nós também encontramos nosso caminho, nossas formas, nossos métodos, com nossa gente e com nossos meios. □

NICARÁGUA

# Um banqueiro na revolução

*Arturo Cruz, membro da Junta de Governo, analisa a situação econômica do país depois de um ano da vitória e explica o sistema nicaraguense de economia mista. Como funciona a economia numa "revolução muito especial"*



Arturo Cruz



A revolução tem algumas peculiaridades na Nicarágua: os Estados Unidos são a principal fonte de ajuda externa, o câmbio negro de dólares é tolerado e um banqueiro está à frente dos assuntos financeiros. É Arturo Cruz, integrado em maio à Junta de Governo em consequência da renúncia de Alfonso Robelo e Violeta Barrios de Chamorro.

“Não é necessário ser marxista-leninista para estar com a revolução”, comentou Cruz a **cadernos do terceiro mundo**. “Mas também não sou antimarxista”, acrescentou, ao falar de sua militância anti-somozista, que começou nos fileiras do Partido Conservador e culminou com sua integração ao Grupo dos Doze.

Arturo Cruz era gerente do Banco da América (sem relação com o Bank of America). Com o triunfo da revolução, conta ele, muitos empresários se aproximaram para perguntar-lhe quando sairia do país. “Enquanto você ficar, nós ficaremos”, foi a conclusão deles quando souberam que Cruz não iria embora como também passava a presidir o Banco Central da Nicarágua.

Sua nomeação para integrar a Junta foi recebida com aprovação pela Igreja, pelo Cosep e pela burguesia progressista da Nicarágua, “porque sabem que não sou marionete de ninguém, nem me prestaria a um jogo desse tipo”. A Frente Sandinista, por seu lado, confia em seu caráter e no seu descaso por interesses políticos espúrios. Cruz começou a entrevista analisando a marcha da economia nicaraguense.

*Que balanço que a Junta poderia fazer nesse primeiro ano de governo quanto à reconstrução e ao andamento geral da economia?*

— Foi um ano do estabelecimento das bases de um programa de prazo mais longo. Capitalizamos as experiências para termos

melhores critérios para o nosso programa 1981-1983, um plano trienal. De 19 de julho de 1979 até hoje, a revolução deu os passos que eram indispensáveis para que o sistema econômico do nosso país se renovasse, sistema esse que até então era uma simples economia agro-exportadora.

Num primeiro estágio, nacionalizou-se o sistema financeiro. Dessa forma, não só se garantiam os depósitos, mas também mantinha-se o crédito externo da Nicarágua e estabelecia-se um novo sistema de intermediação para que os setores que antes tinham sido substituídos pelos serviços bancários fossem cobertos daí em diante. Além disso, a nacionalização do sistema financeiro e sua reorganização nos permitem dirigir com mais eficácia os recursos da economia aos setores que o governo revolucionário tem interesse em fortalecer e ter o fluxo financeiro necessário para impulsionar suas grandes metas.

*Disseram que nacionalizar bancos que estavam, de fato, na bancarrota não significou nenhum benefício para a economia nicaraguense.*

— Isso é um erro. Em primeiro lugar, tínhamos que garantir a poupança dos depositantes. Do contrário, isso teria significado, no final, a morte do sistema financeiro. Por outro lado, pelo fato de os bancos estarem endividados, os credores externos melhoraram sua posição, pois passaram a tratar com o Estado e não com os acionistas, que se encontravam em situação precária.

*Além das propriedades de So-moza, que outros setores foram nacionalizados?*

— O setor de comércio exterior, pois nos permitiu garantir um preço mais equitativo para os produtores ao eliminar certos intermediários e ter um melhor fluxo de divisas, melhor capta-

ção e, também, melhorar a arrecadação de impostos.

Outra medida importantíssima foi a nacionalização de certos recursos naturais como o ouro e a prata. Além disso, a elaboração de um plano de desenvolvimento teve muita importância porque estabeleceu os parâmetros, os objetivos até onde queremos ir. Esse programa estabelece novos padrões de consumo e, em consequência, novos padrões de produção. E como resultado de tudo isso, existe algo fundamentalíssimo; fechamos o ano com a definição de qual o sistema econômico que vamos ter: um sistema de economia mista.

### Redistribuir a riqueza

*Esse termo é aplicado em muitos países que, na prática, apresentam situações muito diferentes. Que quer dizer “economia mista” na Nicarágua?*

— Existe um setor público forte. Forte tanto na contribuição que tem no Produto Interno Bruto como no controle dos meios de produção e, lógico, na direção (gerência) da economia. Mas, paralelo à Área de Propriedade do Povo — como chamamos esse setor público — está o setor privado. E o segundo está subordinado ao primeiro.

Isso não significa, de nenhuma maneira, a supressão ou a emasculação desse setor privado. Naturalmente, também não se trata da acumulação de riqueza em poucas mãos. Isso já é coisa do passado. Mas está muito claro para nós a necessidade de darmos os incentivos necessários aos produtores: sem produtores não há produção. Em alguns casos a produção econômica está majoritariamente nos setores privados, como algodão, café, gado. Claro que também ficou para trás, para sempre, um sistema impositivo como o antigo, que era totalmente inadequado. De agora em diante, a gente vai ter que pagar



impostos na medida em que o fisco o exija para fazer uma verdadeira redistribuição da riqueza, para levar adiante obras sociais.

Mas também compreendemos claramente que não podemos meter-nos em projetos de dimensão social de grande envergadura se não tivermos capacidade para fazê-los. Há alguns passos que são necessários e como parte da revolução são inadiáveis, mas têm seu custo financeiro.

Quais?

— Um deles é a Cruzada de Alfabetização, outro é o sistema único de saúde e, lógico, outro é a reforma agrária.

### Sinais positivos

O "Programa de Reativação Econômica em Benefício do Povo" propõe, para 1980, um plano de investimentos no qual o setor público participa com 3.737 milhões de córdobas (moeda nicaraguense) e o privado com apenas 470 milhões. A distribuição das responsabilidades não parece muito equitativa.

— Acontece que o programa de reativação não necessita de um grande esforço, de um novo investimento durante 1980 e 1981. A tarefa primordial é restabelecer o nível de produção e reparar os danos da guerra. Os investimentos públicos se destinam à reposição e ampliação da infra-estrutura social. Textualmente, o programa diz que "em vista do pouco investimento privado previsível, o investimento público predominará na formação de capital nacional em 1980 antecipando-se, assim, o papel futuro do Estado como eixo da acumulação na economia".

Essas cifras de investimento tão contrastantes, são então meramente conjunturais. Não refletem a estrutura da produção em termos dos setores privado e público. O Estado assumiu tudo o que era de Somoza e isso mudou a composição da contribuição ao PIB. Em geral, o setor privado contribui agora com 49 ou 50% para o Produto Interno Bruto; praticamente, a metade.

Esses investimentos previstos estão sendo cumpridos?

— Não. Afinal, as projeções são projeções. Em primeiro lugar, o primeiro semestre de 1980 é o mais difícil, o mais inapropriado para medir resultados. Nesse primeiro semestre nós estamos consolidando aquilo que foi feito em 1979. Então, o que estamos fazendo é completar o ciclo anterior. O resultado do ano, quem vai dar é o segundo semestre, embora, claro, o ano seja a somatória dos dois.

Por pouco não atingimos as nossas metas, tanto na produção quanto no investimento. Alguns projetos de investimento não se cumpriram, mas há sinais muito positivos: em termos de grãos básicos, vamos obter resultados muito bons; em algodão, não vamos chegar aos 170 mil alqueires semeados que tínhamos fixado como meta, mas alcançaremos os 150 mil, mais de três quartas partes da área normal; a colheita de café vai ser excelente, pelas condições do clima. Porém, o mais importante para mim é que, como consequência do diálogo do governo com o setor privado, há um clima de disposição. Existe a vontade política dos dirigentes da revolução de tornar realidade o sistema de economia mista e, dos produto-

res, de fazer um esforço de produção.

### Os sandinistas atuaram com cordialidade

*Em que medida os problemas políticos derivados da renúncia de Robledo e as mudanças na Junta afetaram a economia?*

— Eu creio que a economia foi muito pouco afetada. Claro que a retirada de Alfonso colocava a grande interrogação: se o pluralismo político, anunciado pela vanguarda da revolução, continuaria. Mas isso se confirmou. Muitas vezes, as reivindicações do setor privado não são do tipo econômico mas, sim, do tipo político. Muitas vezes, os empresários são mais porta-vozes ideológicos que sindicais.

Na medida em que se confirmou que aqui há uma vontade política por parte da vanguarda da revolução de manter um sistema pluralista, os ânimos se acalmaram. Isso não quer dizer que o MDN não vá continuar com sua posição. Claro que sim.

A renúncia de Alfonso gerou uma enorme incerteza. Colocou-se a seguinte interrogação: O que é que vai acontecer aqui? Creio que a Frente Sandinista atuou com muita cordialidade ao manter seu rumo. Houve, apenas, uma parada no caminho para se olhar a bússola. E, como resultado, foi revogada a lei de emergência, que limitava os direitos do cidadão, e foi aprovada uma lei que estabelece o recurso de amparo, que permite apelação.

### Aqui não há nenhum milagre

*O plano de reativação também estabelece reduzir a infla-*

ção que no ano passado foi de 60%...

— ...e mantê-la entre 20 e 23%. Existem estatísticas mas, sinceramente, não quero opinar com base nas estatísticas. Temos tido certos problemas na distribuição. E estivemos importando para suprir as deficiências da produção doméstica. Tem havido uma certa monopolização, não por má intenção mas por preocupação. E um tremendo consumismo. O consumo de cigarros, de cerveja, de refrigerantes, de rum, tem aumentado de maneira nunca vista...

*Talvez festejando o triunfo...*

— Talvez. O aumento tem sido enorme. Os fabricantes de refrigerantes e de rum nunca tinham vendido tanto. Agora, segundo os dados do primeiro semestre de 1980, de acordo com a inflação anual, estaríamos abaixo de 10%. Mas prefiro não opinar sobre isso. É claro que a inflação mundial, a alta dos preços do petróleo, nos afeta muito.

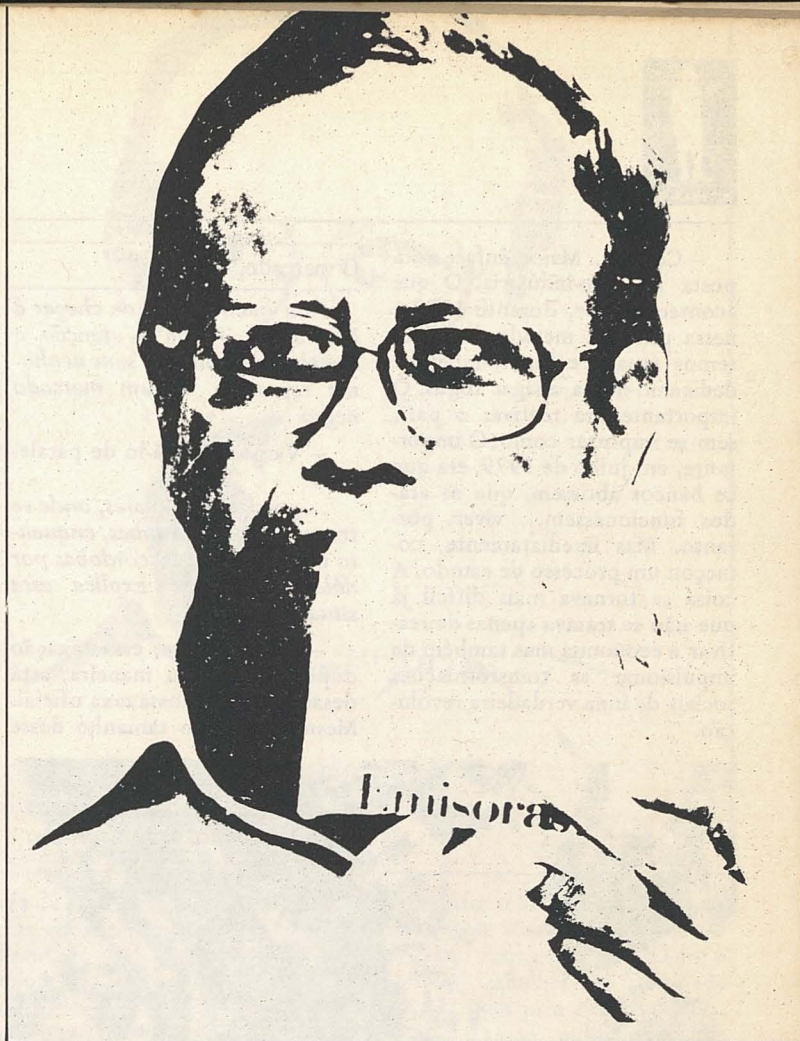
*Se tiverem êxito em baixar a inflação de 60 para 20%, muitos ministros de finanças virão pedir-lhe a receita...*

— Bom, não é nenhum milagre. Acontece que os 60% de inflação foi produto da guerra. Estamos voltando ao que é normal para a Nicarágua. Uma inflação de 20% estaria de acordo com a marcha da economia mundial.

### Primeiro, era viver...

*Quais serão as modificações que esperam introduzir no modelo agro-exportador tradicional?*

— Não são modificações de grande envergadura. Nós vamos continuar impulsionando ao máximo as exportações. Temos que fazê-lo assim para fechar a brecha externa. Mas vamos agora ter



mais cuidado para que não ocorram os desatinos do passado, como quando todas as melhores terras do ocidente foram tomadas para a cultura do algodão, depreciando-se o cultivo do abacate, das laranjas, marginalizando-se totalmente o pequeno produtor de grãos básicos. É necessária uma maior racionalização. Além disso, o camponês não estava incorporado a esse processo. Era um elemento explorado e agora o que se quer é que tenha uma participação positiva. Essa é a grande diferença. Os benefícios dessa economia agro-exportadora só enriqueciam uns poucos e agora terá que haver uma distribuição mais equitativa desses be-

nefícios. Então, nesse sentido, sim, há uma mudança.

E também há mudança na medida em que vamos ser bem austeros nas importações. Antes da revolução, a idéia era exportar para gerar os dólares que permitiram as importações suntuosas desses reduzidos grupos. Mas, com relação aos meios de produção, há muito pouca diferença entre o que produzir e quais os mercados. É muito pouco o que se pode inovar nisso.

*Mas se prevêem modificações importantes, a médio prazo, na etapa que dá seqüência ao plano de reativação, no plano trienal.*



— Correto. Maior ênfase será posta na agro-indústria. O que acontece é que, durante 1979 e nessa primeira metade de 1980, temos atuado como bombeiros: dedicamo-nos à apagar fogos. O importante era reativar o país, sem se importar como. O importante, em julho de 1979, era que os bancos abrissem, que os arados funcionassem... viver, portanto. Mas imediatamente, começou um processo de estudo. A coisa se tornava mais difícil já que não se tratava apenas de reativar a economia mas também de impulsionar as transformações sociais de uma verdadeira revolução.



Depois da vitória, a alegria do fim de uma ordem econômica e social injusta diante da imagem do ditador

## O mercado “paralelo”

*Para quem acaba de chegar à Nicarágua, chamá a atenção a existência pública e sem nenhuma repressão de um mercado negro...*

— Vamos chamá-lo de paralelo...

*...paralelo de dólares, onde se trocam por 17 córdobas, enquanto o oficial paga 10 córdobas por dólar. Como se explica essa situação?*

— Efetivamente, essa taxa dupla, de alguma maneira, está desacreditando nossa taxa oficial. Mesmo assim, o tamanho desse

mercado não é alarmante. Talvez seja menos de 10% da demanda total de divisas.

A medida que o faria desaparecer seria a de que nós tivéssemos tal disponibilidade de divisas, que houvesse, para todos, ao câmbio oficial. É lógico, num governo revolucionário, esse “para todos” de nenhuma forma poderia incluir transferências de capital, digamos, de um pecuarista ou um cafeicultor que tentasse mandar para o exterior o produto de suas colheitas. Mas uma remessa normal, por exemplo, a familiares no exterior, a estudantes, gastos em viagens de estudo ou de negócios ou mesmo de passeio, não teria nenhuma objeção.

Então, o que estamos fazendo? Estamos ampliando, na medida do possível, a lista oficial de prioridades. Desde janeiro deste ano, já se podem comprar dólares a preço oficial para estudantes no estrangeiro, para gastos médicos e, assim, continuaremos ampliando a lista.

*Como ingressam os dólares no mercado paralelo?*

— São os chamados “ingressos invisíveis” que nos interessam captar. Por isso, temos que ser tolerantes. Por exemplo, quem tem investimentos fora, recebe dólares e os vende a um preço maior que o oficial, tendo, uma receita maior para aplicar em seu capital de trabalho. Ao mesmo tempo, isso supre de divisas as necessidades legítimas: remessas a estudantes que não estejam no nível universitário, remessas a alguns familiares, importações de algumas coisas não cobertas pelas listas oficiais. Mas, é lógico, sempre fica a porta aberta para que esse cafeicultor por exem-



plo, no momento em que tem grande liquidez, vá e faça uma grande pressão no mercado, de comprar quarenta, cinquenta ou sessenta mil dólares para pô-los fora do país.

A soma de tudo isso nos leva à conclusão de que não queremos nada drástico. Iremos tomando medidas graduais como a de ampliar as listas e, possivelmente, incentivar a poupança interna em títulos e valores, por exemplo, dos excessos de liquidez dos produtores na hora da colheita.

Se não formos tolerantes, será criada, psicologicamente, uma certa incerteza. O pessoal do Conselho Superior da Empresa Privada e os organismos que o formam me disseram, reiteradamente, que lhes preocuparia muito a desapareção do mercado paralelo. Mas é lógico que isso crie confusão. Esta revolução é muito especial.

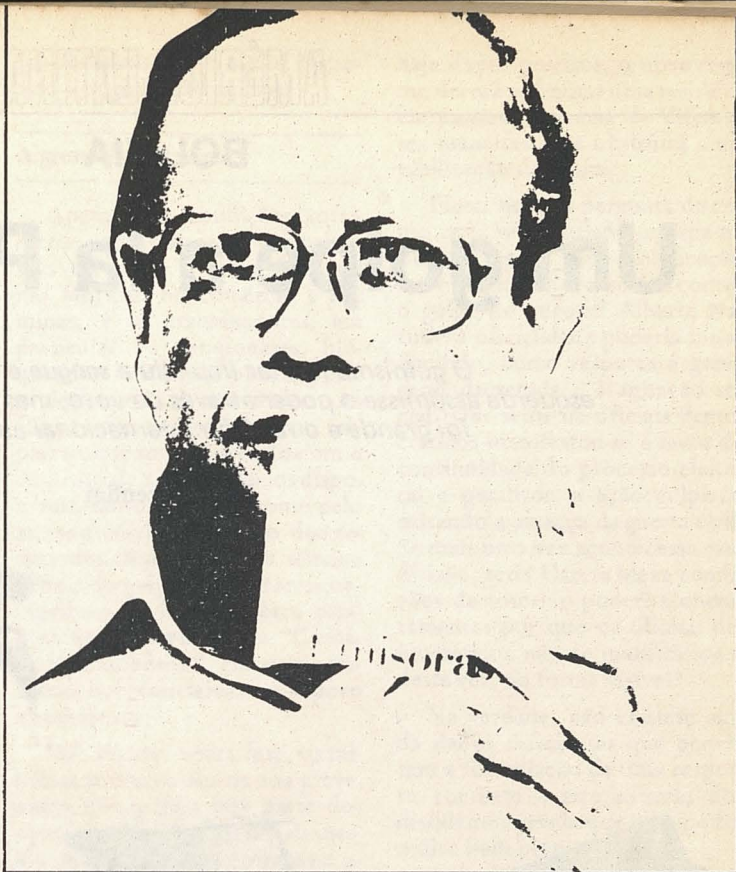
### Anos de recuperação

*Que balanço fazem da ajuda externa nesse ano?*

— Nós sempre insistimos em que o que cabe aqui é um enorme esforço interno. E a ajuda externa deve ser complementar a esse esforço. Ou melhor, acontece que nós não tivemos ainda a organização necessária para desembolsar a ajuda que nos deram, que é substancial. Mas temos melhorado muito; já se vai articulando uma mecânica para fazer uso desses recursos. Deve-se ter em conta que o ano passado, este ano e, possivelmente, o próximo são de recuperação. Daí em diante, entraremos em um processo de crescimento. A ajuda internacional tem sido muito boa, tanto de governos como de organismos internacionais.

*Qual tem sido a principal fonte de ajuda?*

— Os Estados Unidos. Tanto direta como indiretamente, atra-



vés de organismos internacionais, dos quais são o principal contribuinte e, onde, em muitos casos, têm o poder de veto. E, potencialmente, a maior fonte de financiamento que temos é o mercado norte-americano.

*O banco particular?*

— Essa é a realidade. Claro que nós queremos ter uma variedade de janelas aonde recorrer para poder ter autonomia, liberdade...

*Como concebe o seu papel político na Junta de Governo?*

— Eu sempre quis acreditar que não sou político. Já militei, sim, em política. Fui membro do Partido Conservador da Nicarágua e do Grupo dos Doze, aliado à Frente Sandinista, mas não como político, e sim como algo que considere como uma ação cívica, uma atitude cívica nos

momentos em que o meu país necessitou disso. Eu me considerei um funcionário bancário, e sempre trabalhei na atividade privada. Pela primeira vez, agora, assumi cargos públicos. Neste instante, trato de ser útil ao meu país, na medida de minha modesta capacidade, mas basicamente como funcionário, embora compreenda que essa posição tem certas implicações políticas. Digamos que minha presença constitui uma corroboração da vontade política da revolução em manter o pluralismo. Isso não significa que eu não tenha uma concepção revolucionária; não tenho nenhuma diferença séria com a Frente Sandinista em relação aos objetivos fundamentais da revolução. Seguramente, eu sou menos radical mas, basicamente, todos queremos as mesmas coisas: uma sociedade mais justa, mais decente, um país livre. □

## BOLÍVIA

# Um golpe a la Pinochet

*O golpismo militar impediu a sangue e fogo que a esquerda assumisse o poder através do voto, mas a resistência popular foi grande e o repúdio internacional ainda maior*

Pablo Piacentini



O General Meza

**A** 17 de julho, interrompeu-se na Bolívia, através de um sangrento golpe, o processo de democratização. Esse país do altiplano ficou assim, de maneira brutal, alinhado com as ditaduras que, no Cone Sul da América e inspiradas na “doutrina de segurança nacional”, impedem todas as formas de participação popular na vida nacional. Eleições, vida sindical, organização política e liberdade de expressão, tudo isso foi posto na ilegalidade e sob uma única lei: a repressão.

Mesmo assim — até o fechamento desta edição — depois de ter-se instalado no Palácio Quemado como presidente, o general

Luis García Meza reconhece que dois fatores dificultam a estabilidade do seu governo: a resistência popular e o isolamento internacional.

O principal fator é, logicamente, o interno. Sabe-se que, conscientes de que o povo organizado estava preparado para resistir, os conspiradores tomaram as precauções necessárias para sufocar a sua mobilização. A técnica do golpe assim o demonstra.

O movimento militar começou através da guarnição de Trinidad, afastada da capital e sem maior importância, coordenada com o plano do próprio general García Meza, que não se definiu de imediato. Logo após o conhecimento do manifesto da guarnição insubordinada, comandos militares e paramilitares lançaram-se contra os meios sindicais e políticos de todo o país, principalmente a sede da Confederação Operária Boliviana (COB), em La Paz, onde foi capturada toda a direção da organização.

Simultaneamente, foram aprisionados importantes dirigentes políticos da área popular, como Marcelo Quiroga Santa Cruz, o líder do Partido Socialista Boliviano, que no mesmo dia da sua prisão, 19 de julho, foi assassinado nas instalações do Estado Maior do Exército. Somente depois disso García Meza se manifestou e derrubou o governo constitucional de Lydia Gueller.

Exceto Hernán Siles Zuazo, vencedor das eleições de 20 de junho e virtual presidente eleito, pode-se dizer que quase todos os dirigentes políticos bolivianos foram silenciados por estarem presos ou asilados. Siles Zuazo, mantendo um hábito já rotineiro, entrou na clandestinidade e, a partir daí, passou a emitir valentes exortações à resistência. Mas a acefalia da primeira linha das organizações populares, assim como a censura total, somente quebrada pelas estações de rádio

dos mineiros, foi o maior obstáculo à organização da luta.

### A greve dos mineiros

Apesar das condições totalmente adversas nos primeiros dias do golpe, a greve foi total nas fábricas, no comércio e nas minas, e os trabalhadores, em particular os camponeses, bloquearam as estradas para impedir o deslocamento das tropas. As forças armadas aumentaram im- placavelmente a repressão com o emprego de todos os meios disponíveis, tanto por terra como pelo ar, neutralizando a ação dos resistentes. Somente uma semana depois do golpe, os militares conseguiram silenciar as cinco estações que compunham a "Cadeia da Solidariedade", emissoras mineiras que conclamavam o povo à resistência.

Mas mesmo nessa fase, os mineiros prosseguiram na sua greve, assim como uma boa parte dos operários têxteis e agrícolas, mesmo sob constantes ameaças e ações diretas dos militares que tentavam forçá-los a trabalhar. O aparente início da normalização que desde o dia 25 era anunciado em La Paz, com a abertura do comércio e o funcionamento dos transportes, era relativo. A imprensa estrangeira recolhia testemunhas de que os operários eram levados a trabalhar pela força.

Nesse momento — ainda que dispondo de informações fragmentadas, — podia-se fazer o seguinte balanço: os golpistas tiveram que fazer grandes esforços e por em prática uma enorme e dura repressão para ter o controle territorial — objetivo conseguido em todo o país — mas não conseguiam ser aceitos pela população, embora isso não permita prognosticar que a violência fascista não consiga finalmente se impor. Isso pode também significar que o golpe teve um custo social muito alto. Embora não

haja dados precisos, o novo regime deverá enfrentar uma resistência passiva, expressa de diferentes maneiras, que obstruirá a estabilização do regime.

Ficou no ar a pergunta de como teria se articulado o golpe na Bolívia, pois na mobilização ocorrida no ano anterior contra o golpe do coronel Alberto Natush, a oficialidade poderia ter-se dividido, como resposta à greve geral decretada e à agitação social. Um setor de oficiais democráticos manifestou-se a favor da continuidade do processo eleitoral e paralisou a ação golpista, evitando a ameaça da guerra civil. Se mais uma vez acontecesse essa divisão, teria García Meza condições de tomar o poder? Concretamente: por que os oficiais democráticos não se manifestaram desta vez, de forma visível?

Na verdade, não existem ainda dados suficientes que permitam a formulação de uma resposta coerente e este silêncio dos dissidentes revela que o golpe foi muito bem preparado.

### Vitória da esquerda

As eleições de junho deram os seguintes resultados: a direita representada pelo general Banzer e pela Ação Democrática teve 18%, o centro-direita de Paz Estenssoro, 19%, Siles Zuazo teve um claro triunfo com 38%, e a esquerda radical de Quiroga Santa Cruz colheu 10% dos votos. Isso pode sugerir que uma esquerda com a metade do eleitorado e em plena ascensão tenha feito com que oficiais indecisos se colocassem ao lado dos golpistas, neutralizando assim os oficiais democráticos, já que a esquerda eleita estava decidida a apurar os crimes e a corrupção de um numeroso grupo de militares durante a ditadura de Banzer.

A reação externa fez-se sentir com um vigor possivelmente muitas vezes superior àquele esperado por García Meza. Há

poucos precedentes da recusa de tantos governos a reconhecer a Junta do general Meza. Virtualmente, todos os governos que haviam feito empréstimos à Bolívia suspenderam-no por tempo inderterminado. A Organização dos Estados Americanos (OEA), por ampla maioria — 16 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções — condenou “o golpe militar por haver impedido a subida ao poder do governo democraticamente eleito pela população”.

O repúdio internacional ao golpe ficou ainda mais patente pelo fato de terem os Estados Unidos cessado a ajuda militar e econômica e retirado a sua missão militar, embora seja fato mais do que conhecido serem eles que treinam e formam esses militares que saem às ruas de armas na mão cada vez que um governo moderadamente progressista ascende ao poder na Bolívia. Os primeiros reconhecimentos ao novo regime (Argentina, Paraguai, Formosa, Brasil, Coréia do Sul e Uruguai) não melhoraram, politicamente, a posição internacional do governo do general Meza. Por outro lado, as dificuldades econômicas futuras tornam difícil a García Meza cumprir uma de suas promessas: “não haverá mais aventuras eleitorais na Bolívia”.

A cúpula golpista lançou-se nesta aventura contando com as garantias do governo argentino do general Videla, que lhe daria o apoio econômico e militar necessário para enfrentar as dificuldades internacionais iniciais. No entanto, o governo argentino encontra-se também em situação econômica difícil e tudo indica que pouco poderá fazer contra as represálias aplicadas aos assaltantes do Palácio Quemado por governos democráticos. Isso não impede que García Meza afirme que o seu governo não tem prazo de duração, que é como o de Pinochet e que poderá durar vinte anos. □

## Quiroga Santa Cruz: a morte de um líder



Marcelo Quiroga Santa Cruz, fundador e líder do Partido Socialista Boliviano, era um dos mais importantes intelectuais do seu país. Como político, projetou-se firmemente no panorama nacional na última eleição, a segunda de que o seu jovem partido fundado em 1970 pode participar e onde afirmou-se como o quarto mais votado, com 10% dos eleitores.

Quiroga Santa Cruz não foi somente o criador do partido que mais cresceu no acidentado processo boliviano, embora em tão pouco espaço de tempo de existência.

Deu também uma importante contribuição na defesa dos recursos minerais bolivianos quando foi ministro do Petróleo e Minas do governo nacionalista do general Alfredo Ovando Candia: nacionalizou o petróleo e expulsou a empresa que detinha o monopólio da sua exploração, a *Gulf Oil*.

Perseguido pela ditadura de Banzer como o fora antes pela de René Barrientos, Quiroga asilou-se no Chile, na Argentina, e no México, mas viveu grande parte desse exílio na Bolívia, na clandestinidade, onde foi um implacável guerreiro contra o entreguismo e a corrupção que grassava na cúpula militar, convertida em governo de extrema direita.

Como parlamentar, efetuou a mais severa e documentada incriminação de Hugo Banzer e dos seus cúmplices, que temiam esse orador lúcido, sério e incontestável e que sabiam que enquanto ele estivesse vivo continuaria denunciando os seus crimes. Por essa razão Quiroga foi ameaçado publicamente e apontado como inimigo “número um” pelos militares fascistas.

Uma semana antes do golpe, o então comandante-geral do Exército, general García Meza, afirmara publicamente a respeito de Quiroga: “hei de pô-lo em seu lugar”. Recebeu do líder político a seguinte resposta: “Estou disposto a defender a minha honra em qualquer lugar” — desafio que foi temporariamente esquecido pelo general.

No dia do golpe, o líder socialista estava no seu gabinete na Central Operária Boliviana (COB), junto com trabalhadores. Foi retirado dali por um comando fascista e assassinado, segundo testemunha ocular que, obviamente, preferiu ficar incógnito.

Os cadernos do terceiro mundo, que foram honrados pela colaboração e incentivo de Marcelo Quiroga Santa Cruz, prestam a esse eminente pensador e militante latino-americano a sua sentida homenagem de admiração pela sua vida e de dor pela sua morte.

BOLÍVIA

# Cresce a resistência

*Com as comunicações para o exterior bloqueadas, sabe-se que, na Bolívia, a Junta Militar tenta sufocar com terror e violência as intenções do povo de permanecer livre.*

Renato Andrade



Barricadas nas ruas de la Paz

Apesar da repressão, que pôs especial ênfase em dificultar — ou impedir — a ação dos jornalistas e fotógrafos, o nosso correspondente em La Paz conseguiu nos fazer chegar suas “apressadas notas”, como ele próprio as define. Renato Andrade nos solicita que, a partir da nossa publicação, e em todas as instâncias possíveis, seja divulgada a necessidade de as Nações Unidas, sob a proteção do Alto Comissariado para os refugiados, instalar locais que dêem garantias aqueles que procuram asilo nas embaixadas. “Do contrário, as embaixadas em particular, e de modo geral, todo o país, acabarão se convertendo em uma grande armadilha”, diz Andrade, que afirma saber de boa fonte: o governo não tem intenções de fornecer salvocondutos aos asilados, na esperança de que as pressões que estão suportando nestes primeiros momentos diminuam com o decorrer do tempo, enquanto se consolidam no poder.

As sedes das embaixadas do México e da Venezuela, bem como o Arcebispado, estão cheias, e viram-se obrigadas a alugar novas instalações para abrigar os que lhes solicitam asilo.

Nas notas que publicamos a seguir, Renato Andrade mostra a resistência popular, os planos do general Meza e a reação do Pacto Andino. Acreditamos que através delas o leitor poderá sentir como era vista a situação em La Paz nos primeiros dias do golpe.

**O** lugar comum comentar-se, na Bolívia, o fato de que o general García Meza, homem forte do exército desde o início do governo de Lydia Gueiler, ao planejar seu próprio golpe rechaçou qualquer consideração relacionada à situação política internacional como um obstáculo ao seu projeto.

Não há dúvidas de que García Meza e seus comandados guiavam-se — e guiam-se — pelo êxito do seu “amigo”, o general Augusto Pinochet. Segundo o general boliviano, seu governo não tem planos, mas uma tarefa: “a limpeza de todo vestígio comunista”. E para isso propõe para a sua gestão nada menos do que um período inicial de 20 anos, com o qual aspira iniciar o século XXI ainda no Palácio Quemado.

Talvez existam pessoas que se sintam inclinadas a menosprezar as presunções do general-presidente e nisso poderiam não estar muito equivocadas. É bom lembrar, no entanto, que por trás das suas declarações, os militares bolivianos não somente se apoiam nos grupos paramilitares argentinos, como também na

própria instituição militar e na exígua militância da Falange Socialista Boliviana que de socialista nada tem, sendo uma projeção retardatária do falangismo franquista espanhol. Já se sabe, e de muito boa fonte, que Victor Paz Estenssoro — o único político detido domiciliarmente e que não optou pela clandestinidade — e o ex-chanceler do governo da senhora Lydia Gueiler, Júlio Garret, tiveram importantes reuniões com o alto comando golpista. Assim sendo, uma vez efetuada a “limpeza comunista”, não pode ser descartada a possibilidade de uma participação direta e indireta do MNR no governo, o que o tornaria perfeitamente aceitável aos olhos do Departamento de Estado norte-americano.

#### Divergências militares

Outro fator que deve ser levado em conta na avaliação das perspectivas políticas da ditadura é a situação interna do próprio exército boliviano. É evidente que para as finalidades iniciais de eliminação dos adversários, a ajuda dos grupos paramilitares argentinos foi muito útil,

mas para governar e estabilizar o país, as condições são obviamente outras. Afirmamos isso porque as forças armadas da Bolívia estão muito longe de ostentar a solidez, a marcialidade e a disciplina de suas irmãs da Argentina e do Chile. Durante a repressão nos centros mineiros, o exército para manter a disciplina foi obrigado a fuzilar oficiais. Outros estão sob prisão domiciliar e um amplo setor atua apenas por disciplina, pois não concorda com a política do alto comando de García Meza.

Apesar do novo regime afirmar que a Bolívia está diante de uma “democracia inédita”, renovadora, em pouco tempo ficará demonstrado que a base política operacional dos golpistas apoia-se em figuras bastantes conhecidas da Falange Socialista Boliviana, em caciques oportunistas que se autoproclamam “camponeses” e na mesma cúpula de militares e funcionários corruptos e desgastados utilizados inúmeras vezes pelo general Banzer. O próprio Banzer mantém-se em expectativa, avalizado pelo apoio de mais de 16 por cento do eleitorado.

Ao mesmo tempo, é necessário esperar os efeitos políticos da formação do governo na clandestinidade chefiado por Siles Zuazo, líder da União Democrática Popular (*ver quadro*). Além disso, o regime de García Meza nasceu com o estigma indelével do assassinato do líder do Partido Socialista Boliviano, Marcelo Quiroga Santa Cruz, que teve um grande impacto, não só entre as massas populares, mas também em muitas faixas da pequena burguesia. Acrescente-se a isso todo o tipo de agressões, torturas, roubos em grande escala, violações, na maioria das vezes, atingindo a gente comum do povo, operários e camponeses, que reagiram à prepotência de García Meza e seu grupo.

Apesar do ministro da Informação da Junta Militar ter decla-

rado que atualmente está sendo feito uma "ofensiva geral para desbaratar os vestígios da subversão extremista", teme-se, na realidade, que esse plano repressivo continuará ainda por muito tempo.

### A caça continua

O fato de que se fale de "ofensiva repressiva final" quando só em La Paz já existem mais de 1500 presos — cujas condições de detenções são desconhecidas, apesar das informações filtradas que indicam serem essas condições as piores que se possa imaginar —, mostra claramente que o golpe do general Meza tem características diferentes dos anteriores: na Bolívia estão sendo simultaneamente aplicados os métodos de Pinochet e da AAA argentina, com uma componente própria que incorpora os militantes da Falange Socialista Boliviana — inspirada na Falange franquista, ela conquistou apenas 1,5 por cento dos votos.

Segundo os meios jornalísticos, os detidos em La Paz estão alojados em locais utilizados com a mesma finalidade na época da ditadura do general Banzer (Chonchocorro, Regimento Bolívar, de Viacha e Achocalla).

Através de informações de fontes eclesásticas, calcula-se em mais de 500 o número de trabalhadores mineiros mortos em confrontos registrados nos primeiros oito dias do regime militar. Conforme foi informado pelas transmissões da "Cadeia Mineira de Rádio da Fraternidade", integrada por oito emissoras sindicais, os mineiros dos diversos distritos organizaram a proteção dos seus acampamentos utilizando todos os tipos de recursos para conter o exército. Houve casos, como o registrado com o regimento sediado em Uncia — o principal centro urbano próximo às famosas minas de estanho de Catavi e Século XX —, onde a prática persuasiva dos mineiros

conseguiu que a oficialidade fizesse um pacto com os trabalhadores. Alguns desses oficiais depois de substituídos por reforços vindos de Santa Cruz, foram presos e transferidos para Cochabamba, onde alguns acabaram sendo fuzilados.

### Mercenários argentinos

Quanto à participação da AAA argentina (Aliança Anticomunista Argentina), constatou-se que o que se passou não foi uma simples imitação das suas técnicas. O aparelho repressivo que funciona hoje na Bolívia conta com dezenas — alguns calculam esse número em 500 — de mercenários de nacionalidade argentina, contratados especialmente sob um convênio de "assessoria de inteligência militar" e comandados por três oficiais superiores das forças armadas da Argentina. Este contingente de mercenários realiza não somente ações diretas nos comandos paramilitares — utilizando ambulâncias — como também integra os grupos de interrogadores que participam ativamente das sessões de tortura. Tudo isso foi denunciado por detidos já libertados.

Até agora foram infrutíferas as gestões realizadas pelo corpo diplomático para que os presos recebessem visitas. Diante do pedido de viajar até os distritos mineiros, o ministro do Interior facilitou-lhes apenas uma observação aérea pela região, o que foi, obviamente, recusado pelos diplomatas.

Soube-se ainda de fontes seguras que, à semelhança dos recursos usados nas primeiras semanas do golpe de Pinochet, estão sendo utilizados também na Bolívia estádios de futebol como centros de reclusão. O estádio do Clube Bolívar, localizado no bairro popular de Tembladerani, e o Estádio Olímpico do bairro residencial de Miraflores, em La Paz, guardam centenas de presos,



Lydia Gueiler

que esperam transferência para campos de concentração.

Através de círculos oficiais, comenta-se que a Junta estima em 2.500 o número mínimo de detenções necessárias. Noite após noite — e também à luz do sol — os comandos paramilitares realizam as suas excursões punitivas, detendo gente e liderando verdadeiros saques nos domicílios visitados. A caça às bruxas não terminará tão cedo. Isto, evidentemente, torna mais extremo o isolamento do regime no interior e no exterior, mas a ditadura parece não se importar muito com isso.

### A resistência popular

Alguns dias depois do golpe militar, apesar das autoridades terem afirmado que garantiriam a liberdade de imprensa, as emissoras de rádio particulares permanecem silenciosas.

À falta de outros elementos para juízos mais concretos, de-

duz-se que a paralização das rádios deve-se essencialmente a focos de resistência popular que ainda persistem. Pode-se, é claro, também pensar — como manifestaram os porta-vozes oficiais da ditadura —, que existe o temor da função “agitadora” dos jornalistas. É evidente a fobia contra os profissionais da informação, já que muitos estão presos e sendo torturados, inclusive o ex-secretário de Imprensa da Presidência, Oscar Peña Franco. A maioria está na clandestinidade. Somente uns poucos repórteres, redatores e correspondentes da imprensa internacional conseguem trabalhar em La Paz.

Pela sua condição de país onde existe uma grande maioria de analfabetos e onde mais de 40 por cento da população fala línguas nativas (principalmente o *quécha* e o *aymará*), as estações de rádio bolivianas exercem uma função excepcional na divulgação da informação. Por essa razão, desde o primeiro militar assaltaram a sede da Central Operária e o palácio do governo, naquele trágico meio-dia do dia 17 de julho, todas as transmissões radiofônicas foram interrompidas e os emissores violentamente selados.

No caso particular da Rádio Fides, a emissora dos jesuítas, e da Rádio Continental, da Federação de Operários de La Paz, os equipamentos foram inutilizados e os jornalistas brutalmente agredidos e roubados em dinheiro e objetos pessoais. Dessa maneira, os golpistas — e nisso vê-se claramente a participação dos assessores da inteligência militar da Argentina — utilizaram a experiência do fracassado golpe de Natusch Busch no passado mês de novembro. Naquela oportunidade, a imprensa escrita, e sobretudo a imprensa falada, tiveram um excepcional e decisivo papel em unir e estimular a luta pela defesa da democracia.

### Uma função vital

Nos primeiros dias que se sucederam ao golpe, caladas as emissoras da capital, a cadeia de emissoras sindicais dos acampamentos mineiros teve a função de unir, através de centenas de quilômetros de distância, as lutas dos mineiros do sul, centro e norte do país. Foi assim que, durante uma semana, as estações de rádio mineiras enfrentaram sérios problemas, sofrendo deserções motivadas por bombardeios aéreos (em Colquiri) e pela ação da infantaria, enquanto a cadeia de Rádio Mineira sintonizada por centenas de milhares de bolivianos estabeleceu contatos com o exterior.

### O papel das crianças

A cadeia de emissoras mineiras coordenou toda a atividade de resistência ao golpe e foi um centro de organização na contenção das tropas militares. As transmissões simultâneas em espanhol, *quéchua* e *aymará* serviu também para convocar os camponeses, que acorreram aos milhares, para colaborar na defesa dos acampamentos mineiros. Durante todo o dia os locutores transmitiram as palavras de ordem dos diversos setores e ordenaram o funcionamento da resistência com a maciça participação das donas de casa, estudantes secundários e milhares de crianças.

Todas as informações vindas do altiplano e das minas falam de uma intensa participação das crianças. Houve lugares, sedes de importantes instalações militares, em que as crianças cumpriam diversas funções, informando sobre os movimentos das tropas, sobre conversas de militares em bares e cantinas e participando de missões definidas pelos comitês de defesa da democracia que puderam funcionar.

### A pé, mas com dinamite

Um dos episódios mais destacados no plano da luta semi-spontânea do povo aconteceu nas proximidades do povoado mineiro de Corocoro, relativamente perto de La Paz e à margem da estrada de ferro para Arica. Em Viacha, importante centro ferroviário e sede de vários acampamentos militares, soube-se que um destacamento de tanques iria, dentro de pouco tempo, calar a voz da emissora de Corocoro. Foi então que diversos camponeses, a pé, e conhecedores das vias de acesso, conseguiram chegar antes dos veículos militares. Imediatamente organizou-se a resistência. A população mineira, os camponeses, dezenas de mulheres e crianças cavaram fossos de quatro metros num desvio do caminho montanhoso e se colocaram em pontos elevados à margem da estrada munidos de bananas de dinamite. Quando os tanques e a tropa de apoio atingiram o local previsto, foram atacados e tiveram muitos dos seus carros incendiados. Nessa ação, morreram muitos soldados e vários sobreviventes conseguiram fugir, mas os oficiais responsáveis pela operação foram feitos reféns. Essa situação, segundo nos garantem os nossos informantes, mantinha-se até há poucos dias.

Ações como essa multiplicaram-se com a destruição de pontes rodoviárias e ferroviárias, obstrução de estradas, etc, em todo o território nacional, o que explica a suspensão dos serviços de trem para a Argentina e para o Chile, via Arica-La Paz.

A resistência popular que persiste através das greves dos mineiros e dos estudantes de Potosí — abalam perigosamente a frágil e aparente unidade das forças armadas comandadas por García Meza. As últimas transmissões da Cadeia de Rádio Mineira foram dedicadas precisamente em fazer



apelos às tropas e à oficialidade para que se pusessem em defesa do povo trabalhador.

## O Pacto Andino

Nos meios diplomáticos ligados ao Pacto Andino especula-se, e com bases justificadas, se o golpe militar boliviano não teria, como um dos seus vários objetivos, desenvolver uma ofensiva política contra as novas características que tem sido tomadas pelo bloco de países do Acordo de Cartágena (Pacto Andino).

Com efeito, dez anos depois da assinatura do maior acordo de integração dessa região, procurou-se ostensivamente que, através dos chanceleres andinos, o Pacto tivesse um papel relevante no plano da política internacional dos países americanos.

O Pacto teve uma atuação decisiva no caso da Nicarágua, quando frustrou, na reunião extraordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos) as intenções intervencionistas dos Estados Unidos. Se bem que tenha sido da diplomacia mexicana a iniciativa de levantar a questão, a ação dos países andinos endossou o fracasso intervencionista dos norte-americanos.

Segundo as nossas fontes, quem estaria fazendo o papel de ponta de lança para o fracasso desses propósitos seria hoje o general Videla, mas também participam dessa perspectiva os regimes do Chile e do Brasil, isto é, ambos gostariam de ter o Pacto Andino sob seu controle, o que também convém aos interesses estratégicos do Pentágono.

Apoiando essa hipótese temos, por um lado, o incentivo à saída da Bolívia do Pacto Andino feito pelo matutino de La Paz, *El Diálogo*, principal suporte jornalístico dos golpistas. Essa mesma posição é também reforçada pela televisão estatal, onde foi feito um ataque claro e direto ao embaixador de Venezuela em La



Paz, Pedro Luis Echeverría, que é visto como o principal responsável pela pressão diplomática do Pacto Andino.

Por outro lado, dentro desse mesmo quadro, há o caso da prisão do ex-ministro da Integração de Lydia Gueiler, Fernando Salazar Paredes, homem estreitamente vinculado aos meios burocráticos da ONU e do próprio Pacto. Quando o comando paramilitar tomou no dia 17 o palácio do governo, Paredes foi isolado do resto dos ministros lá presentes, juntamente com o secretário de Imprensa, o jornalista Oscar Peña, que foi brutalmente agredido. Em sua prisão no Estado Maior, entre outras coisas, foi humilhado tendo que caminhar descalço todo o tempo. Esse comportamento em relação a Paredes, além de qualquer outra explicação circunstancial, pode ser atribuído à atitude abertamente hostil que tem o atual regime contra os interesses e concepções do Pacto Andino.

Mesmo assim, o próprio embaixador venezuelano Echeverría encarregou-se de difundir, de maneira semi-oficial, entre os meios de informação o seu temor de que a qualquer momento um co-

mando paramilitar ocupe violentamente as instalações da sua embaixada, onde estão asilados muitos dirigentes políticos.

Porta-vozes oficiais da Junta Militar afirmaram que “desta vez não haverá exilados...” E por essa razão está sendo organizado um sistema carcerário bastante amplo — inclusive com novos campos de concentração, como na localidade de Ravelo, na região do Chaco e fazendo limites com o Paraguai — ou então adotam-se a eliminação física dos prisioneiros, ou ainda, ignoram-se os pedidos de salvo-condutos feitos pelas representações diplomáticas. A condenação da OEA e o não reconhecimento dos países andinos seriam o pretexto que justificariam tal atitude. Outra forma de se desfazerem dos prisioneiros seria enviá-los para o Paraguai, Chile, Argentina ou Uruguai...

Até onde os atuais homens fortes da Bolívia, nas suas atuais atitudes, supõem que poderão manter o isolamento do país? Sabe-se que, em princípio, os ideólogos e os executores do golpe nem se preocupam e nem se interessam em analisar tal perspectiva, cegos pela sua fobia anticomunista. □

# A quartelada dos cocadólaires

*A "conexão boliviana" no tráfico de cocaína estava a ponto de ser desbaratada pelo governo eleito de Siles Zuazo*

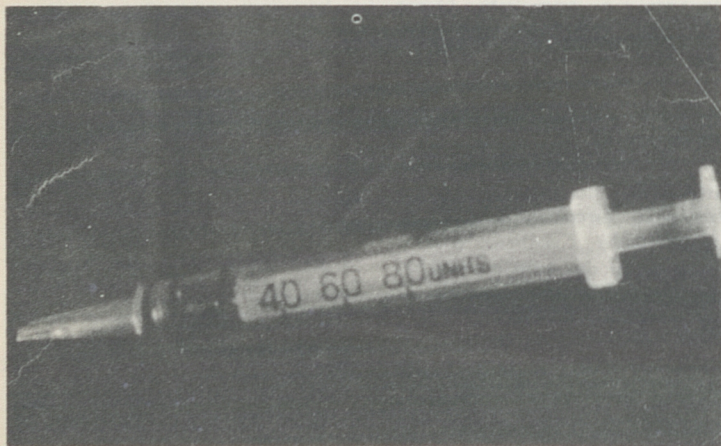
(\*) Gregório Selser

Entre a região boliviana dos Yunga, mais conhecida como Beni, e a de El Pando mais ao norte, até a região amazônica da Colômbia, não há acidente geográfico digno de menção e que atrapalhe os aviões que cortam o céu em ambas as direções. O que existe são as espessas selvas do Acre e da Amazônia brasileira e peruana.

Uma olhada no mapa permite compreender porque existem laços tão estreitos entre os traficantes de cocaína da Colômbia e da Bolívia e como está livre de obs-

táculos físicos o tráfico de drogas mais importante do hemisfério ocidental.

É claro que nem todos esses milhões de hectares destinam-se ao cultivo da coca, mas, sem dúvida, é utilizada uma grande parte desta área para a atividade. O consumo de coca já era comum desde a época da conquista pelos indígenas dos territórios que hoje são ocupados pela Bolívia, Peru e Equador. As folhas de coca mascadas permanentemente terminam por formar uma bola, que entre outras coisas adormece as paredes do estômago.



(\*) Jornalista e escritor argentino, integrante da equipe permanente de *cuadernos del tercer mundo*

O "mascar" sempre foi coisa de índios e somente como esnobismo passou a ser, praticado pela burguesia mestiça ou branca. A coca não cresce no altiplano e sim nas encostas andinas.

A pasta de cocaína é adquirida por intermediários, na sua maior parte radicados em Santa Cruz de La Sierra, cidade, que, entre outras coisas, desfruta da proximidade do Paraguai. A máfia de Santa Cruz controla o tráfico da droga em pasta que, via Paraguai, segue para a Argentina e Brasil. No entanto, seu negócio mais rendoso é o tráfico para os Estados Unidos, com escala na Colômbia.

Centenas de aeroportos improvisados, cuja localização é tão variável como os caprichos da natureza são responsáveis por encobri-los dos pequenos e rápidos aviões que transportam a pasta até a Colômbia e, que às vezes retornam com geladeiras, televisões, cigarros ou uísque de contrabando. Algumas vezes os aviões se perdem na imensidão da selva, mas não importa muito; ainda que provoque desgosto, seus carregamentos chegam ao destino e dão tanto lucro que compensam essas perdas.

## Droga e Contrabando

Às vezes ocorre também que policiais ou inspetores alfandegários que não foram recrutados pela máfia se mostrem sumamente exigentes e realizem a apreensão da "mercadoria". Rapidamente aparecem comandos das Forças Armadas, que através de diversos pretextos, ou mesmo sem pretexto algum, seqüestram o material apreendido e, silenciosamente, fazem com que a pasta siga seu fluxo original. Com certa freqüência circulam na Bolívia notícias de lutas entre policiais aduaneiros e grupos fa-

militares: são pequenas batalhas pela recuperação da pasta.

Obtém-se um quilo de sulfato de cocaína de quatro cargas de coca, isto é, oito tambores, por seis mil pesos bolivianos, o equivalente a 300 dólares. O quilo de sulfato é comercializado no mercado clandestino boliviano para a exportação a quatro mil dólares. Já refinado como cloridrato de cocaína, o preço dobra: 8 mil dólares. Nenhum outro tipo de colheita é, tão rentável: enquanto 21 mil bananas, por exemplo, têm um custo de 45 dólares, a carga de coca em dois tambores alcança os 75 dólares.

Na Bolívia, as cifras são manejadas em virtude da grande receita destes "cocadólares", que superam o orçamento anual da Nação: essa receita ultrapassa a quantia de 1 bilhão de dólares. Portanto, tais transações seriam impossíveis de serem concretizadas sem a tolerância e a cumplicidade das forças de segurança do Estado.

O problema é tratado por "El Diálogo", o jornal mais reacionário da Bolívia, num editorial do dia 20 de junho, que fala do contrabando sem relacioná-lo às drogas — apesar de serem tão inseparáveis como é o oxigênio da água. "Nenhum governo levou a sério o problema, deixando uma séria suspeita sobre as origens e a forma de manutenção do contrabando", indignava-se a publicação.

### Arquivos incendiados

No mesmo dia de seu mal-humorado editorial, "El Diálogo" publicava também detalhes do fracassado "putsch" do dia 18 de junho em Santa Cruz, que teve êxito graças ao Comandante do VI Divisão do Exército, que de tão ocupado que estava resolvendo palavras cruzadas em seu gabinete, não escutou os disparos dos fuzis e das metralhadoras

dos mafiosos da Falange Socialista Boliviana (FSB), nem tomou conhecimento da invasão da Prefeitura local por um grupo dessa mesma organização. O comandante tampouco foi incomodado pelos ataques ao Tribunal Eleitoral, à Federação de Operários e a outros edifícios públicos e privados da cidade. Houve apenas uma leve menção a "sinais de violência": vidros, portas e janelas quebradas pelos falangistas, que durante muitas horas foram os donos da cidade sem que o exército ou a polícia interviessem. Foi o próprio povo da cidade, seus estudantes e operários, que reagiram e obrigaram aos "putschistas" a fugir. Foi, uma vez mais, um ensaio insurrecional característico da FSB em combinação com a guarnição local.

Quando se fez o balanço dos danos e prejuízos, comprovou-se que dos arquivos do município e da Prefeitura haviam sido retirados todos os registros e pastas referentes à atividade dos produtores e contrabandistas de pasta de cocaína de Santa Cruz de La Sierra. O material que os banzeiristas, falangistas ou simplesmente *gangsters* não puderam levar foram incendiados lá mesmo.

O "putsch" realizou-se com o objetivo de destruir os arquivos que prejudicavam os negócios dos "cocadólares" e, também, contribuir para a desestabilização do governo da Lydia Gueiler.

### Cumplicidade do G-2

A tomada de Santa Cruz, assim como todas as bombas, assassinatos, corte de emissoras e seqüestros não teriam sido possíveis sem a cumplicidade velada e o apadrinhamento do chefe da G-2, ou inteligência militar, o coronel Luis Arce Gomez, hoje o ministro do Interior do gabinete de García Meza. As bombas, as armas e as instruções para os seqüestros e assassinatos — entre eles, o do sacerdote e jornalista

Luis Espinal, cujo semanário "Aqui" era o meio de difusão mais crítico da prática de contrabando e de tráfico de drogas — foram tramados no gabinete do coronel Arce, um especialista e sádico torturador, que chefiou, no mês de dezembro passado, a célebre operação de roubo dos arquivos da inteligência do Ministério do Interior, onde estava concentrada toda a informação ligada à repressão operária, camponesa, estudantil e política.

Na época desta "operação", o então ministro Selum Vaca Díez protestou contra a arbitrariedade cometida pelo órgão militar, que desse modo queria evitar que o poder civil — o regime de Lydia Gueiler — tivesse acesso a esse material e pudesse revelar até onde as forças armadas estavam envolvidas e intervindo na contra-espionagem e na repressão.

O clima de desestabilização complementava-se com a falta de abastecimento provocada, atos terroristas e ameaças verbais em que se alternavam o general García Meza e os chefes da armada e da força aérea. Estavam conscientes de que sem a imposição de uma suposta fraude eleitoral, ou sem essa mesma fraude, impor-se-ia a vitória de Hernán Siles Zuazo. E por isso tentaram assassiná-lo por duas vezes. A vitória irrefutável e limpa do homem que venceu pelas armas o exército profissional em 1952, era para esse exército corrompido o mais insultante dos desafios.

Também não foi por casualidade que entre as primeiras vítimas do golpe de 17 de julho figurasse o líder socialista Marcelo Quiroga de Santa Cruz, opositor que mais sabia dos negócios sujos e das traições à pátria de muitos militares. Aquilo que já provara contra Banzer fora apenas uma amostra. Se o povo chegasse ao poder pela via legal e constitucional, Marcelo Quiroga traria a público muitas outras informações.

Da clandestinidade, Hernán Siles Zuazo confirmou que os "cocadólares" foram um dos motivos determinantes da quartelada da máfia militar contra o governo democrático. A mesma denúncia foi feita no exterior pelo vice-presidente eleito Jaime Paz Zamora, que pôde comprovar pessoalmente como os traficantes de drogas e os militares — que nesses assuntos estão no mesmo partido — não vacilaram em sabotar, em julho passado, avião em que viajaria.

### Contra os Estados Unidos

O próprio governo norte-americano terminou por acusar oficialmente os golpistas bolivianos

de cumplicidade no tráfico de narcóticos. E o fez depois de o ministro do Interior Luis Arce Gomez ter declarado à imprensa boliviana que "a responsabilidade integral do problema de tráfico de estupefacientes e da crescente saída da droga recairá sobre o presidente Carter, já que neste momento, ao haver suprimido a ajuda, será o único responsável pelo aumento do consumo de cocaína nos Estados Unidos. Sem essa ajuda, a Junta terá que reorganizar o Gabinete de Narcóticos, já que não há meios de sustentá-la na posição que tinha".

O anúncio de Arce aos Estados Unidos bate todos os records de desfaçatez e cinismo.

Ameaçar essa nação com um dilúvio de pasta de cocaína como represália pela suspensão da ajuda militar dá a medida exata da dimensão moral dos assaltantes do poder na Bolívia. Como pode alguém imaginar que com uma ajuda norte-americana de três milhões de dólares a máfia militar pudesse resistir a um bombardeio de mil milhões de cocadólares anuais?

Muito pelo contrário, precisamente porque o tráfico de narcóticos seria combatido a fundo pelo governo constitucional de Siles Zuazo, a máfia dos Banzer, García Meza e Arce Gomes fez sua quartelada preventiva: a quartelada dos cocadólares... □

## Os militares no tráfico da cocaína

*General Hugo Banzer Suárez, ex-ditador da Bolívia. Opera através do seu genro, Luis Fernando Valle, e de seu sobrinho, Guilherme "Willy" Banzer Abastoflor, já com ficha de traficante de narcóticos nos Estados Unidos.*

*General Juan Pereda Asbun, ex-ditador da Bolívia. É também cocainômano. Opera, entre outros, através de um seu parente, Jorge Nemez Chávez.*

*General Luis García Meza, atual ditador da Bolívia, escolhido para garantir maior operatividade no tráfico de narcóticos, nos departamentos de Beni e Santa Cruz.*

*Coronel Luis Arce Gómez, atual ministro do Interior. É responsável por uma empresa de ensino de pilotagem aérea que serve de fachada para o transporte de droga.*

*Coronel Saul Becerra, acusado publicamente de ser traficante de drogas e contrabandista de armas pelo informante da polícia de Santa Cruz, Ricardo García.*

*Coronel Mário Oxa Bustos, ex-prefeito de La Paz. Acusado de ter feito grandes negociações através do aparelho do Estado, contrabando, tráfico de drogas e estelionato contra o clube desportivo The Strongest.*

*General aviador Waldo Bernal Pereira, comandante da Força Aérea. Sua função é fundamental para facilitar a operacionalidade dos aviões e avionetas que, às centenas, transportam contrabando e pasta de cocaína.*

*Coronel Norberto "Bubi" Salomón, adido militar na embaixada boliviana da Venezuela, proprietário de uma companhia de aviões dedicada ao contrabando e ao tráfico de narcóticos.*

*Coronel Francisco Monroy, comandante da guarnição de El Beni, base fundamental para o tráfico de narcóticos.*

*Coronel Arturo Dória Medina, comandante do Regimento Tarapacan, viciado em drogas e alcoólatra.*

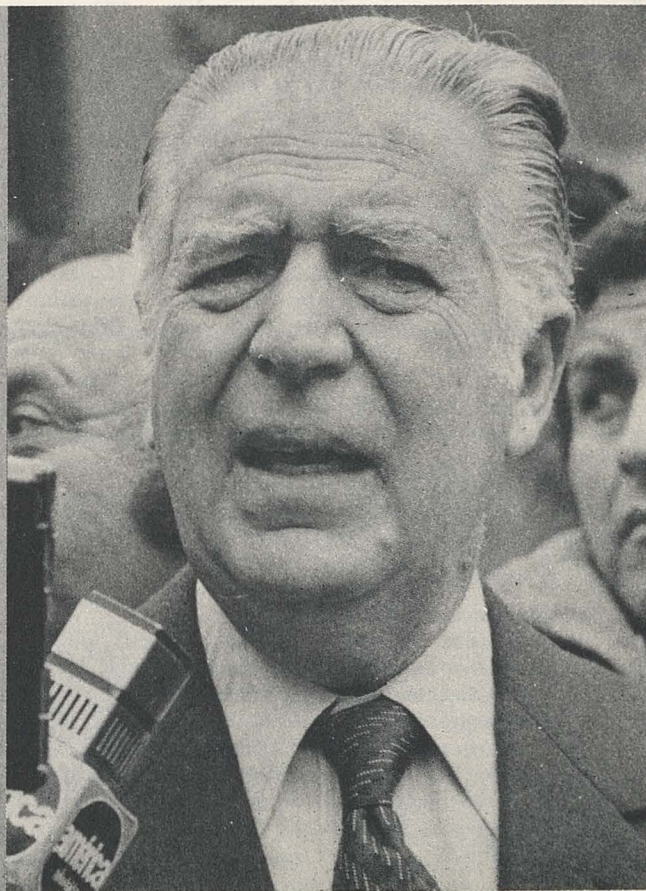
*Capitão Rudy Landívar, comandante da "ocupação" de Santa Cruz, quando roubou os arquivos onde figuravam nomes da rede de traficantes e a localização das fábricas de pasta de cocaína, bem como de campos de aterrisagem clandestinos.*

Além desses, estão diretamente vinculados; o coronel Rafael Loayza, um dos chefes da repressão; o coronel da polícia Guido Benavidez, mancomunado com Rudy Landívar nos assassinatos de Luis Espinal e Marcelo Quiroga de Santa Cruz; o coronel Carlos Mena Burgos, ex-chefe dos serviços de inteligência sob a ditadura de Banzer e, atualmente, um dos chefes dos grupos militares que participam da repressão disfarçados de civis; os coronéis Rolando Canido, Walter Saleme e Otto López; os majores Rolando Landívar e Daniel Clavijo, e o capitão Carlos Fernández, ex-ministro dos Assuntos Camponeses e da Agricultura.

# O continuísmo de Belaúnde

*O novo governo e o prosseguimento do programa traçado por Morales Bermúdez. A união da ala progressista do Partido Aprista com a esquerda. A questão da devolução dos jornais aos seus antigos proprietários, o sequestro dos montoneros argentinos — a perspectiva de um governo marcado pela instabilidade política*

Rafael Roncagliolo\*



\* Roncagliolo integra a equipe editorial de **cadernos do terceiro mundo** na área andina

Os resultados das eleições peruanas foram marcadas por duas constatações básicas: a fantástica votação recebida por Fernando Belaúnde Terry, hoje o presidente, e o descenso da votação da esquerda. No primeiro ficou clara uma guinada de 180 graus na política peruana, principalmente porque foi Belaúnde o presidente deposto pelos militares no dia 3 de outubro de 1968. No segundo caso, atribuiu-se a derrota da esquerda peruana, a sua divisão, concorrendo com nada menos do que cinco candidatos.

### Belaúnde-Bordaberry

A impressão, que atualmente circula nos meios políticos peruanos, não é mais a de um Belaúnde símbolo do antimilitarismo, mas a de um presidente fraco, porém esperto o suficiente para converter-se, caso necessite, numa reedição peruana do Bordaberry uruguaio. A sua vitória esmagadora não pode ser entendida senão em virtude de uma auréola de mártir dos militares, consagrada ante uma opinião pública cada dia mais farta dos atuais governantes.

Antes mesmo de tomar posse, Belaúnde já começou a demonstrar que sua ascensão ao poder não significa interrupção alguma nas linhas de governo instauradas por Morales Bermúdez. Na realidade, todas as suas declarações demonstram uma continuidade militar-civil que tem como única novidade a utilização da via Belaúnde e não da via APRA.

Inclusive, ao aceitar nomear militares reformados para os ministérios da defesa, Belaúnde deixou claro que não está disposto a construir um respaldo militar próprio, não fazendo nenhuma modificação no *staff* governamental, nem impondo condições. Está claro que este continuísmo refere-se à chamada "segunda fase" do governo militar, isto é, ao período restaurador de Mora-

les Bermúdez. Mas ainda: tal continuísmo está sendo conduzido pelo esforço conjunto daqueles interessados no completo desmantelamento das reformas iniciadas na época de Velasco Alvarado.

Curiosamente, os grandes problemas da política peruana continuam sendo as reformas do regime nacionalista que derrubou Belaúnde. Assim, as principais tarefas anunciadas pelo novo governo são as mesmas que Morales deixou incompletas: devolução dos jornais aos seus antigos donos, desestruturação das comunidades operárias (regime de participação dos trabalhadores na propriedade, usufruto e gestão das empresas), desativação das empresas de propriedade social, desnacionalização da política internacional (que deve voltar ao controle do Departamento de Estado), submissão ao FMI e ao investimento estrangeiro, diminuição permanente dos salários reais, etc.

### O Apra e a esquerda

Apesar da grande derrota de maio, o Partido Aprista Peruano optou por defender com mais ênfase as plataformas de esquerda que lançara durante a campanha de seu candidato presidencial, Armando Villanueva Del Campo. A posição de Villanueva contrasta cada vez mais com o tom conservador e quase pró-belaundista da ala direita de seu partido, encabeçada pelo deputado Andrés Townsend. As divergências são tão grandes que acredita-se na possibilidade de um racha — no mesmo estilo da Ação Democrática na Venezuela. Surpreendentemente, a ala de Townsend acaba de ganhar as eleições dentro da Central de Trabalhadores do Peru (CTP), organização sindical que apoia a APRA.

A ala de Villanueva, que mantém férreo controle sobre o aparato partidário, insiste em seus

antecedentes marxistas e se declara decidida a manter vínculo maiores com a esquerda. A partir dessa manifestação, alguns dos dirigentes esquerdistas mais importantes — Javier Diez Canseco, o deputado de esquerda mais votado — aceitaram abertamente a possibilidade de que se inicie um tempo de acordos e entendimentos concretos com o APRA. Na realidade, existem pontos comuns entre eles, podendo-se citar pelo menos três atuais: o das impugnações ante o Tribunal Nacional Eleitoral, o da oposição conjunta (nas ruas) à devolução dos jornais e o da solidariedade com os cidadãos argentinos sequestrados.

### Morales-Videla

O caso dos argentinos sequestrados converteu-se no mais espinhoso problema tanto para o governo que saiu como para o que entrou. Esses acontecimentos — que têm antecedentes nacionais no sequestro de Carlos Alberto Maguid, em 1977, e antecedentes internacionais em operações semelhantes do exército argentino no Uruguai, México, Brasil e outros países — tiveram uma repercussão extremamente negativa entre a população peruana na conjuntura democrática atual.

Com um número cada vez maior de testemunhas vão-se construindo coerentemente os fios e os detalhes de uma história macabra: três montoneros argentinos foram sequestrados em Lima através de uma operação militar com a participação direta de oficiais argentinos. Mais grave ainda foi o caso do cidadão argentino, Frederico Frías, perseguido a balas e detido violentamente por um agente argentino nas ruas de Miraflores e levado para um posto policial. Sob o controle da Guarda Civil peruana, que o transferiu para a delegacia local, o argentino desapareceu sem deixar pista alguma e

sem que as autoridades peruanas saibam responder pelo seu paradeiro.

O comunicado oficial, que tardiamente divulgou a captura dos três primeiros argentinos, afirmava que eles tinham sido entregues a autoridades civis de migração bolivianas. A pronta indagação de parlamentares peruanos e bolivianos em La Paz, junto com a intervenção oficial de funcionários das Nações Unidas, levaram à dramática conclusão de que os sequestrados não se encontravam na Bolívia.

Comprovada, assim, a existência de uma verdadeira "internacional do terror", constituída por serviços repressivos que atuam por cima de seus próprios governos, a opinião pública pe-

ruana reagiu (apesar do costumeiro silêncio da imprensa oficial) com profunda indignação. Parlamentares apistas e esquerdistas assinaram documentos conjuntos exigindo um pronunciamento do evasivo presidente eleito e levando o caso para dentro do Congresso. O governo boliviano também exigiu uma explicação das autoridades peruanas.

### O problema dos jornais

O sequestro dos montoneros vem provocando uma união maior entre a esquerda e o APRA, ao mesmo tempo em que coloca Belaúnde numa evidente cumplicidade com o regime de Morales Bermúdez. Além disso, a decisão de Belaúnde de devol-

ver os jornais a seus antigos proprietários; "a oligarquia da imprensa", já provocou uma manifestação de jornalistas, com o apoio de todo o movimento sindical e dos partidos de centro e de esquerda.

Neste contexto é de se prever para o Peru uma fase de muitos conflitos. No coração de todos eles está o movimento sindical que não se mostra disposto a aceitar nenhuma trégua. Pelo contrário, numerosas passeatas diante da residência de Belaúnde demonstram que os sindicatos utilizarão os seus direitos democráticos para retomar, com mais força, a luta pelas conquistas largamente esquecidas e postergadas pelo governo militar. □

*Nota da redação: Poucos dias depois de recebida a matéria do nosso colaborador, realizou-se em Lima o 8º Congresso do Partido Aprista Peruano. No decorrer do encontro, seis importantes dirigentes e 130 delegados abandonaram a sala "abalando meio*

*século de férrea disciplina", que marcava a agremiação política. A revolta foi liderada por Andrés Townsend Ezcurra e pelo presidente da Comissão Política, Luis Alberto Sánchez.*

*Os dirigentes se retiraram do Congresso acusando a Villanueva*

*del Campo, atual secretário-geral, de pregar a dissolução do colegiado de nove membros que atualmente dirige o partido. Segundo algumas versões da imprensa peruana, as divergências levaram os dois bandos a confrontos armados.*

## Sequestro no Peru

Surgiu mais um pouco de luz no tenebroso caso de sequestro de dois refugiados políticos argentinos residentes no Peru, depois de uma entrevista coletiva à imprensa dada em Paris por diversas organizações de solidariedade aos povos da Argentina e América Latina e com a participação do deputado peruano Díez Canseco, da União Democrática Popular.

Díez Canseco, também integrante da Comissão dos Direitos Humanos do Peru, afirmou que na operação atuaram em conjunto os serviços de

inteligência dos dois países e que ela era dirigida contra dezesseis argentinos que vivem no seu país.

Segundo Canseco a ação só não teve êxito pela pronta intervenção de parlamentares peruanos. Ele revelou ainda que todos os refugiados eram ou militantes peronistas ou pais de desaparecidos e prisioneiros políticos nos cárceres argentinos.

O deputado denunciou também que a operação foi solicitada pelo general Galtieri, comandante-geral do exército argentino, tendo imediatamente recebido o apoio do primeiro-ministro peruano, general Pedro Richter.

Segundo a denúncia, participaram das sessões de tortura o coronel argentino Ronald Rocha e dois membros do serviço de inteligência do exército peruano, identificados como sendo o coronel Martin Martínez e o comandante Oswaldo Hernández.

# De João a João, um abismo de idéias

*Milhares de pessoas encheram as ruas das principais cidades brasileiras para ver e ouvir Wojtila. A tentativa do governo de identificar os discursos do Papa com as posições políticas assumidas por Figueiredo. O encontro da Igreja brasileira com o povo de seu país*

Herbert Souza





**H**avia diferentes expectativas em relação aos efeitos da visita do Papa ao Brasil. De alguma forma, todas as forças sociais esperavam poder interpretar a seu favor suas palavras e temiam pelo que viesse a ser dito. Mas, nessa expectativa, algumas forças temiam mais que as outras e, de modo especial, os setores progressistas da sociedade e da Igreja brasileira.

Os espetáculos das visitas em outras regiões do mundo e, particularmente no México, reforçavam esse temor: o Papa abençoava a todos, criticava os desvios de "esquerda" da Igreja e deixava o status-quo dormir tranqüilo.

No Brasil, pouco tempo antes da visita, existia uma tensão visível entre os setores progressistas da Igreja e o Governo: ao colocar-se ao lado dos grevistas da região industrial do ABC (São Bernardo, Santo André e São Caetano) em São Paulo, era nítida a intenção do Governo em abrir uma guerra política contra esses setores. Muitos acreditavam numa nova Questão Religiosa, a exemplo do que havia ocorrido, ainda no Império, com Dom Vital.

Temendo processar criminalmente o Cardeal D. Evaristo Arns, o governador fabricou uma peça de acusação policial, encaminhada ao ministro da Justiça, contra o Bispo D. Claudio Humes, por apoiar e estimular os movimentos grevistas. Ao mesmo tempo, buscava apoiar-se nos setores mais conservadores da própria Igreja para isolar os mais avançados apostando na divisão da Igreja e no fraquejamento da unidade, até então mantida, da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB).

Foi nesse contexto que o governo esperou, confiante, a visita como uma oportunidade de ganhar um grande aliado para sua estratégia: o Papa.

A Igreja brasileira, por sua vez, esperava o Papa preparada

para a batalha das interpretações na expectativa de presenciar grandes manifestações de massa mas incerta sobre a contagem final dos pontos, tanto em relação ao Governo como em relação às suas próprias divisões internas.

O povo em geral, simplesmente, esperava ver o Papa aqui no Brasil, já que é tão caro vê-lo em Roma. Havia, no entanto, uma importante parcela da Igreja que não esperou a visita acontecer, preparava-se para ela: eram as Comunidades de Base.

### O que aconteceu?

Depois de 12 dias de viagem, 13 cidades percorridas, dezenas de discursos e das mais notáveis concentrações de massa jamais ocorridas na história brasileira, o Papa deve estar também agora preocupado em entender o que aconteceu consigo e com sua visita.

O país assistiu a concentrações de um a dois milhões de pessoas em várias cidades. Não seria exagerado dizer que de 15 a 20 milhões saíram às ruas para ver o grande símbolo que passava ou falava. Seguramente, a imagem do Papa foi vista por todos os 110 milhões de brasileiros.

Um fenômeno de tais proporções, segundo alguns observadores, necessita ser interpretado sob diferentes ângulos para se evitar os esquematismos.

### Ao lado de quem?

A primeira constatação a se fazer é que essa visita foi realmente organizada pela Igreja brasileira: não foi uma avalanche papal sobre uma Igreja nacional. Ao contrário, foi a organização de uma Igreja nacional que definiu onde, como e para quem o Papa iria falar e estar. Essa organização refletiu as diferentes caras da Igreja brasileira, suas tendências e contradições. Em Brasília, falou para o Estado e a co-

munidade, porém manteve em relação ao governo uma relação formal, fria e distante. Nesse começo, o Papa deu um recado que foi ficando claro: estava com sua Igreja e não com o Estado.

No Rio, falou para um povo indefinido no aterro do Flamengo, para os presos comuns, os favelados (que foram cercados de um monstruoso aparato policial), os intelectuais e as freiras. Enfim, falou para a sociedade que a Igreja do Rio define como tal, composta de povo, pobres, religiosos e a elite. Em Minas Gerais, falou para uma multidão que se transformou em Juventude. Falou sobre a Liberdade e ouviu o povo gritar em coro: Liberdade!

Em São Paulo, falou para os operários no estádio do Morumbi mas, também, ouviu um discurso do operário cristão Waldemar Rossi que denunciou a situação de dominação que oprime o povo brasileiro, lembrando o assassinato de vários mártires da luta operária. Falou para uma multidão no campo de Marte sobre um novo santo da Igreja brasileira, o Padre Anchieta.

Em Curitiba, João Paulo II falou para o Brasil dos imigrantes e assumiu, a sua defesa de forma clara, no exato momento que o governo ameaça a milhões de pessoas com o Estatuto do estrangeiro.

No Nordeste falou para camponeses, viu a miséria no Piauí concentrada em 400 mil pessoas que lhe apresentavam uma faixa que dizia: "Papa, o Povo passa fome!" Frente a esse impacto de um povo que lhe falava tão alto, o Papa mudou, depois de 2 séculos, o Padre Nosso: "Pai Nosso... o povo passa fome!" Finalmente, ouviu as denúncias de 3 líderes indígenas no Amazonas em 3 discursos, frente a frente, onde os representantes da maioria dizimada reclamavam o direito de existirem e serem respeitados. Ao final do discurso, o Papa perguntou se todas aquelas denúncias estavam escritas.



Em Teresina, no Piauí, o povo conseguiu demonstrar ao Papa a realidade do país

Finalmente, Wojtila se reuniu com a CNBB para dizer-lhes que haviam realizado um belo trabalho e que os apoiava e abençoava.

### Justiça Social

A leitura dessa organização da visita revela os diferentes compromissos de uma Igreja que foi pouco a pouco se identificando com os oprimidos e se distanciando dos opressores. Que não só organizou o povo para ouvir o Papa como, também, para falar ao Papa através de discursos, de gestos e de verdadeiros corais populares reivindicando e denunciando.

Essa é a diferença entre a visita do Papa ao Brasil e ao México, onde a avalanche papal se abateu sobre uma Igreja que talvez desejasse isso mesmo, um Papa imenso e um povo pequeno. A organi-

## As palavras do Papa

Nos doze dias em que visitou treze cidades, percorrendo 17 mil quilômetros e fazendo cerca de 30 discursos, o Papa João Paulo II falou para praticamente toda a população de 120 milhões de brasileiros. Wojtila deu sempre muita ênfase a justiça social, mas dentre os seus recados ele incluiu uma grande variedade de assuntos, uma visão global de como a Igreja se posiciona em relação aos problemas do mundo. Aqui selecionamos alguns trechos dos seus discursos que nos pareceram mais expressivos.

"A Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis à salvaguarda e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna deste nome. (...) Promover tais reformas também é maneira de evitar que elas sejam buscadas sob o impulso de correntes, com base nas quais não se hesita em recorrer à violência e à direta ou indireta supressão dos direitos e liberdades fundamentais inspiráveis na dignidade do homem." (Saudação ao Presidente da República, no Palácio do Planalto).

"Pode parecer banal sublinhar que cada país tem o dever de preservar a sua paz e a sua segurança em seu interior. Mas é preciso, de certa forma, "merecer" essa paz, garantindo o bem comum de todos e o respeito aos seus direitos. O bem comum de uma sociedade exige que ela seja justa. Onde falta a justiça, a sociedade está ameaçada desde o seu interior." (Discurso ao corpo diplomático, na Nunciatura Apostólica).

"Não se constrói uma sociedade que mereça o título de humana desrespeitando e — pior ainda — destruindo a liberdade humana, negando aos indivíduos as liberdades mais fundamentais." (Homília na missa aos jovens em Belo Horizonte).

"O homem não pode tornar-se escravo das coisas, das riquezas materiais, do consumismo, dos sistemas econômicos ou daquilo que ele mesmo produz. O homem não pode ser feito escravo de ninguém, nem de nada." (Saudação ao Presidente da República, no Palácio do Planalto).

"Abertos para as dimensões sociais do ho-

zação e os atores que foram colocados no cenário da visita também revelam as diferentes linhas de ação pastoral existentes na Igreja brasileira: a todas elas, o Papa abençoou com discursos que podem ser lidos de diferentes maneiras, agradando tanto aos conservadores e moderados, como aos setores mais progressistas. No balanço final, pareceria que esses últimos estiveram mais presentes, fizeram o povo falar mais alto e forçaram o Papa a escutar mais o clamor dos oprimidos. Foi visível a forma como o Papa foi gradualmente entendendo e escolhendo as palavras que o povo queria escutar e, nessas palavras, colocava a ênfase de um entendido em grandes comícios populares: Justiça Social, Liberdade, a Igreja dos Pobres.

A segunda constatação importante é que essa relação entre po-

vo, Igreja e Papa foi de tal modo marcante que acabou por excluir da festa um ator importante que desejava estar presente: o poder político, o Governo.

Perguntado sobre o que havia significado a visita do Papa em relação ao governo, um chofer de táxi de São Paulo resumiu o óbvio: o governo desapareceu!

Segundo um jornalista do Jornal do Brasil, o General Golbery, chefe da casa civil do Presidente Figueiredo e um dos principais estrategistas do governo, teria comentado sobre a visita: "aconteceu o imprevisto!"

### As ovelhas gritam ao seu pastor

Isto é, não aconteceu o que o governo havia previsto: a possibilidade de capitalizar a avalanche papal no sentido de neutralizar a Igreja brasileira e particularmente os seus setores mais avançados.

O governo se contentaria com uma reprovação, mesmo que indireta, que pudesse ser dirigida ao Cardeal de São Paulo. O Papa não só não o reprovou como foi abraçado e abraçou um dos operários da Igreja de D. Paulo Evaristo Arns. O imprevisto, também, foi a presença do povo na visita: as "ovelhas" gritaram ao seu pastor... palavras que o Estado não permite que sejam ditas pela rede nacional de televisão: Nossos irmãos foram mortos, nossas terras foram tomadas, nós passamos fome, liberdade, justiça!

E como parar essas frases no meio? Como censurar as transmissões diretas, como calar milhões de vozes?

Como não estar descontente com este Papa e esta Igreja que se transformam, querendo ou não, conscientes ou não, em veículos dessas vozes e desses gri-

mem, vocês não escondem sua vontade de transformar radicalmente as estruturas que se lhes apresentam injustas na sociedade. Vocês dizem, com razão, que é impossível ser feliz vendo uma multidão de irmãos carentes das mínimas oportunidades de uma existência humana. Vocês dizem, também, que é indecente que alguns esbanjem o que falta à mesa dos demais."

"Eu vivi na minha juventude estas mesmas convicções. Essa tremenda e valiosa experiência me ensinou que a justiça social só é verdadeira se baseada nos direitos do indivíduo. E que esses direitos só serão realmente reconhecidos se for reconhecida a dimensão transcendente do homem, criado à imagem e semelhança de Deus e destinado a uma vida eterna." (Homilia na missa aos jovens em Belo Horizonte).

"É indispensável vencer a tentação da chamada "sociedade de consumo", da ambição de ter sempre mais, enquanto outros têm sempre menos." (Homilia na missa aos jovens em Belo Horizonte).

"É importante que todos os protagonistas da vida econômica tenham a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente da elaboração e con-

trole das decisões que lhes dizem respeito, em todos os níveis. Já o Papa Leão XIII, na "Rerum Novarum", afirmou claramente o direito dos trabalhadores de se reunirem em associações livres com a finalidade de fazerem ouvir a sua voz, de defenderem seus interesses e contribuir de maneira responsável para o bem comum, cujas exigências e disciplina se impõem a todos no âmbito de leis e contratos sempre perfectíveis."

(...) Quantos sofrimentos, quantas angústias e misérias não causa o desemprego! Por isso a primeira e fundamental preocupação de todos e de cada um, homens do governo, políticos, dirigentes de sindicatos e homens de empresa, deve ser esta: dar trabalho a todos. Esperar a solução do problema crucial do emprego como um resultado mais ou menos automático de uma ordem e de um desenvolvimento econômico, quaisquer que sejam, nos quais o emprego aparece apenas como uma consequência secundária, não é realista, e portanto, não é admissível.

(...) É de justiça que as condições de trabalho sejam as mais dignas possíveis, que se aperfeiçoe a previdência social de modo a permitir a todos, na base de uma crescente solidariedade, enfrentar os riscos, os apertos e os encargos sociais.

tos? Outra ausência importante dessa visita, foram as classes patronais, empresariais: a industrialização do Papa, tão evidente na visita ao México, feita pelos Bancos, grandes empresas, agências de publicidade, não ocorreu no Brasil. Havia povo demais para esses setores se sentirem à vontade: o Papa não falou para os empresários, os patrões brasileiros católicos ou não. Não porque se recusasse, porque haveria lugar também para eles nesse discurso tão ecumênico que os Papas sabem fazer, mas talvez porque esses atores se sentem tão representados pelo Estado e tão pouco pela Igreja, que ficaram esperando pela mediação do Governo, que, afinal, fracassou. Ficaram com o Estado e perderam a chance de disputar as palavras do Papa.

A rigor, se os gestos da visita podem ser lidos mais de um senti-

do popular, as palavras do Papa podem ser lidas de acordo com os ouvidos e interesses de cada um: as frases podem ser destacadas do contexto geral para a direita, o centro ou a esquerda. Porém, há quem afirme que mais importante que as frases são os gestos, mais importante que os gestos foi o povo, mais importante que tudo isso foi a fantástica mobilização de milhões de pessoas em torno de uma Esperança!

---

### A reflexão de um símbolo

---

João Paulo II finalmente tomou o avião papal e voltou para Roma. Deve estar refletindo, como todo mortal, sobre o que aconteceu. Afinal ninguém vive impunemente uma experiência como esta, ninguém escuta um clamor dessa magnitude sem se perguntar sobre a verdade que

nasce de milhões de pessoas em diálogo com um Símbolo e, portanto, sobre o verdadeiro sentido de si mesmo como símbolo capaz de mobilizar tanta gente. Nesse sentido, o povo visitou o Papa, invadiu a sua casa, ocupou os seus sentidos e moveu a pedra de Pedro para algum lugar, alguma direção.

Em que direção?

Uma vez, estava o fundador da Igreja do Papa sentado em meio a uma multidão e foi avisado por seus discípulos que o povo tinha fome. Foram recolhidos entre os presentes alguns pães e peixes; Cristo, segundo o Novo Testamento, operou o milagre da multiplicação. No Brasil, era como se o Papa tivesse feito a multiplicação de gestos, palavras, sentidos e propostas sem dividi-los... A divisão está por ser feita e esse é o problema.

## As palavras do Papa

(...) A sociedade está ameaçada de dentro para fora quando, no domínio da distribuição dos bens, se confia unicamente nas leis econômicas do crescimento e do maior lucro; quando os resultados do progresso tocam apenas marginalmente, ou não tocam em absoluto, as vastas camadas da população; ela existe também enquanto persiste um abismo profundo entre uma minoria de ricos, de um lado, e a maioria dos que vivem na necessidade e na miséria, de outro lado.

(...) O bem comum da sociedade, que será sempre o novo nome da Justiça, não pode ser obtido pela violência, pois a violência destrói o que pretende criar, seja quando procura manter os privilégios de alguns, seja quando tenta impor as transformações necessárias." (Discurso aos trabalhadores no Morumbi, São Paulo).

"Que os poderes públicos deste Estado, de mãos dadas com todas as formas vivas no domínio da iniciativa privada, com a ajuda específica da Igreja, dêem por fim aos pobres as possibilida-

des de escapar ao círculo da pobreza para ascender ao mais ser." (saudação ao povo, Teresina, Piauí).

"A Igreja não tem pretensão de intrometer-se na política, não aspira a participar na gestão dos assuntos temporais. A sua contribuição específica será a de fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade (...). É, antes de tudo, um serviço de formação de consciências: proclamar a lei moral e suas exigências, denunciar os erros e os atentados à lei moral, à dignidade do homem." (aos "Construtores de uma Sociedade Pluralista", em Salvador, Bahia).

"Pai Nosso, o povo passa fome!" (Saudação ao povo, em Teresina, ao ler a faixa estendida: "Santo Padre, o povo tem fome").

"A Igreja vos dispensa profunda estima, por aquilo que sois e por aquilo que há em vós, como pessoas humanas. (...) Confio aos poderes públicos e outros responsáveis os votos que (...) fa-

## De João para João

O governo pretende apropriar-se da cesta, dizendo que tudo que o Papa propôs corresponde ao que ele propõe. Para isso, prepara uma publicação, "De João para João", onde pretende demonstrar a identidade entre o João de Deus e o João do Estado.

Os diferentes setores da Igreja reivindicam pães e peixes para dividir entre operários ou patrões, camponeses ou donos das terras, índios, posseiros ou grandes empresas, entre a democracia ou o autoritarismo, a justiça social ou o respeito à ordem estabelecida.

Os diferentes setores ou classes sociais querem participar da partilha na esperança de terem agora a parcela a que têm direito, mais os juros das parcelas que lhes foram roubadas no passado.

Uma coisa porém parece certa: não vai ser fácil fazer a divisão dos pães e peixes, nem manter a festa da unanimidade num país onde uns poucos têm tudo e a maioria quase nada. Assim, a luta continua, depois da partida do Símbolo, pela partilha das palavras e gestos do Papa segundo São Evaristo Arns, São Vicente Scherer, São João Batista Figueiredo, São Operário ou São Camponês.

Entre as coisas previsíveis, uma também parece lógica: depois dessa avalanche Papal, o Governo deverá repensar a sua tática frente à Igreja. Se antes se apoiava nos setores conservadores, tentava neutralizar os moderados e atacar aos progressistas (inclusive com ameaça de processos com base na Lei de Segurança Nacional), hoje poderá estar pensando em como ganhar os moderados para neutralizar os

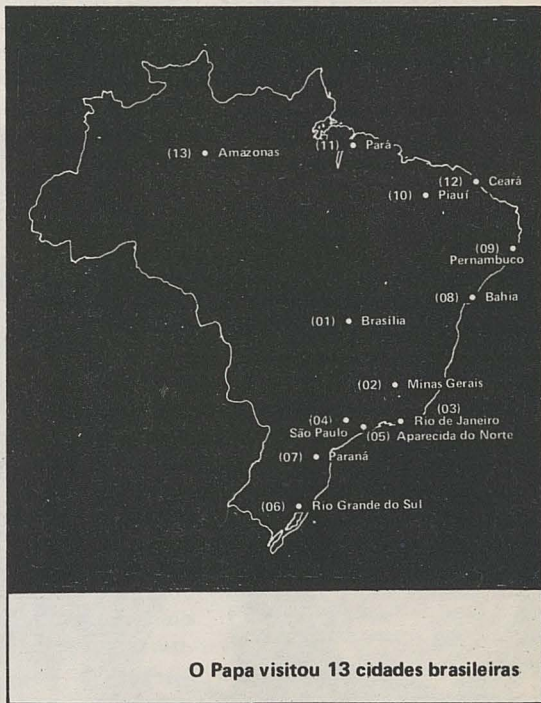
progressistas, o que já significa uma mudança significativa para quem há poucas semanas atrás preparava-se para uma guerra santa com a segurança própria de quem vive isolado nas alturas do Palácio do Planalto.

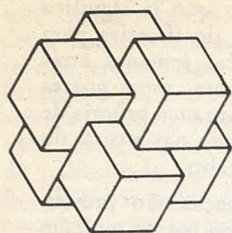
Essas mudanças são previsíveis, assim como parece também lógico que o conjunto da sociedade brasileira irá buscar as formas de fazer também os seus milagres contra alguns demônios criados pelo regime e contra os quais o Papa foi claro: os fundamentos da política econômica colocada em prática pelo governo, baseado no lucro e não nas necessidades humanas; os fundamentos da ordem social e política codificados na Lei de Segurança Nacional, que transforma o povo no objeto do Estado, acima de qualquer controle desses milhões que aclamaram o Papa nas praças e nas ruas do Brasil. □

ço (...): que a vocês, primeiros habitantes desta terra, seja reconhecido o direito de habitá-la na paz e na serenidade, sem o temor — verdadeiro pesadelo — de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital, que será base não somente para a sua sobrevivência mas para a preservação de sua identidade como grupo humano." (aos índios, na catedral de Manaus, Amazonas).

"Arrancá-lo do seu torrão, empurrando-o para um êxodo incerto na direção das grandes metrópoles, ou não assegurar os seus direitos à legítima posse da terra é desprezar os seus direitos de homem e de filho de Deus." (aos migrantes, na missa em Recife, Pernambuco).

"A Pastoral Social deverá ser autenticamente brasileira, mas nem por isso deixar de ser, ao mesmo tempo, universal. Ela deve responder à verdade integral a respeito do mundo contemporâneo, deve ter os olhos abertos para todas as injustiças e todas as violações dos direitos humanos, seja onde for, no domínio dos bens materiais como dos bens espirituais. Se faltar esta ótica fundamental, ela corre facilmente o risco de tornar-se objeto de manipulações unilaterais." (aos bispos, em Fortaleza, Ceará).





# CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## SBPC

## A ciência pela democracia

*Seis mil cientistas se reúnem no 32º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sob o tema central "Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática". A questão nuclear, a incompetência das esquerdas no Brasil, o problema do índio – três mil comunicados científicos*

Nilton Caparelli



**O** Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) consolidou de forma incontestável a sua importância na vida política do país e em todos os outros níveis ligados ao bem estar social da comunidade brasileira. Neste 32º Congresso, realizado durante uma semana no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estiveram reunidos mais de 6 mil cientistas, que participaram de 111 mesas-redondas, 39 simpósios, 21 conferências, 4 encontros e 3 cursos. Foram apresentados mais de 2.800 comunicados orais sobre pesquisas que se realizam nas áreas mais variadas.

Somente esses números já dão a dimensão do que foi esta última reunião da SBPC — a maior delas, desde a sua primeira em 1949 — que teve como tema central “Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática”. Mas, na realidade, foi muito mais do que esses números possam representar. Mais uma vez a sociedade civil brasileira, representada pela sua comunidade científica nas suas origens mais gerais, demonstrou publicamente o seu compromisso com a democracia, a necessidade de uma participação real e objetiva de todo o povo nos destinos do país e a maturidade adquirida nesses difíceis 15 anos passados: a SBPC evoluiu do simples protesto formal e revoltado para a análise, o estudo e propostas concretas fundamentadas cientificamente.

### Intimidação continua

Na abertura do Congresso, o Presidente da SBPC, o físico José Goldemberg, resumiu com muita lucidez a realidade política do Brasil de hoje, citando uma série de fatos que demonstram a distância e mesmo a incompreensão que ainda existe do governo para a comunidade científica, assim como para toda a nação.

Goldemberg começou com um fato ocorrido há três anos, em plena “abertura”, no governo Geisel:

“A SBPC se tornou para os cientistas e para a sociedade brasileira um organismo suficientemente importante para participar dos grandes debates nacionais. Esta posição não nos foi dada, mas conquistada. Nada mostrou a verdade desta afirmação melhor do que a realização da 29ª Reunião Anual, em 1977, sem a anuência, sem o desejo e sem o apoio oficiais.”

O físico referia-se à proibição por parte do governo de a SBPC utilizar as dependências da Universidade Federal do Ceará para a realização do 29º Congresso, além de cortar todas as verbas de auxílio para a promoção do encontro. As medidas restritivas tinham origem na reunião anterior, a 28ª, realizada em Brasília em 1976. Ela foi extremamente polêmica, com debates sobre estatização na economia brasileira, a política econômica em relação ao nordeste do país, a política energética adotada pelo governo com base na transferência de tecnologia estrangeira e a conferência de Emmanuel Kadt, da Universidade de Sussex, na Inglaterra, que acusou o sistema médico nacional e a medicina praticada no Brasil de “urbana e terapêutica”. Falou-se também abertamente da repressão e da censura dentro das universidades brasileiras, aprovando-se em um de seus simpósios uma proposta de reintegração nas universidades dos professores afastados pelo Ato Institucional nº 5. O governo não suportou essas críticas.

Goldemberg lembrou também no seu discurso a manutenção “de mecanismos repressivos e de violência contra os direitos da pessoa humana”, citando como exemplo as arbitrariedades praticadas em dois dos membros da SBPC, os juristas Dalmo Abreu Dallari e José Carlos Dias, deti-

dos ilegalmente durante a recente greve dos metalúrgicos do ABC paulista, bem como a agressão pessoal sofrida pelo professor Dallari, no dia anterior a sua participação na missa rezada pelo Papa João Paulo II em São Paulo.

Para sedimentar essa “incompreensão e desconfiança” do governo em relação à comunidade científica, o Presidente da SBPC fechou o seu discurso com um dos fatos mais controvertidos ocorrido recentemente:

“Pior talvez que esses episódios foi, contudo, a recente divulgação de um documento elaborado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, acusando inúmeras pessoas e entidades — inclusive a SBPC e seu presidente — de fazerem parte de uma conspiração internacional destinada a prejudicar o progresso nuclear brasileiro. Este documento, identificando um complô onde simplesmente ele não existe, é revelador da atmosfera que ainda existe em certos ambientes.”

### Reinventar a escola

Podem-se considerar excepcionais as condições de realização da 32ª Reunião da SBPC, levando-se em conta os 5,5 milhões de cruzeiros gastos na organização do encontro, sem nenhum apoio oficial, a regra desde 1977. A participação foi realmente notável, demonstrando o interesse que desperta o debate, a discussão dos problemas nacionais. Em muitas ocasiões as salas destinadas a conferências e mesas-redondas não eram grandes o suficientes para abrigar o enorme número de interessados no assunto. Assim, a concha acústica, com espaço para muitas centenas de pessoas, foi o local mais concorrido para intensos debates e exposições.

Esse grande interesse foi registrado logo num dos primeiros



Superlotada, a concha acústica foi o grande fórum de debates do 32º Congresso da SBPC

dias do Congresso na palestra feita pelo educador Paulo Freire e membros da sua equipe de trabalho sobre o tema da educação popular. Analisou-se também experiências anteriores a 64, como o projeto "Pé no Chão", realizado por Djalma Maranhão em Natal e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Em mesas-redondas sobre educação, tema geral do encontro, surgiram afirmações como "não há soluções simplesmente pedagógicas, elas tem que englobar o político" ou "somente a democratização da sociedade tornará possível uma redemocratização da escola".

Na realidade, a principal constatação na maioria dos debates e discussões sobre educação na SBPC foi a necessidade de "reinventar a escola", pela falta de uma ação e uma mobilização maior: "difícilmente uma crian-

ça ou um adolescente sente prazer em ir à escola." Aliás, dentre os métodos revolucionários sugeridos na reunião, o do professor Hillel Zamith era, talvez, o mais ambicioso de todos, pregando o fim da ortografia oficial e sugerindo um sistema exclusivamente fonético, representado da seguinte maneira: "o eztaablesimento de uma ezkrita razionau presinde do saber etimologiko..." Mas a reunião não tinha esse caráter revolucionário: o problema educacional é muito mais de caráter estrutural em termos sociais do que de concepção metodológica.

#### O problema nuclear

Depois do tema educação, a energia nuclear foi um dos assuntos que mais sensibilizou as plateias do SBPC. Mais de mil pessoas se reuniram na concha acústica para participar da mesa-re-

donda sobre o "Programa Nuclear — Uma Visão de Dentro", com a participação do Presidente da SBPC e de um ex-membro da equipe do programa nuclear brasileiro. O importante desse encontro foi o modo pelo qual os integrantes da mesa conduziram o debate, analisando cientificamente a questão nuclear para o Brasil em vez de se fixarem em protesto puro e simples. No contexto dessas análises foram feitas algumas denúncias importantes, como a de um físico, ex-funcionário da Nuclebrás, responsável pela tradução de documentos com informações tecnológicas enviadas pela KWU à empresa brasileira. Ele contou que a maior parte desses documentos, carimbados como confidenciais, não passam de literatura de domínio público, que pode ser facilmente comprada em livrarias da Europa e dos Estados Unidos.



O Presidente da SBPC, comentando o fato de o governo ter decidido construir mais usinas nucleares em São Paulo, disse que "há muitas razões — como pressões de bancos alemães ou a euforia com os acordos assinados com o Iraque e a Argentina — que poderiam justificar algum esforço na área nuclear, mas não justificam a prioridade dada à energia nuclear num país que tem muitas prioridades mais urgentes".

O físico Rogério Cerqueira Leite, da Universidade de Campinas, revelou que estudos feitos nos Estados Unidos já indicam que é falsa a afirmação de que o acidente da usina nuclear de *Three Mile Island* não causou danos a ninguém: "num raio de 80Km ao redor da usina foi constatado que a mortalidade infantil aumentou 60% após o acidente, o que foi provocado pelo aumento de abortos". "Isto é apenas um prenúncio, pois daqui a mais algum tempo conheceremos outras consequências do acidente" — advertiu o físico para uma plateia chocada e amedrontada.

Fugindo um pouco às análises científicas do problema, o Secretário-Geral da SBPC, Luis Pinguelli Rosa, considerou oportuna a denúncia de existência de "organizações nazi-fascistas atuando clandestinamente nos organismos oficiais" e responsabilizou-as pela elaboração do documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia que diz ter constatado uma conspiração americano-soviético-judaica contra o acordo nuclear.

### Incompetência

Os encontros que reuniram cientistas sociais e economistas também estiveram entre os mais concorridos do Congresso, pelos temas políticos abordados e pela participação de nomes famosos nesse setor, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tava-

res, entre outros. Na mesa-redonda sobre "Crise Econômica e Democracia", que também foi transferida para a concha acústica devido ao interesse despertado, passou-se um atestado de incompetência à esquerda brasileira, pela falta de uma análise científica séria, conseqüente e competente da realidade nacional.

A responsável pela crítica foi a economista Maria da Conceição Tavares, que chegou a sugerir as posições da Igreja defendidas pelo Papa como um programa mínimo para unir os opositores brasileiros. Conceição alertou também para o fortalecimento de grupos conservadores no Brasil, uma tendência aparentemente mundial: lembrou os exemplos do Chile e da Argentina e do norte da Europa, onde eles ganharam as últimas eleições. Na sua opinião, "os intelectuais devem assumir a sua competência profissional estudando a fundo os problemas do Brasil: isto não significa ser tecnocrata e sim político. Temos que trabalhar para propormos alternativas concretas, críticas". Ela defendeu

ainda a posição de que as oposições devem abandonar o defensivismo e disputar o poder mais seriamente, criando contra-propostas à política do governo através de uma discussão profunda das questões que afligem o país.

O economista Celso Furtado participou da mesa-redonda "A Crise do Sistema Mundial de Poder e Suas Novas Perspectivas" intervindo pouco mas sempre com muita segurança. Furtado, que considerou o Brasil um país provinciano por não se debater política internacional, falou sobre a comissão trilateral (Estados Unidos — Europa — Japão), uma tentativa de internacionalizar as instituições políticas, superando os Estados Nacionais. A seu ver, a primeira tentativa desta administração internacional foi a criação do FMI logo após a II Guerra Mundial. Ele analisou as relações internacionais entre as grandes potências e a atual crise do capitalismo, que, na sua opinião, não é clássica: "a crise decorre da evolução estrutural profunda que o capitalismo sofreu no pós-guerra e da reduzida capacidade



Conceição Tavares, Celso Furtado e Pedro Malan: a esquerda não analisa cientificamente a realidade brasileira

de coordenação dos sistemas políticos nacionais”.

## Minorias

O 32º Congresso da SBPC foi marcado também pela participação ativa das minorias marginalizadas ou obstruídas no seu desenvolvimento social, econômico e político. O principal e mais disputado encontro foi o dos índios, veementes nas suas reivindicações e críticas à política indigenista brasileira.

O antropólogo Darcy Ribeiro foi quem apresentou os índios à platéia, afirmando que trazia os intelectuais índios para conversar com os intelectuais brancos. A intervenção mais interessante foi a de um representante da tribo Shuar do Equador, que fez um relato das lutas do seu povo pela terra, insistindo no direito à propriedade: “eram nossas antes do descobrimento da América”.

O cacique xavante Mário Juruna, já bem conhecido dos brasileiros pela sua decisão de só falar com as autoridades brancas com um pequeno gravador liga-



O antropólogo Darcy Ribeiro, presente a vários debates, falou da sua experiência e seu trabalho aqui e no exterior

do (companheiro inseparável) — “branco diz e depois diz que não disse” — criticou duramente a FUNAI, afirmando que a sua administração “é muito ruim, ninguém entende” e que ela também “não dá atenção para o índio, não somos objetos, não somos instrumentos”. Juruna lembrou que nunca houve problemas com os militares enquanto o Marechal Rondon viveu, mas hoje “a sede da FUNAI vive cheia de militares, impedindo o

índio de defender seus direitos e terras”.

O problema do índio foi tratado também por duas mesas-redondas. Na que tinha como tema “A Questão das Barragens — Consequências para as Sociedades Indígenas” chegou-se à conclusão de que cem mil habitantes de terras indígenas estão ameaçados pelos atuais projetos de barragens, leis descumpridas, esbulho de terras e patrimônio dos índios,



Teve de tudo na SBPC: só faltou a creche para facilitar a participação das mães que não podem pagar babá



**A SBPC parecia mesmo um sonho democrático: ninguém atrapalhou ou reprimiu o sonho (sono) de ninguém**

diante de uma FUNAI convivente. Na mesa-redonda sobre "Medicina em Áreas Indígenas" ficou constatada que a invasão branca dos territórios indígenas, em nome do progresso, trouxe, além dos danos culturais, a tuberculose, o sarampo, as doenças venéreas, o câncer, um número incontável de epidemias. Sem a contrapartida de uma cobertura médica plena, com prevenções sanitárias, vacinas e antibióticos, o índio morre — afirmaram os conferencistas. A situação é muito grave e as denúncias alarmantes: "na verdade, quando se vê o bombardeamento de aldeias, a distribuição de roupas contaminadas com vírus, o descaso das autoridades, percebe-se uma atitude premeditada de genocídio".

O espaço dedicado às feministas foi pequeno nesse Congresso do SBPC, mas, mesmo assim, discutiu-se um programa de televisão que trata do assunto — *Malu Mulher* — num dos mais agitados, debates da Reunião, não se sabe se pelo tema ou pela fama da atriz principal do programa, Regina Duarte (*Malu*), uma das debatedoras.

Mas a grande sensação desse encontro de minorias na SBPC, por conter um preconceito latente muito grande na sociedade, foi a mesa-redonda "Homossexualismo, Ciência e Repressão",

realizada à margem do Congresso, por grupos de homossexuais organizados. O encontro, que durou mais de três horas e com a participação de aproximadamente 500 pessoas, foi considerado um sucesso pelos seus idealizadores, que defenderam nos debates a seguinte posição: "a nossa luta é pelo livre uso do corpo e transcende a questão do prazer. Queremos que o sexo não seja um instrumento de repressão ou de produção, mas de liberação".

### Importância política

Sem dúvida, o SBPC vem conseguindo no correr dos anos uma grande mobilização de opinião pública em torno de debates, mesas-redondas e comunicações científicas que englobam os mais variados setores de atividade intelectual da sociedade, como uma porta aberta a quem quiser entrar para dar o seu recado. Isso tornou o Congresso uma das manifestações mais importantes do país no exercício da democracia e da liberdade.

Alguns consideram que o interesse despertado por suas reuniões poderia estar ligado a um aumento quantitativo e qualitativo da produção científica no Brasil. De acordo com dados da própria SBPC, verificamos que de 1949 a 1977 foram apresenta-

dos 20 mil 997 trabalhos científicos durante as reuniões anuais: enquanto em 1949 o total foi de 45 trabalhos, em 1977 esse número já era de 2 mil 746, um crescimento médio anual de 15,8%.

Outros justificam o sucesso do SBPC através da participação de jovens pesquisadores e de estudantes, resultado da política governamental de investir amplamente em atividade científicas e tecnológicas, a partir de 1970, determinando uma nova atitude em relação à ciência e ao cientista, normalmente restrito aos mistérios do seu trabalho no laboratório e a uma linguagem somente compreendida por seu colega de profissão.

No entanto, o sucesso do SBPC parece estar mesmo no fechamento do regime, que após 68 eliminou praticamente todos os espaços possíveis à livre manifestação. Assim, ela passou a ser um dos poucos canais de expressão da insatisfação dos cientistas e da própria sociedade civil na década de 70. A brecha estava aberta e através dela começaram a penetrar setores científicos até então pouco atuantes nas reuniões da SBPC, marcadas pelo domínio da Física, da Biologia, da Genética e da Química: os cientistas sociais, especialmente os sociólogos, historiadores, cientistas políticos e economistas.

Dessa forma, os Congressos começaram a adquirir um outro peso no contexto político brasileiro, levantando temas de interesse para o grande público e a fazer severas críticas à política econômica e social dos governos militares. Hoje, a SBPC já domina um espaço bem maior do que há dez anos e promete conquistar espaços ainda maiores, porque o seu sucesso só deixará de existir quando não houver mais necessidade de ela ser utilizada como um canal de insatisfação, contestação e resistência democrática. □

SAARA OCIDENTAL

# Frente Polisário: sete anos de luta

*Omar Mansour, embaixador da República Árabe Saarauí Democrática  
acreditado na Argélia e membro do Bureau Político da Frente Polisário,  
faz para o enviado especial de cadernos do terceiro mundo, numa  
entrevista exclusiva, um balanço político, militar e diplomático dos  
sete anos de guerra de libertação*

Roberto Bardini\*



\*Correspondente de cadernos do terceiro mundo em Honduras, enviado especial à África

**A** criação da Frente Polisário e a realização da sua primeira ação armada contra o colonialismo espanhol completaram, no dia 20 de maio, o seu sétimo aniversário. Desde então, pode-se dizer que a luta pela independência do Saara vem conquistando vitória atrás de vitória. A seu ver, quais foram os triunfos mais importantes desde 1973 até hoje?

— No dia 27 de fevereiro de 1976, nosso povo proclamou a independência da República Árabe Saarauí Democrática (Rasd). Este reconhecimento em si já é uma vitória, pois representa o resultado de vários anos de resistência contra a ocupação colonial e a negação mais profunda de todo tipo de agressão e de divisão de nosso território. Outro triunfo importante foi a constituição da administração nacional, ou seja, o estabelecimento das instituições necessárias para garantir a sobrevivência do nosso povo, o bom funcionamento dos campos de refugiados e a continuidade da luta. Nesse sentido, temos evoluído bastante e hoje

nós podemos nos orgulhar de uma administração moderna — através do povo e seus congressos populares — que é um reflexo do que o Estado Saarauí poderá fazer num futuro próximo.

### Da resistência à ofensiva

*Este sétimo aniversário é uma boa oportunidade para realizar um balanço militar, político e diplomático, a partir, sobretudo, da proclamação de independência da República Árabe Saarauí Democrática e da invasão por parte do Marrocos e da Mauritânia...*

— No plano militar, nos cinco anos de agressão do Marrocos e da Mauritânia, temos desenvolvido nossa guerra de libertação em três fases. Na primeira fase, adotamos uma tática defensiva com a finalidade de proteger nossas fronteiras, fazendo também um certo esforço, através de nosso exército, para proteger a população civil, instalando-a em campos seguros.

A segunda fase consistiu no que chamamos de *Ofensiva Par-*

*cial*, limitando-nos a combater, dentro do nosso próprio país, os agressores marroquinos na frente norte e os mauritanos na frente sul. No momento em que conseguimos criar problemas graves para o inimigo, em meados de 1976, partimos para a *Ofensiva Militar do Verão* ou *Ofensiva Popular Generalizada “Mártir El Uali Mustafá Seyid”*, que ultrapassou nossas fronteiras e levou a luta até o território do Marrocos e da Mauritânia. Nossas ações foram coroadas com um grande número de vitórias até o triunfo militar definitivo na frente sul e a retirada das forças mauritanas. Por nossa iniciativa, decretamos, no dia 12 de julho de 1978, o cessar-fogo e, no dia 5 de agosto, assinamos um acordo de paz entre a *Frente Polisário* e as autoridades da Mauritânia.

### A Ofensiva “Hquari Boumedien”

*E qual é a situação militar na frente norte, na luta contra o Marrocos?*

— Em relação à frente norte, a ofensiva visou à libertação de diversas regiões de nosso país

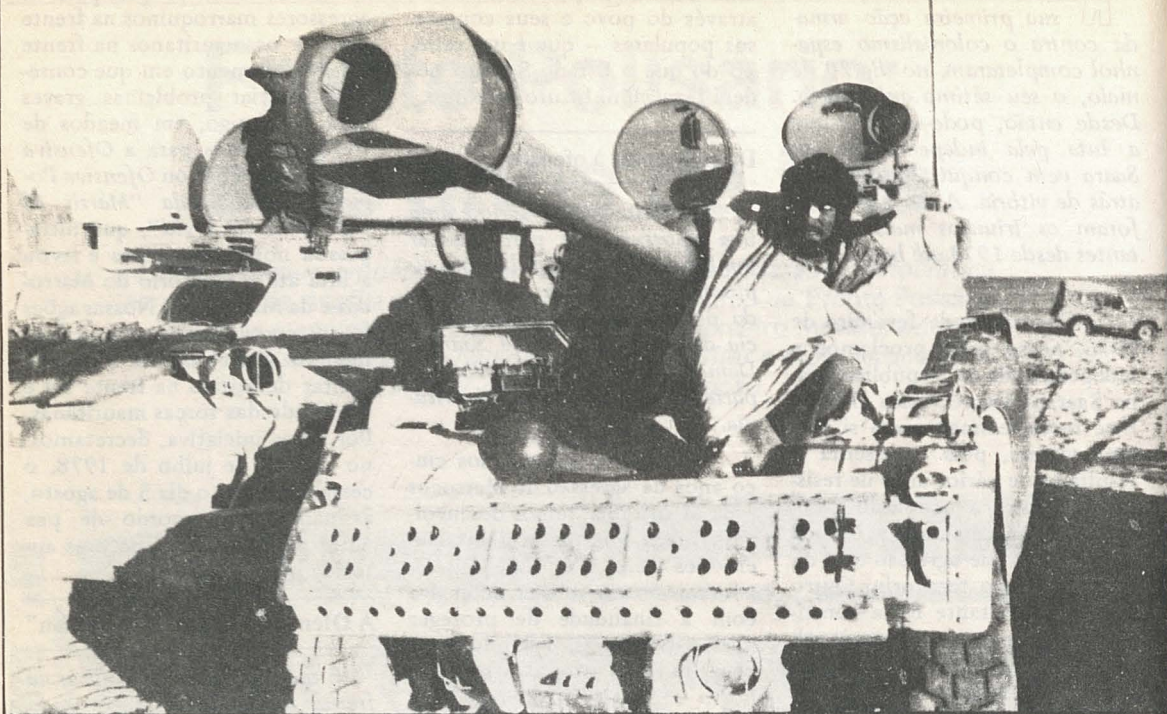
## “O sangue do prisioneiro não serve”

Uma das coisas que mais chamou a atenção do enviado especial de **cadernos do terceiro mundo** no campo de prisioneiros marroquinos no Saara, foi o tratamento humanitário e fraternal que a *Frente Polisário* dá aos seus prisioneiros. Para quem está sabendo mais ou menos a forma como os exércitos — e as forças repressivas em geral — do mundo “ocidental e cristão” tratam seus prisioneiros, essa modalidade “oriental e islâmica” causaria assombro.

Chej Omar Hajra, um jovem militar responsável pelo campo, demonstra um raciocínio simples e surpreendente: “Em combate, nós os aniquilamos, mas quando fazemos prisioneiros acredita-

mos que merecem respeito. Por que? Por várias razões. Em primeiro lugar, porque estão vencidos, desarmados e indefesos. Em segundo lugar, porque lutaram sem saber numa guerra equivocada e por uma causa injusta. E em terceiro lugar, porque afinal de contas somos irmãos muçulmanos. Neste momento, não podemos sentir ódio deles.”

E continua: “Um velho ditado saarauí diz que “não devemos matar nem maltratar um prisioneiro porque seu sangue não serve...” Evidentemente, quando estamos em combate, não aplicamos esse provérbio. Ou então, como diz outro ditado árabe: “O valor do teu inimigo te honra”.



Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Frente Polisário e presidente do Conselho da Revolução: "não gostamos de guerrear"

que estavam ocupadas pelas forças marroquinas e que foram obrigadas a adotar uma posição defensiva. Com isso, partimos para a terceira fase, a *Ofensiva "Houari Boumedién"*, em honra a essa importante personalidade, que, desde o primeiro momento, adotou uma posição clara de respeito aos nossos direitos de sermos independentes. Essa ofensiva também teve resultados positivos, obrigando o inimigo a reduzir a sua ocupação a apenas três cidades. Assim, a *Frente Polisário* passou a controlar o sul do Marrocos. Dessa forma, deixamos os agressores isolados, sem possibilidade de fazer deslocamentos, já que a única comunicação entre essas três cidades é por via aérea ou marítima.

*A Ofensiva "Houari Boumedién" prossegue atualmente?*

— Sim. E já foi responsável

por importantes vitórias até mesmo dentro do território marroquino. O triunfo mais recente foi o da batalha de onze dias em Ouarkziz, um dos golpes mais duros para o regime do Marrocos, pois foram derrotadas as famosas colunas móveis *Ohud* e *Zalaka*, sobre as quais o Rei Hassan II havia colocado todas as suas esperanças para ocupar definitivamente o nosso país. Essas colunas eram um corpo de elite de 7 mil homens selecionados entre os melhores do exército marroquino, dirigidos por altos quadros, onde figuravam generais do Estado Maior, estrategistas formados na Europa, um diretor da Academia Militar e vários coronéis e comandantes treinados por instrutores franceses, norteamericanos e israelenses, especializados em artilharia e blindados.

*O que representou a batalha de Ouarkziz?*

— Nessa batalha, aconteceu um fenômeno curioso: a utilização de armamentos altamente sofisticados das grandes potências. No vale de Ouarkziz recuperamos material bélico fabricado nos Estados Unidos, França, Israel, União Soviética — fornecido pelo Egito ao Marrocos — e, pela primeira vez no transcurso da guerra, armamento fabricado na África do Sul. Assim, essa batalha de posições, que durou onze dias, resultou no maior desastre para as tropas marroquinas e para o Rei Hassan II, que colocou nela todas as suas esperanças: o tirano assegurava que 1980 seria o ano da ocupação total da República Árabe Saarauí Democrática.

**A defesa da soberania marítima**

*Há bastante tempo, a Frente Polisário estendeu seu raio de*

ação ao patrulhamento e vigilância das águas do Atlântico. Qual é a situação nessa área?

— Sempre dentro do plano militar, apesar de não muito divulgado, também demos um importante passo adiante em relação ao controle de nossas águas territoriais. As unidades da marinha da *Frente Polisário* protegem as águas e as costas da República — elas estão entre as mais ricas do mundo em recursos pesqueiros — dos saques piratas das frotas estrangeiras... e também de barcos que poderiam transportar armamentos para o inimigo.

*Você disse que o Egito fornece armas para o Marrocos. Levando em conta a grande conexão existente entre os países do mundo árabe, qual o papel do regime de Anuar Sadat no desenvolvimento dessa guerra?*

— Existe uma grande vinculação entre a política marroquina no noroeste africano e a política egípcia no Oriente Médio. Os acordos de Campo David são uma prova disso: Hassan II foi um dos artífices dos primeiros contatos entre egípcios e israelenses. Antes da assinatura dos tratados, Moshe Dayan visitou Rabat e ali se decidiu que o Egito ajudaria o Marrocos na guerra do Saara em troca do apoio de Hassan II à política de Campo David. Dessa forma, tentava-se mostrar ao mundo que o regime de Anuar El Sadat não era o único que adotava uma política de capitulação ante o sionismo no Oriente Médio. Eles acreditavam que, com o apoio militar dos egípcios e com o assessoramento dos israelenses, a balança se inclinaria a favor do Marrocos no Saara. Isso era impossível. Os resultados foram catastróficos para Rabat e o Cairo. Hassan II está a cada dia mais só nessa parte do mundo árabe, que é a África do norte, e Anuar El Sadat também está cada dia mais só na outra parte do mundo árabe, que é o Oriente Médio.

## A “Operação Ouarkziz”: quem ocupa quem?

Em fins de 1979, o Rei Hassan II anunciou a *Operação Ouarkziz*, através da qual, segundo suas próprias palavras, “limparia o Saara”. Para isso, utilizou o III Regimento das Forças Armadas Reais (FAR) e mais 7 mil homens reunidos em duas forças de elite: as divisões *Ohud* e *Zalaka* (nomes com significado histórico-religioso, ligados à guerra islâmica nos tempos de Maomé e à guerra santa contra os espanhóis, respectivamente).

O objetivo da operação era elevar a moral do exército e utilizar um forte golpe publicitário. As tropas marroquinas estavam equipadas com veículos blindados, tanques e armamento pesado fornecidos pelos Estados Unidos, França, Israel, Egito e África do Sul. Saíram de suas bases com o objetivo de romper o cerco que a *Frente Polisário* havia feito em Zaak e ocupar Buerat, ambas as cidades no sul do Marrocos. No planejamento, direção e execução da *Operação Ouarkziz* participou todo o Estado Maior das Forças Armadas Reais, composto por oficiais da mais alta graduação.

A batalha começou em 1º de março no vale de Uad Tizert, na região de Ouarkziz, e terminou no dia 11 com uma incontestável derrota do exército marroquino, que foi obrigado a se retirar em debandada. Foram mortos 2 mil soldados — que foram contados três dias depois por jornalistas estrangeiros —, a mesma quantidade foi ferida e foram feitos 137 prisioneiros (entre eles, vários oficiais), recolhidos 39 blindados e centenas de *Land-Rovers*, *GMC* e *Unimogs*. Foi um novo tipo de combate, diferente da guerra feita até o momento no deserto e demonstrou a evolução militar da *Frente Polisário*, já que no dizer de um de nossos comandantes, “ficou claro que nossos soldados vão aonde querem e golpeiam quando e como querem”.

No dia 14 de março, Mohamed Abdelaziz, secretário geral da *Frente Polisário* e presidente do Conselho da Revolução, deu uma entrevista à imprensa para vários correspondentes estrangeiros no campo de batalha de Uad Tizert, 150 quilômetros dentro do território sul do Marrocos. O dirigente saarauí disse: “Nossa presença aqui não significa que gostemos de guerrear nem o desejo de estar em territórios de outros. Trata-se de uma operação de autodefesa da soberania de nosso povo”. Em seguida afirmou aos jornalistas: “Mas se o Rei Hassan II persistir em sua atitude de intransigência e de ocupação de nosso país..., da próxima vez encontrará a *Frente Polisário* mais ao norte, no interior do território marroquino”.

Pouco tempo depois, Musa Sidahamed, responsável por uma patrulha saarauí que acompanhou a equipe de **cadernos do terceiro mundo** numa visita de três dias em território marroquino, fez uma observação muito interessante: “O exército marroquino ocupou o Saara? Vocês estão neste acampamento com fogueiras acesas, comendo, bebendo chá verde e dormindo nas terras de Hassan II. Quem ocupa quem?”



Centenas de prisioneiros marroquinos vão se conscientizando de que a luta do povo saarauí é justa

*E o que você nos pode dizer a respeito de outra importante frente de batalha: a diplomática?*

— Paralelamente ao plano militar, também temos lutado no campo diplomático, onde conseguimos vitórias muito importantes. Atualmente, a maioria das organizações internacionais, como as Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana e o Movimento dos Países Não-Alinhados, têm uma posição clara em favor do direito do nosso povo à autodeterminação, reconhecem a representatividade da *Frente Polisário* e condenam a agressão marroquina. Isso é o máximo que esses organismos podem fazer no plano internacional. Ao mesmo tempo, também contamos com o reconhecimento de partidos políticos, agrupamentos populares e organizações sindi-

cais, estudantis e de mulheres de vários países do mundo.

Com todo esse apoio — e sobretudo depois que a Mauritânia saiu do conflito — o regime do Marrocos está bastante isolado no plano internacional. Assim, Hassan II tem somente duas alternativas: ajustar-se ao processo traçado pelas organizações internacionais e negociar com a *Frente Polisário* sobre a forma de aplicar as resoluções das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana ou continuar a guerra — apesar da desmoralização das suas tropas, do desastre econômico em que entrou o país e a crise social de seu povo — até que nós o façamos ajoelhar-se militarmente. Cabe ao Marrocos decidir-se entre uma coisa e outra.

*E quanto a novos reconhecimentos?*

— O Estado Saarauí está, a cada dia, recebendo mais reconhecimentos, para um isolamento cada vez maior do Marrocos no campo diplomático. Até o momento, 39 países reconheceram oficialmente a República Árabe Saarauí Democrática, 90 mantêm relações com a *Frente Polisário* como movimento de libertação e, a nível africano, somente necessitamos ganhar o voto de três países para podermos ser membros da Organização de Unidade Africana, o que seria o isolamento total do Marrocos neste continente.

#### Um jogo muito perigoso

*Diante disso tudo, qual é a atitude do monarca marroquino?*

— Ao ver que militarmente já foi quase derrotado e que política e diplomaticamente não tem



muito mais o que fazer, Hassan II está fazendo um jogo muito perigoso: ele tenta converter o que é uma luta de libertação em uma guerra internacional. Dando mostras de uma inconsciência total, solicitou aos Estados Unidos e França a participação direta no conflito. Com isso conseguiria seu objetivo, pois a entrada dos norte-americanos levará, sem dúvida, à participação de outras forças contrárias aos Estados Unidos. Portanto, converteria a nossa luta pela independência numa guerra entre potências. Nós temos procurado evitar esse objetivo, mas se ele se tornar inevitável seremos os menos afetados já que, em comparação com o Marrocos, não temos muito o que perder. E, além disso, nosso povo está conscientizado, organizado civil e militarmente, com

experiência de luta e mobilizado. De qualquer forma, de uma coisa tenho certeza: o Marrocos não sairia ileso.

*Em meados de abril, os países membros da Frente de Firmeza — entre eles, Argélia, Líbia, Síria, a República Democrática do Iêmen e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) — realizaram uma reunião de cúpula em Trípoli, onde reconheceram o Estado Saaraui e apelaram aos restantes dos países árabes que fizessem o mesmo. Qual a importância dessa decisão?*

— Esse reconhecimento constitui, sem dúvida, uma decisão histórica importante, não somente para o povo saaraui mas também para todos os países árabes. A constituição da *Frente de Firmeza* é uma certa revisão, um

certo balanço sobre a situação atual dos povos árabes: o que conseguiram, o que os ameaça e onde querem chegar. De modo que o reconhecimento de nossa república se coloca no meio de todas essas questões e abre perspectivas não somente para esta região mas também para todo o mundo árabe e África. Eu me atrevera a dizer que o mesmo acontece na América Latina e Europa, já que os países membros da *Frente de Firmeza* constituem uma força de peso político, moral e material digna de ser levada em conta. Para concluir, seria interessante destacar algo: em 1975, Hassan II assegurou que, em três meses, estaria bebendo chá verde no Saara. Acreditamos que, a esta altura de 1980, esse chá já deve ter esfriado bastante. □

## ‘No dia que o Saara for livre, começará a liberdade do Marrocos’

“Com a crise interna do Marrocos e a guerra do Saara, o Rei Hassan II está arruinado até o pescoço; sem dúvida, parece estar cego... e pode custar-lhe a cabeça”. Essa afirmação é do capitão El Mezouari El Glaoui, do exército marroquino, feito prisioneiro pela *Frente Polisário* depois da batalha de Ouarkiz.

O oficial pertence a uma aristocrática família de Mahgreb e graduou-se na seleta academia militar de Sanhurst, na Grã-Bretanha. No momento em que foi preso, comandava um esquadrão de 14 tanques e 800 homens. Com esses antecedentes, é um tanto estranho escutá-lo dizer:

“Posso afirmar sinceramente que, na minha prisão, compreendi muitas coisas. Recentemente, um alto oficial do Estado Maior marroquino e um dos homens de confiança do Rei Hassan II declarou à revista “Paris Match” que eles assumiram a defesa do Ocidente na África. Isso eu li aqui no Saara e entendi qual é o papel do imperialismo na região”.

Ele disse ainda: “Sem dúvida, estou convencido de que pelo menos esta luta servirá para alguma coisa; no dia em que o Saara for completamente livre, meus compatriotas abrirão os olhos e começará a liberdade do Marrocos”.

Durante o combate de Ouarkiz, o capitão El Mezouari El Glaoui foi gravemente ferido no pescoço e num braço. Médicos saaraus o atenderam e o curaram.

Outro oficial marroquino, o capitão Yussi Mohamed, formado na escola militar de Saint Maixent, na França, com 20 anos de serviços no exército e chefe de um DIR (Destacamento de Intervenção Rápida) declarou a **cadernos do terceiro mundo**:

“A batalha de Ouarkiz marca uma mudança decisiva no desenvolvimento desta guerra, já que temos que reconhecer que as Forças Armadas Reais perderam suas duas unidades mais seletas e melhor preparadas, a divisões “Ohud” e “Zalaka”, com as quais o Rei Hassan II pensava ocupar definitivamente o deserto.”

E frisou: “A forma como a *Frente Polisário* combate e a maneira como trata seus prisioneiros me convenceram de que estamos diante de homens valentes e profundamente humanos. Além disso, estão motivados por uma causa justa; o soldado marroquino, ao contrário, carece de motivação: essa é a diferença e por isso creio, de antemão, que o Marrocos perderá essa guerra.”

MOÇAMBIQUE

# Autocrítica da Frelimo

*O Comitê Central da Frente de Libertação de Moçambique presta publicamente contas ao povo, após a sua Sétima Sessão levada a caso em meados de julho*

Antônio Makwala



Qualificando o princípio da “unidade íntima com o Povo” de condição fundamental para não haver “recuos no trabalho de massas e subsequentes fracassos na economia e organização social”, a FRELIMO diz que o “Comitê Central faz a sua autocrítica ao afirmar que descuidou a atenção prioritária que deveria prestar ao reforço do aparelho do Partido. Os membros do Comitê Central prestaram mais atenção ao aparelho do Estado do que ao aparelho do Partido”. E a resolução acrescenta que “foi uma atitude errada porque é através do reforço do aparelho do Partido e do papel dirigente do Partido que se leva a cabo as tarefas de destruição do aparelho estatal antigo e da edificação do novo Estado socialista... o erro cometido levou ao esvaziamento das estruturas da direção do Partido tanto ao nível central como local, a realização do trabalho partidário como tarefa secundária, a não concentração do Partido na tarefa principal, a da batalha econômica. Como consequência esmoreceu o trabalho das células do Partido e, frequentemente, os militantes ficam sem tarefas e não se teve o ímpeto necessário para se ganhar para as fileiras do Partido novos cidadãos patriotas e trabalhadores honestos. A informação do Partido tornou-se rotineira e a reboque dos acontecimentos. As questões econômicas, sociais e internacionais não são suficientemente discutidas no seio do Partido”.

#### As medidas tomadas

Constatou também o CC da FRELIMO, que a organização se colocou em muitos momentos em plano secundário na ratificação ou correção posteriores de decisões tomadas pelo Conselho de Ministros ou pelos órgãos centrais do Estado, e classificou esse procedimento de impróprio de um partido marxista-leninista.

Analisando a ofensiva política e organizacional lançada pessoalmente pelo presidente Samora Machel no princípio deste ano, o CC qualificou-a de forma de “*estreitar a unidade constante entre o Partido e o Povo*”, e definiu a sétima sessão como “*parte integrante*” da ofensiva.

Nas palavras que seguem transparece o princípio metodológico do abalo interno como forma para revigorar a ação partidária fazendo já parte do patrimônio teórico da FRELIMO. “Quando estávamos a cair na rotina, quando já enraizávamos em nós a mentalidade rotineira e a rotina nos conduzia ao abismo, cavando a divisão entre nós, porque cada um só via os problemas do seu setor e cada um começava a ter a sua concepção de desenvolvimento, quando a rotina nos levava a deixar acumular os problemas, quando a rotina nos fazia perder a sensibilidade do detalhe pondo-o em plano secundário, a direção do nosso Partido desencadeou a ofensiva que obriga a violentar e a romper com o espírito de rotina, elimina as raízes da divisão no nosso seio, cimenta a unidade, criando a *visão global dos problemas no nosso Povo*”.

#### Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo

E para corrigir a presente situação o Comitê Central decidiu tomar medidas específicas. No âmbito da política de quadros foi decidido alfabetizar “prioritariamente” os militantes do Partido e “assegurar-lhes o nível mínimo equivalente à sexta série”, criar em 1981 a primeira de uma série de “escolas especiais destinadas a elevar os conhecimentos dos militantes já alfabetizados até o nível equivalente ao da nona classe”, e programar o estudo do marxismo-leninismo pelos membros do Comitê Central e dos Comitês Provinciais do Partido.

Sobre o preenchimento das estruturas da organização, o CC saudou a decisão do Comitê Político Permanente com relação a dois dos seus secretários, cooptados para trabalhar em tempo integral dentro do Partido. Trata-se de Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo que na remodelação governamental de abril deste ano deixaram os seus cargos de ministros do Plano e da Informação, respectivamente, para passarem a desempenhar em tempo integral as tarefas de secretários do partido para a política econômica (Santos) e para o trabalho ideológico (Rebelo).

Na área da política interna, foi essa primeira indicação pública de que o Partido-FRELIMO estava empenhado em retomar a linha do reforço da ação partidária sobre a do Estado cuja teorização aparece agora na autocrítica da Sétima Sessão do CC.

Essa política vai agora alargar-se ficando o Comitê Político Permanente encarregado de providenciar para que “as tarefas de secretários do Comitê Central sejam exercidas em tempo integral assim como as tarefas dos chefes de departamentos e seus colaboradores. Paralelamente serão preenchidas as vagas nos Comitês Provinciais e Distritais e respectivos secretariados. Uma das condições para que esse passo não fique reduzido a uma medida de caráter meramente administrativo ou orgânico é a de preencher as vagas com os melhores militantes que ao nível central e local dirigem os diversos setores das atividades do Estado e da sociedade”.

No que diz respeito à admissão de novos membros, o CC decidiu “continuar a estruturação do Partido nos locais de trabalho em que ainda não foi levada a cabo, e dinamizar o processo de admissão de novos membros em todos os locais em que o Partido já foi estruturado”.

## A luta de classes no campo da cultura

Particular atenção foi dada durante a Sétima Sessão à problemática cultural. "A luta ideológica e a luta de classes no campo da cultura", lê-se na resolução final, "assumem uma importância crescente na nossa Pátria Socialista confrontada ao longo das suas fronteiras com a propaganda, a hostilidade e a subversão do imperialismo". Entre as decisões tomadas neste capítulo conta-se a cooptação de quadros qualificados para o trabalho de direção e organização "da vida política, econômica e administrativa das zonas que sofreram agressões do imperialismo e do banditismo" assim como das "antigas zonas libertadas". Os primeiros secretários provinciais ficaram pessoal-

mente responsabilizados "pela atenção particular a prestar a estas zonas". Foi também decidido que o secretário do Trabalho Ideológico "organize uma revista científica e teórica do Partido que permita a síntese das nossas experiências e o enriquecimento do marxismo-leninismo". O responsável dessa área também providenciará o desenvolvimento e enriquecimento dos programas partidários da rádio e imprensa, a criação dum boletim periódico para as células do Partido e criará condições para o lançamento de um órgão diário do Partido.

Ainda no âmbito cultural ficou decidido que a Assembléia Popular deverá criar uma Comissão "com caráter permanente" que leve a cabo um trabalho de popularização da Constituição

da República Popular de Moçambique e das leis do país.

Em relação às organizações democráticas de massa, determinouse que elas devem revisar o seu "estilo e métodos" de trabalho de maneira a garantir o enquadramento de milhões de cidadãos. Na prática isto significa a abolição de critérios de admissão restritivos que só tem cabimento na admissão de membros para o Partido.

Por último, o Comitê Central achou "necessário" incluir na agenda de trabalho das próximas sessões as questões relativas ao desenvolvimento do trabalho cultural, a situação das organizações democráticas de massa, o programa de formação de quadros, a análise do plano prospetivo indi-



As organizações democráticas de massa devem revisar o seu estilo e métodos de trabalho, decidiu o comitê central da FRELIMO



O CC da FRELIMO elogiou a ZANU, de Robert Mugabe, e concedeu a Samora Machel com uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela libertação do Zimbabwe

cativo a 1981/1990, e a análise da situação internacional.

### Medalha do Internacionalismo a Samora Machel

Ao saudar a recente independência do Zimbabwe e após analisar o processo da guerra de libertação e a atual situação dentro daquele território, o CC da FRELIMO destacou unicamente, e pela primeira vez, a ZANU-Frente Patriótica de Robert Mugabe. Uma passagem da resolução sobre Zimbabwe é particularmente significativa e diz: "o Comitê Central do Partido-FRELIMO saúda o presidente da ZANU-FP e primeiro-ministro da República do Zimbabwe Robert Mugabe, pela direção firme e sem compromissos que soube impri-

mir à luta no plano militar, político e diplomático".

Já no fim da sessão, e quando o presidente Samora Machel se preparava para fazer o discurso de encerramento, Marcelino dos Santos pediu a palavra para anunciar que o CC havia decidido "criar e atribuir ao camarada Samora Moisés Machel uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela Libertação do Zimbabwe".

Visivelmente comovido, e perante a emoção dos restantes membros do Comitê Central, Marcelino dos Santos leu a moção relativa a esta homenagem a Samora Machel que saúda o presidente do Partido-FRELIMO pela sua ação de "combatente do Internacionalismo, combatente do

Socialismo", e pela sua análise da sua situação concreta na África Austral.

"O camarada Samora Moisés Machel", diz a moção, "honra e orgulho do Povo moçambicano, é um verdadeiro revolucionário cujo exemplo inspira e educa as novas gerações". A moção termina com as seguintes palavras: "reconhecendo estas qualidades, de combatente consequente da causa da Libertação e do Socialismo, combatente Internacionalista exemplar, interpretando a vontade de todo o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, o Comitê Central do Partido-FRELIMO decide criar e atribuir ao camarada Samora Moisés Machel uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela Libertação do Zimbabwe". □

MADAGASCAR

# No meio do mar, as conquistas do povo malgaxe

*No quinto aniversário da revolução socialista, uma visão geral dos problemas, dos progressos e das soluções econômicas, políticas e sociais da ilha africana, observados por um jornalista moçambicano.*

Mia Couto\*



\*Diretor da revista "Tempo", de Moçambique, de onde extraímos a reportagem

**D**urante anos Madagascar conservou-se num mundo fechado, distante do continente africano. Foi somente depois de junho de 1975 que Madagascar se projetou como país de orientação soberana e independente: Didier Ratsiraka assume a direção da República, dando início a transformações políticas, sociais e econômicas, que iriam colocar a nação na via do desenvolvimento socialista.

Sobrevoar de avião a grande ilha, permite um reconhecimento supérfluo mas rico em informações quando se conhece pouco sobre o país. A parte ocidental é ocupada por savana e planícies. À medida que se avança para o interior, predominam as grandes montanhas, maciças e enrugadas. Os altos picos atingem com frequência os 2.500 metros e comprimem-se entre vales, onde a acumulação de água permite adivinhar a composição rochosa do solo. Na região central da ilha, são raríssimas as superfícies planas. Poderíamos dizer que uma mão de gigante pretende imitar o solo lunar, criando uma paisagem misteriosa e desordenada, sem semelhante em qualquer ponto do mundo.

O olhar não repousa, não contempla, mas se perde entre vales, gargantas e desfiladeiros por onde serpenteia a cadeia de montanhas onde se encontra Antananarivo, a capital do país. A cidade, com seus 600 mil habitantes, não desfaz a impressão de mistério e originalidade. Ela se espalha pelas montanhas e a urbanização recobre os caprichos da geografia. As casas, próximas umas das outras e com tetos pontiagudos, se debruçam com arrojo sobre escarpas rochosas. Foi para essa região com 1.500 metros de altitude que, outrora, reis e rainhas malgaxes trouxeram a sede da administração dos antigos reinados.

A arquitetura das casas, a disposição das ruas, os costumes

despertariam, sem dúvida, o gosto "turístico" do exótico e do pitoresco. Contudo, um outro olhar verificará as marcas da miséria imposta pela dominação colonial, os problemas das cidades do terceiro mundo circundadas pelos subúrbios pobres dos lúmpens e dos desempregados.

Os quinze anos decorridos entre 1960 (data da independência) e 1975 deixaram intata as raízes e os efeitos do subdesenvolvimento e da dependência econômica.

### O fim do neocolonialismo

A arrancada para a resolução definitiva dos problemas do povo malgaxe começou em 1975, ano em que Didier Ratsiraka subiu ao poder. A via de desenvolvimento socialista então escolhida foi apoiada por 94% da população, em dezembro de 1975. A figura carismática de Ratsiraka e o seu partido — a Arema — passam a ser os polos de unificação e direção das diferentes organizações da esquerda malgaxe.

Seis partidos estão unidos na Frente Nacional para a Defesa da Revolução. São eles: Arema — Vanguarda da Revolução Malgaxe, cujo secretário-geral é o Presidente Didier Ratsiraka; AKFM — KDRSM — Partido do Congresso de Madagascar — Comitê de Defesa da Revolução Socialista Malgaxe, dirigido pelo pastor Richard Andriamanjato; M.F.M. — Partido do Poder do Proletário, dirigido por Manandafy Rakotonisina; Vonjy — Partido da Saudação de Madagascar, Uno e Indivisível, liderado por Ierome Razanabahiny; Monima — VSM — Vanguarda Socialista do Movimento Nacional para a Independência de Madagascar; Udecma — União dos Democratas Cristãos de Madagascar.

Todos esses partidos proclamam-se pela defesa do socialismo. Diferenças táticas e, por vezes, questões pessoais impediram

a fusão num único partido. O Presidente Didier Ratsiraka tentou a unificação. Ele conta como foi.

"Dirigi-me aos líderes de todos os partidos progressistas e propus-lhes a constituição de um partido único na base de um programa comum, antiimperialista e pela construção do socialismo. Deram-se, porém, litígios de ordem pessoal. Propus, então, a criação da Arema, com um programa para criar bases sólidas visando à edificação do socialismo. Todos estiveram de acordo quanto ao programa mas não aceitaram a formação de um partido único em torno dele. Propus, então, o estabelecimento de uma Frente Interpartidária com a Arema como núcleo."

### A economia

O arroz é o alimento por excelência do malgaxe. Em Madagascar, o arroz é o mais do que o pão cotidiano: tornou-se mito, criação das divindades celestes. No mercado de Antananarivo, o arroz ocupa um lugar especial, guardado em cestas redondas de palha, as *sobika*. As variedades do produto são imensas e aqui também se introduziu a hierarquização social: do arroz tipo *vary lava*, de grãos longos e translúcidos, ao arroz mais escuro, destinado aos mais pobres. Os arrozais circundam e penetram pelos bairros da capital. A grande planície que rodeia a cidade forneceu condições naturais para a construção de extensas e belas zonas verdes que alimentam a população local.

A produção total de arroz por ano atinge hoje 2.250 mil toneladas. Grande parte dessa quantidade provém da produção familiar. Os camponeses que ainda não estão organizados em cooperativas agrícolas cultivam as suas terras utilizando métodos tradicionais e um enxada comprida, chamada de *angady*. Dois ou três homens escavam a terra e prepa-

ram-na para um ritual típico: quando a água invade a terra lavrada, grupos de bois são conduzidos para os terrenos alagados. Os homens gritam, gesticulam, provocando os bois. Estes movimentam-se assustados, mergulhando as patas na terra e revolvendo-a até torná-la uma pasta pronta para receber as sementes.

Evidentemente, esse método — ainda que engenhoso — não é o mais produtivo. Por isso, os projetos do atual governo concedem prioridade à reorganização dos camponeses e à modernização da agricultura. A introdução de novas técnicas obedece a planos criteriosos. Fábricas de adubos serão construídas em cada uma das províncias. Paralelamente, o governo encoraja a criação de coletividades descentralizadas, com gestão e administração próprias. Essas coletividades — as *fokonolona* — têm as suas raízes em conselhos familiares do tipo patriarcal. Fundadas pelo rei Andrianampoinimerina, o velho “Nampouine”, essas assembléias adquiriram tradições democráticas que, mais tarde, o colonialismo francês pretendeu silenciar. Hoje, o governo de Ratsiraka concedeu uma nova dimensão às *fokonolona*, canalizando apoio financeiro e material para a sua consolidação.

### O arroz e o boi

Após a proclamação da independência em 1960, Madagascar ainda viveu muitos anos de gestão neocolonial. O presidente Philibert Tsiranana, que recebeu dos franceses uma “independência dependente”, nada fez para romper os laços de submissão econômica com a França. A economia permaneceu assentada nas mesmas bases: o arroz e o boi. E as imensas riquezas da ilha demonstravam, no entanto, a possibilidade de um outro desenvolvimento.

Foi necessário romper com o neocolonialismo para encontrar

a via de desenvolvimento e definir projetos ambiciosos mas realistas para todos os setores da economia. O próprio presidente Ratsiraka, em seu discurso de comemoração ao quinto aniversário da Revolução Malgaxe, no dia 16 de junho passado, falou dos futuros projetos e das dificuldades que terão que ser enfrentadas.

É necessário, por exemplo, melhorar as condições de criação de gado bovino e, sobretudo, tirar mais rendimento dessa produção. Existem em Madagascar mais zebus que homens. A falta de moscas tsé-tsé e condições naturais favoráveis explicam essa abundância em gado bovino. Porém, nem sempre os malgaxes tiraram o melhor proveito dessa riqueza. Anos após a independência, era ainda necessário recorrer à importação de leite condensado. A carne de boi, por tradição quase religiosa, não era consumida senão em cerimônias festivas. O boi está ainda hoje rodeado de mitos religiosos e de tradições obsoletas. Por exemplo: o homem capaz de roubar os bois do vizinho é considerado como viril e corajoso. O roubo do gado tornou-se uma instituição de prestígio. Evidentemente, essa prática é hoje combatida. No entanto, ela figura ainda entre os principais problemas sociais de Madagascar, juntamente com o tráfico de drogas e alcoolismo.

### Contra o acaso

Pretende-se criar, em Madagascar, uma situação econômica sólida e estável. Praticamente até hoje, a economia do país esteve dependente do acaso: colheitas não homogêneas, boas num ano, catastróficas noutro. As secas e os ciclones — cerca de 100 ciclones em 40 anos — são também agentes perturbadores.

No ano passado, a baunilha e o cravo — produtos de exportação — foram atingidos por esses fenômenos naturais. Madagascar

fornece dois terços da produção mundial de baunilha, que é exportada sob a forma de essência e ao natural.

Oitenta e cinco por cento da população vive no campo. Além do arroz, eles cultivam a mandioca, o milho, o café e produtos hortícolas para consumo ou para venda. Peritos italianos estudam a possibilidade de industrializar o álcool da mandioca, prevenindo-se para breve a construção de fábricas na costa leste do país.

Nos próximos dois anos, planeja-se construir também fábricas de produção de café solúvel e centros de torrefação. O café, introduzido por imigrantes no século XIX, passou logo a ser produção habitual das famílias camponesas do país. Ainda hoje, é a produção familiar que fornece quase metade da produção total de café. A cana-de-açúcar, juntamente com diversas qualidades de frutas, completam o quadro da produção familiar. No entanto, os excedentes dessa produção encontram dificuldades muito grandes de escoamento. Chineses e indianos retiravam, da comercialização e do transporte dos produtos agrários, lucros fabulosos. Contudo, as intempéries e o mau estado das estradas desencorajaram muito a iniciativa privada nesse setor. Hoje, o Estado enfrenta esse problema mobilizando a maior parte dos caminhos civis e militares para o escoamento da produção agrícola.

### Conquistas sociais

Uma visita ao maior bazar da capital dá algumas indicações sobre outras realidades da grande ilha. Artesanato em rafia e sisal é vendido sob a forma de sacos, cestas, tapetes. Muitos destes trabalhos são exportados. Vendem-se também bonitas pedras trabalhadas de berilo, topázio e turmalinas. Mas não são essas as principais riquezas minerais de Madagascar. A grafite, o urânio



(1) e, em menor escala, o carvão e a mica são as principais produções (2).

As nacionalizações dos principais setores econômicos criaram novas condições de desenvolvimento. As conquistas sociais foram grandes nesses últimos cinco anos. Na educação, por exemplo, a meta de 4 milhões de crianças escolarizadas foi ultrapassada (Madagascar tem 9 milhões de habitantes). Existem hoje 10 mil escolas primárias, enquanto as secundárias aumenta-

(1) Foi recentemente descoberta uma mina de 2 mil toneladas de óxido de urânio.

(2) No setor da energia, os investimentos têm sido maiores na construção de barragens: a ilha possui 5 mil quilômetros de rios que, na sua quase totalidade, nascem em montanhas com três mil metros de altitude. A barragem de Namotona, construída com o apoio do Japão, estará operando já este ano. Uma outra, a de Andekaleka, estará concluída em 1982. Ela alimentará as indústrias de ferro e cromo, aço e níquel, que estarão sendo criadas nesse mesmo período.

ram de 20, em 1975, para 80, hoje.

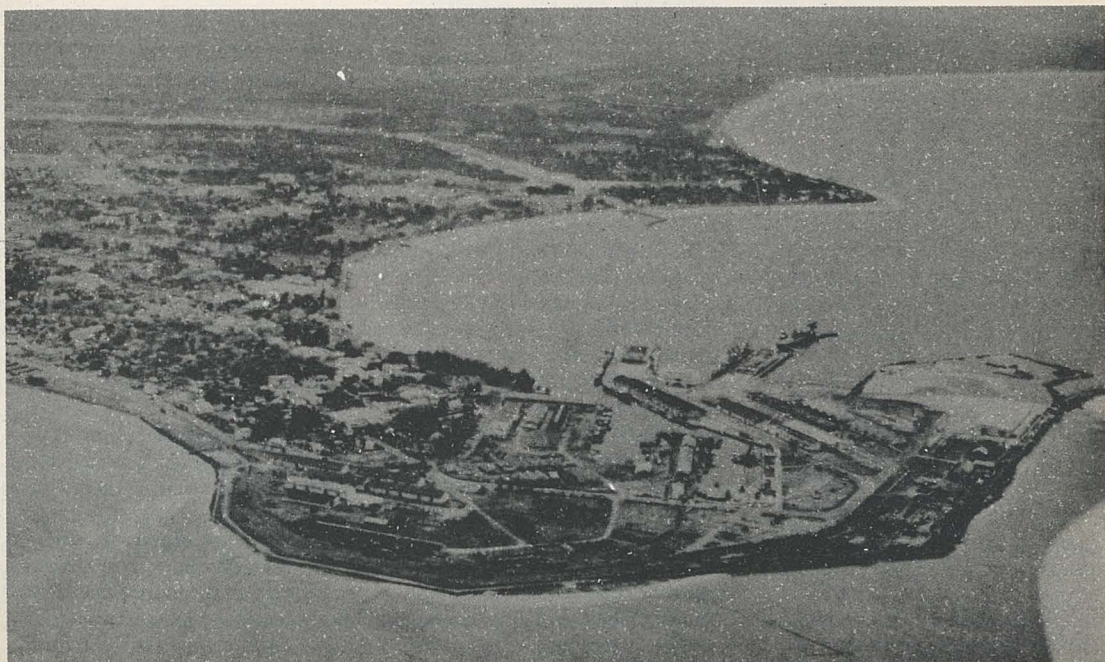
Registrou-se, no entanto, uma relativa baixa na qualidade do ensino. O Presidente Ratsiraka atribuiu o fato ao grande número de alunos para o reduzido número de professores. A preocupação dominante é, portanto, aumentar o número de professores e melhorar o seu nível profissional.

Em relação à saúde, as conquistas também foram expressivas. Em 1979, formaram-se 79 médicos, 136 enfermeiros e 1000 técnicos de saúde, e, nesses cinco anos, multiplicaram-se os centros de saúde e as maternidades. Uma fábrica de medicamentos será instalada em Antananarivo no próximo ano com o apoio da República Popular da China.

No campo da habitação, Madagascar é o país africano que possui o melhor índice de qualidade do continente, segundo estatísticas da ONU. A taxa de crescimento na habitação é de 9%, o que é considerado excelente no contexto africano.

Pretende-se eliminar progressivamente as necessidades de importação em áreas onde é possível atingir a auto-suficiência. O óleo de cozinha, por exemplo. Serão aumentadas as áreas para plantação de palmeiras e intensificada a produtividade da fábrica de óleo — a Somapalm. Este ano, será iniciada também uma campanha para o cultivo de 250 hectares de soja.

O desenvolvimento de Madagascar obedece hoje uma planificação centralizada. A exploração das enormes potencialidades minerais e agrícolas em benefício dos malgaxes colocou para trás a mentalidade fatalista de que a miséria é uma condição natural, um mal insuperável. A miséria é uma condição fabricada, uma situação histórica que os trabalhadores de Madagascar souberam enfrentar. Eles possuem hoje uma plataforma de unidade política — a Frente Nacional para a Defesa da Revolução — que lhes permite consolidar o processo revolucionário iniciado em 1975. □



As nacionalizações dos principais setores econômicos criaram novas condições de desenvolvimento. Madagascar obedece hoje a uma planificação centralizada

## Bagdá prepara-se para a Reunião dos Não-Alinhados

*O país se prepara para receber, em 1982, centenas de delegados e jornalistas de todas as partes do mundo. Eles vão participar da VII Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados*



**Sirwan Abdul Qadir,**  
responsável pelo projeto

Quando, em 1982, for oficialmente inaugurada em Bagdá a VII Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados com a participação de centenas de delegados e jornalistas de todas as partes do mundo, poucos se deterão para pensar no esforço e trabalho de tantos operários, técnicos, arquitetos e engenheiros que possibilitaram o êxito desse importante momento.

Eles estão trabalhando há muito tempo. Bagdá está se preparando desde já para a VII Reunião: os responsáveis pela infraestrutura do encontro já estão em atividade pois, até o final de 1981, tudo tem que estar pronto para a realização da conferência mais importante do Terceiro Mundo.

O Palácio de Convenções será uma imponente construção, desenhada por um casal de arqui-

tetos finlandeses, Kaira e Heikki Sirin, que estão entre os profissionais mais famosos do mundo. O custo está estimado em quarenta milhões de dinares (3 dólares equivalem a aproximadamente a 1 dinar).

O local onde ficarão hospedados os chefes de estado terá, em princípio, 120 suites — tipo apartamento, cada uma com quatro quartos — espaçosos restaurantes, cabarés, salões para banquetes oficiais, áreas para esportes, piscinas, etc. Tudo isso está avaliado em 33 milhões de dinares. Além disso, as mais importantes firmas internacionais hoteleiras (Meridien, Sheraton, Meliá, etc.) já estão trabalhando em Bagdá há vários anos e, em convênios especiais com o Governo do Iraque, estão preparando infra-estrutura paralela, isto é, deverão hospedar os membros restantes das delegações, jornalistas,

intérpretes e os demais participantes da Conferência. Só nos hotéis de cinco estrelas, estão reservadas cerca de 1.200 camas.

A zona destinada aos chefes de estado conta também com serviços diversos, como lojas, bancos, correio, informação turística e um heliporto.

### Um desenho milenar

“Este Palácio de Convenções é o mais atualizado para esse tipo de conferência. Foi desenhado e adaptado às necessidades de uma grande reunião, em função da experiência observada em outras Conferências de Cúpula dos Não-Alinhados, no Diálogo Norte-Sul, na Conferência de Segurança Européia, na Conferência de Helsinki e outras” — afirmou o responsável pela organização do encontro.

O Palácio conta com um grande *hall* com 120 lugares para as diversas delegações, cada uma composta de cinco membros. E também lugares para hóspedes ou convidados e membros das delegações visitantes.

Existem dois salões de reuniões para aproximadamente 400 pessoas cada um e outros dois salões que podem reunir 120 pessoas cada um. Foram projetados também vários *halls* pequenos para reuniões de comitês, alguns para reuniões informais e outros para encontros formais de 10 a 30 pessoas.

“O desenho arquitetônico é tipicamente iraquiano. Os arquitetos finlandeses nunca tinham visitado o Mundo Árabe. Quando chegaram ao Iraque, tiveram contato pela primeira vez com o Oriente Médio, de modo que nós procuramos dar-lhes uma dose concentrada da arquitetura iraquiana” — afirmou o responsável pelas obras.

Assim, o casal Sirin, no seu primeiro dia em Bagdá, foi levado a um passeio pelas ruas da cidade. No segundo dia, em um barco (a parte mais antiga de Bagdá fica nas margens do rio Tigre), percorreram a cidade através do legendário rio para apreciar o velho estilo da arquitetura do país. No terceiro dia, de avião, viajaram até as áreas históricas mais importantes do país, no norte e no sul. Regressaram cansados, mas muito contentes.

Finalmente, os arquitetos puderam observar todos os segredos dos milenares desenhos da antiga Mesopotâmia visitando vários museus, particularmente o Museu do Iraque e lendo livros sobre a arquitetura do país. O desenho do Palácio de Convenções, inspirado em toda essa rica herança, é de formato retangular, segundo as linhas sumerianas. E tem muitas arcadas de estilo islâmico.

*Mas quantos anos teria a origem arquitetônica desse edifício?*

— Uns cinco mil anos. E há outro detalhe: as típicas fachadas das arcadas islâmicas têm sempre incrustações de cerâmica. E esse detalhe foi mantido. E mais: quando alguém entra no Palácio das Convenções encontra, primeiro, um lugar muito espaçoso e, em seguida, os salões e *halls* à direita e à esquerda. Essa é uma característica das construções de Bagdá.

### Comodidades especiais para os jornalistas

Um dos aspectos mais cuidadosos do projeto do Palácio de Convenções da VII Reunião de Cúpula de Bagdá foi o das áreas destinadas ao trabalho dos jornalistas. Os arquitetos procuraram facilitar ao máximo a movimentação dos jornalistas, responsáveis pela divulgação das Conferências em todas as partes do mundo. “Depois dos chefes de estado, nossa preocupação foi com o conforto dos jornalistas” — confessou um dos auxiliares no projeto.

Também com base nas experiências de conferências anteriores, o projeto das áreas para a imprensa inclui basicamente uma sala bem ampla, onde serão instaladas umas cinquenta mesas para a preparação das reportagens. Ela está localizada ao lado do salão do plenário. Mais adiante, há outro salão para se escrever à máquina, salas de telex, telefones diretos para o exterior, cafés e bares exclusivos para os jornalistas. Há uma sala especial para as entrevistas coletivas, que fica exatamente atrás do *hall* principal.

Para as entrevistas, preparou-se um estúdio de televisão, com uma sala de descanso, lugar para maquiagem e outras necessidades próprias desse meio de comunicação. Há também dois estúdios de rádio.

No *hall* de conferências existirão equipes de tradução simultânea, enquanto outros *halls* especiais com aparelhos de televisão terão ainda tradução direta em cada uma das línguas oficiais da conferência.

Para facilitar o trabalho dos fotógrafos foram projetados câmaras escuras para a revelação de filmes. Cada agência de notícias terá seu próprio escritório, tanto as do *pool* dos Não-Alinhados como as outras.

Para uma entrega mais eficiente e rápida dos documentos que forem discutidos durante a reunião, o Palácio das Convenções tem uma gráfica completa. Além disso, cada andar do prédio conta com um bar e um café, assim como restaurantes internacionais.

### Casos especiais

Voltando ao tema das comodidades para os chefes de estado, perguntamos aos organizadores da reunião se eles tinham pensado na possibilidade de ocorrerem casos particulares, como o de alguns xeques árabes que podem viajar para Bagdá acompanhados de seus numerosos familiares.

“Pode estar certo de que tudo está previsto, também os casos especiais” — responderam.

“Os prazos de entrega serão cumpridos rigorosamente” — eles garantiram. “Estamos completamente dedicados a estes projetos: o do Palácio das Convenções, em convênio com a firma finlandesa, e as residências dos chefes de estado, com uma firma sueca”. Eles vivem ao lado das obras, dia e noite, em casas pré-fabricadas.

Atualmente, estão trabalhando nas obras cerca de mil pessoas, mas esse número deve aumentar na medida em que os trabalhos avancem, com a proximidade da data marcada para a reunião.

□

AFEGANISTÃO

# A vida difícil de um estado tampão

*O contexto histórico de um país marcado pela instabilidade política por estar no centro das disputas geopolíticas da Ásia. Uma visão do passado para se compreender melhor as posições dos líderes atuais*



A história dos problemas e das lutas enfrentadas pelo povo do Afeganistão pode começar a ser contada a partir do ano de 1839, quando somente três dos treze mil ingleses conseguiram regressar com vida de uma expedição conquistadora à região das montanhas, onde a resistência heróica dos povos islâmicos conteve os britânicos durante quatro décadas.

O império dos czares também se expandiu em todas as direções e Lord Lytton, vice-rei britânico na Índia, alarmou-se com as versões de que Cabul parecia “mais russa do que inglesa”. Enviou então dez mil soldados a Hindu-kush (na realidade as tropas eram hindus e somente os oficiais ingleses). Os líderes religiosos afegãos declararam a *yihad* (guerra santa) contra os estrangeiros infiéis. E, apesar das tropas britânicas terem tomado Cabul, não conseguiram consolidar a sua dominação e tiveram que retirar-se. O emir afegão conservou o seu trono, mas perdeu grande parte do seu território, que se estendia até o rio Indo.

Transformado num *Estado tampão*, com os limites traçados na Europa, foram divididos artificialmente povos, tribos e famílias. As barreiras geográficas, culturais e linguísticas que separam estes povos — por sua vez divididos em tribos e clãs — impediram que se formasse um mercado nacional. Não houve uma burguesia afegã que superasse as dominações feudais locais e o único sentimento nacional unificador sempre foi, tradicionalmente, o ressentimento contra os britânicos.

Assim, quando o monarca reformista Amanullah conseguiu desembaraçar-se definitivamente da “proteção” inglesa, em 1919, uma das suas primeiras medidas foi estabelecer relações com a recém-criada União Soviética: Lenin, pessoalmente, ofereceu ajuda moral e material ao rei afegão.

Mas a condição de *Estado tampão* foi respeitada pelos soviéticos, que não tentaram “exportar” a sua revolução. A assistência foi mantida mesmo quando Amanullah foi derrubado em 1929 pelo clã dos Mohammedzai — verdadeiro poder atrás do trono desde 1879 — que iniciou uma nova dinastia: a dos Zahir Shah.

O feudalismo sobreviveu outro quarto de século sem afetar as boas relações com a URSS, que, no começo da década de 50, fornecia 60% da ajuda internacional ao país. Não foi, portanto, estranho o fato do primeiro-ministro Mohamed Daúd (primo e cunhado do rei) ter procurado o conselho soviético quando em 1953 assumiu o cargo, decidido a modernizar o país. As mudanças por ele introduzidas durante os seus dois “planos quinquenais” não foram, no entanto, profundas. A estrutura agrária não foi tocada, mas bastou a ameaça dessa possibilidade se tornar realidade para que os Mohammedzai convencessem o rei a tirar seu primo Daúd da chefia do governo, o que finalmente aconteceu em 1963.

Era impossível manter aquelas estruturas sociais. Na década de 60 formou-se no país uma elite modernizadora (embora pouco mais de 10% da população habitasse as cidades) educada na Europa, Estados Unidos e União Soviética. Em 1965, pela primeira vez, os estudantes vão às ruas em manifestações antimonárquicas e nesse mesmo ano, na clandestinidade, funda-se o Partido Popular Democrático do Afeganistão que reúne os marxistas-leninistas afegãos. Entre os seus fundadores estavam Nur Mohamed Taraki (jornalista, escritor, autor de várias novelas sobre a vida camponesa), Hafizullah Amin (professor, com estudos realizados na Universidade norte-americana de Colúmbia), Anahita Ratebzad (a primeira mulher afegã formada em medicina)

e o atual presidente Babrak Karmal, filho de um general de exército.

Logo surgiram divergências em relação à tática a ser utilizada pelo Partido e em 1966 a organização dividiu-se em duas facções, que foram buscar seus nomes nos jornais que editavam. Embora ambas coincidiram em caracterizar a revolução como democrática e anti-feudal, o grupo *Khalki* (“Povo”) a concebia exclusivamente com base na aliança operário-camponesa, enquanto os que aderiram ao *Parham* (“Bandeira”), liderados por Akbar Khyber, defendiam uma ampla união popular que incluía os intelectuais, a burguesia nacional, as classes médias e os militares.

Foram os militantes do *Parham* que, em 1973, derrubaram o rei Zahir Sha e levaram Mohamed Daúd à presidência. Daúd proclamou a república, mudou a bandeira e iniciou um processo reformista, acusado imediatamente por Pequim de constituir um “golpe russo”. Sem dúvida, o príncipe-general foi apoiado pelas duas facções do PDPA e continuou a receber assessoria soviética. Mas seu governo baseava-se, acima de tudo, na nascente burguesia, na burocracia estatal e até em setores da realeza derrubada, que era a sua própria família. Assim, em dezembro de 1976 um documento do PDPA lamentava que “o governo ainda não tenha tornado público o amplo programa de transformações sociais e econômicas... prometido já há um ano”.

Cada vez mais autoritário, em 1977 Daúd promove uma reforma constitucional que lhe outorgava poderes ditatoriais e proibia as atividades políticas. Em abril do mesmo ano foi assassinado Mir Akbar Khyber, líder do *Parham*, na época em processo de reunificação com o *Khalki*. O seu funeral foi motivo para grandes manifestações frente à embaixa-

da norte-americana em Cabul. A CIA e a SAVAK (polícia secreta do Xá do Irã) foram acusadas do crime.

A conspiração começa a ser montada pelo *Parcham* no seio do exército — abastecido e treinado pelos soviéticos desde 1953 — e rapidamente é dado o golpe. Abdul Kader, vice-comandante da Força Aérea, e um grupo de oficiais do PDPA, revoltam-se, tomam o poder, fuzilam Daúd e soltam os prisioneiros políticos das prisões, entre eles Nur Mohamed Taraki, a figura mais importante do PDPA depois do desaparecimento de Khyber. Taraki foi designado presidente e primeiro-ministro e Amin, do *Khalki*, e Karmal, do *Parcham*, foram nomeados vice-primeiros-ministros. Substituiu-se a bandeira negro-vermelho-verde por uma total-

mente vermelha e o país passou a se chamar República Democrática do Afeganistão. Uma vez mais, a imprensa internacional denunciou a “satelização”, do Afeganistão, por parte da União Soviética.

Apesar de Moscou ter reconhecido de imediato o novo regime, diversos analistas coincidiram em assinalar que o Krenlim foi surpreendido pela mudança. Ao mesmo tempo, Washington manifestava-se da seguinte maneira, de acordo com um telegrama da AP da época: “O Afeganistão não se transformará em outra Cuba, ou numa Mongólia Exterior e não será uma ameaça para o Irã”, governado então pelo Xá Reza Pahlevi.

Taraki pronunciou-se por uma política de neutralidade e

não-alinhamento. E a ministra do Bem-Estar Social, Anahita Ratebzad, definiu a opinião da direção política ou pelo menos a da ala *Parcham*:

“Talvez eu seja marxista, mas esta convicção pessoal não deve ser generalizada. O marxismo-leninismo é um método de pensamento altamente desenvolvido, que não crescerá sobre este solo seco e subdesenvolvido. Primeiro, as pessoas têm que aprender a ler e a escrever, ter um trabalho, articular-se política e economicamente. Isso levará pelo menos trinta anos. Só então o Afeganistão se decidirá por um caminho comunista, socialista ou outro. É uma pergunta a que a próxima geração responderá.”

Nem todos tinham a mesma paciência. Menos de três meses



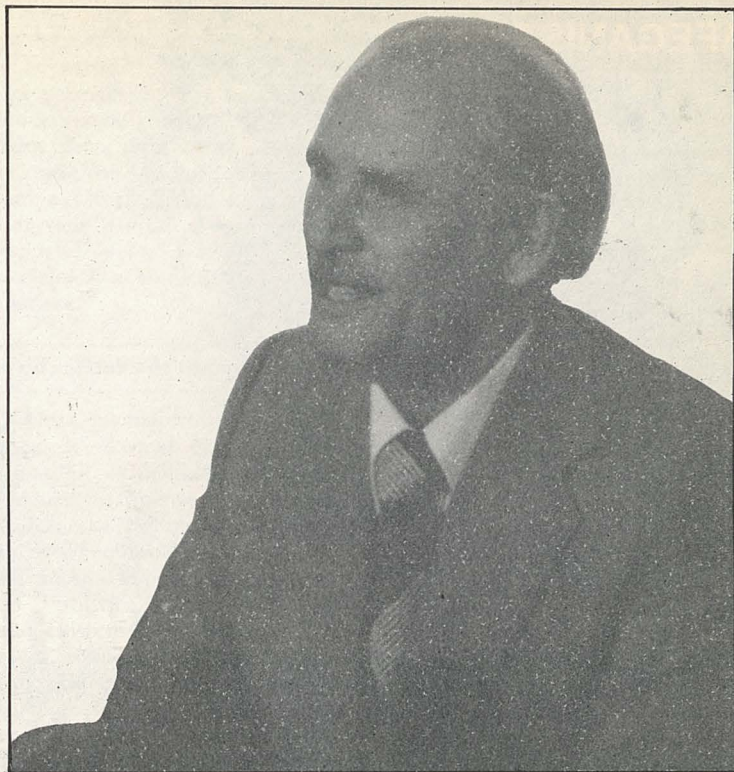
Em Cabul, apesar da aparente tranquilidade, o povo vive marcado pela instabilidade política

depois do golpe, os dirigentes do *Parcham* (Karmal e Ratabzad, entre outros) foram enviados para um exílio dourado em embaixadas afegãs na Europa Oriental. Amim impõe-se definitivamente em agosto de 1978, quando o general Abul Kader, que dirigiu o golpe de abril de 1978, foi destituído do Ministério da Defesa, acusado de conspiração. Em abril de 79, Amin chegava à chefia do governo e controlava a polícia secreta.

Os dirigentes religiosos, até então inclinados para uma coexistência com o governo de Taraki, começam a se opor ao regime, devido ao seu caráter ateu. No PDPA, as realizações parecem impressionantes: reforma agrária, alfabetização maciça, igualdade da mulher, moratória de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, restabelecimento dos direitos culturais.

Sem dúvida, durante 1978 o governo desfrutou de ampla popularidade. Mas, como analisa o especialista norte-americano Fred Halliday, "a forma como estas políticas foram administradas atraçou as intenções reformistas. As principais dívidas dos camponeses não eram para com os latifundiários, mas sim para com os comerciantes e os usuários, e estas não foram canceladas. Os latifundiários dispunham das sementes e dos equipamentos agrícolas e o governo não foi capaz de substituir essa contribuição".

Assim, a reforma agrária não só motivou a oposição óbvia dos expropriados, mas também a de muitos camponeses, que não compreenderam a medida e sofreram na própria carne as consequências do desajuste das novas estruturas. A abolição da "compra" das esposas sem uma transformação paralela na estrutura social e a forma compulsiva como muitas jovens foram levadas a alfabetizar-se aumentaram o descontentamento, acrescido da



Nur Mohamed Taraki, figura mais importante do PDPA, acabou assassinado por Amin

tradicional resistência dos chefes tribais a todos os governos centralistas que ameaçam seu poder local.

Os grupos guerrilheiros multiplicaram-se, com as mais diversas orientações: o *Shola-E-Javed* (Bandeira Eterna), armado e financiado por Pequim desde os tempos de Daúd; o *Hezbi Islami* (Partido Islâmico), que luta pelo retorno do rei Nadir Sha, exilado em Roma; o *Jamist Ul-Islami* (Sociedade Islâmica), inspirado num fundamentalismo mulçumano de gratidão aos iranianos e paquistaneses, e muitos outros de base apenas tribal.

O tradicional apoio afegão à luta das minorias *pathan* e *baluchi* no Paquistão foi invertido e o governo do general Zia Ul-Haq começou a treinar *mujahiddines* (guerrilheiros) em doze campos próximos da fronteira afegã. □

Com o controle dos ministérios da defesa e do interior, Amin não conseguiu dar outra resposta a não ser a repressão. Passou a governar na base do terror, desviando-se completamente da proposta de um governo democrático e progressista. Derrubado Amin pelas forças do *Parcham*, com ajuda soviética, o Afeganistão tenta sobrepor-se como nação aos inúmeros interesses estratégicos das grandes potências, devido a sua posição geográfica, mas enfrenta uma exigência internacional: a retirada das forças soviéticas destacadas no país. É dentro deste contexto que **cadernos do terceiro mundo** procura dar uma visão do que aconteceu no país e como os seus atuais líderes vêm hoje o caminho a ser percorrido, no meio da polêmica mundial de "país invadido". □

## AFEGANISTÃO

# Depois da tormenta, a unidade nacional e a reconstrução do país

*A anistia aos presos políticos, a dissolução da polícia secreta e a abolição da pena de morte não impediram que muitos deixassem o país. Os problemas maiores são sensibilizar a grande massa despolitizada e conviver, no Partido e na administração pública, com partidários de Hafizullah Amin, o presidente deposto*

Wilfred Burchett

**A**o calor da indignação ocidental, quando do golpe anti-Amin e da intervenção soviética de dezembro de 1979, Babrak Karmal foi retratado no ocidente como uma figura obscura, insignificante, que os russos trouxeram de Praga para instalar em Cabul como sua emi-

nência parda. Realmente, esse era um retrato distorcido. "Não havia uma embaixada americana em Cabul?", perguntou Karmal em uma entrevista à imprensa logo depois que Amin foi deposto. "Será que eles não sabiam que eu era o vice-presidente do Conselho Revolucionário, secre-

tário geral do Partido Democrático do Povo, e deputado por Cabul em nossa Assembléia Nacional, por oito anos?"

No mesmo avião que me trazia de Cabul, estavam cerca de doze homens altos, de estaturas quase idênticas, de barbas negras,



alguns acompanhados por esposas e filhos. Depois da partida, eles saíram de seus lugares e se abraçaram longamente, misturando suas barbas. Todos eram tratados com deferência pelas aeromoças da Afghan Airlines. "Cinquenta e cinco membros da família do rei Zahir Shah estão neste voo," explicou o meu vizinho, um engenheiro eletrônico afegão, que reparou na minha perplexidade. "Eles estavam presos desde que o rei foi deposto, em 1973. Muitos deles estão se encontrando pela primeira vez, em sete anos."

Eles estavam entre os 15 mil beneficiários de um dos primeiros decretos do presidente Babrak Karmal, dando anistia a todos os prisioneiros políticos. Foi dissolvida a polícia secreta inspirada na Gestapo (KAM); foi abolida a pena de morte e proibida a exposição pública de quaisquer slogans políticos e retratos de líderes de governo ou de partido do passado ou do presente. A liberdade e a safada dos sobreviventes reais reapresentaram um elemento da linha de "nova abertura" de reconciliação nacional, pela qual o novo governo recebeu elogios da Anistia Internacional, justificadamente preocupada com os prisioneiros políticos do Afeganistão.

Sobre Karmal, o todo-poderoso presidente do Conselho Revolucionário, primeiro-ministro e secretário geral do Partido Democrático do Povo (PDPA), no poder, meu vizinho comentou: "Um bom homem, mas ele tomou o poder muito tarde". Fazendo um gesto com a mão para incluir os nossos amigos-trabalhadores reais, ele disse: "Todos nós estamos deixando o país."

Era um enorme exagero. Alguns afegãos estão deixando sua pátria pela maneira mais difícil, pelas passagens nevadas para o Paquistão; outros, pela maneira mais fácil, via Ariana (Afghan Airlines), para Istambul ou Nova

Déli ou outro lugar, como a Alemanha Ocidental, principalmente. Mas cerca de 90% da população permaneceu no país. Seus conceitos de universo são limitados pelas montanhas cobertas de neve ou áridas (de acordo com a estação), que circundam seus vales e vilas, e pelas regras impostas pelos líderes tribais, aos quais a tradição leva-os a obedecer.

### A difícil unidade nacional

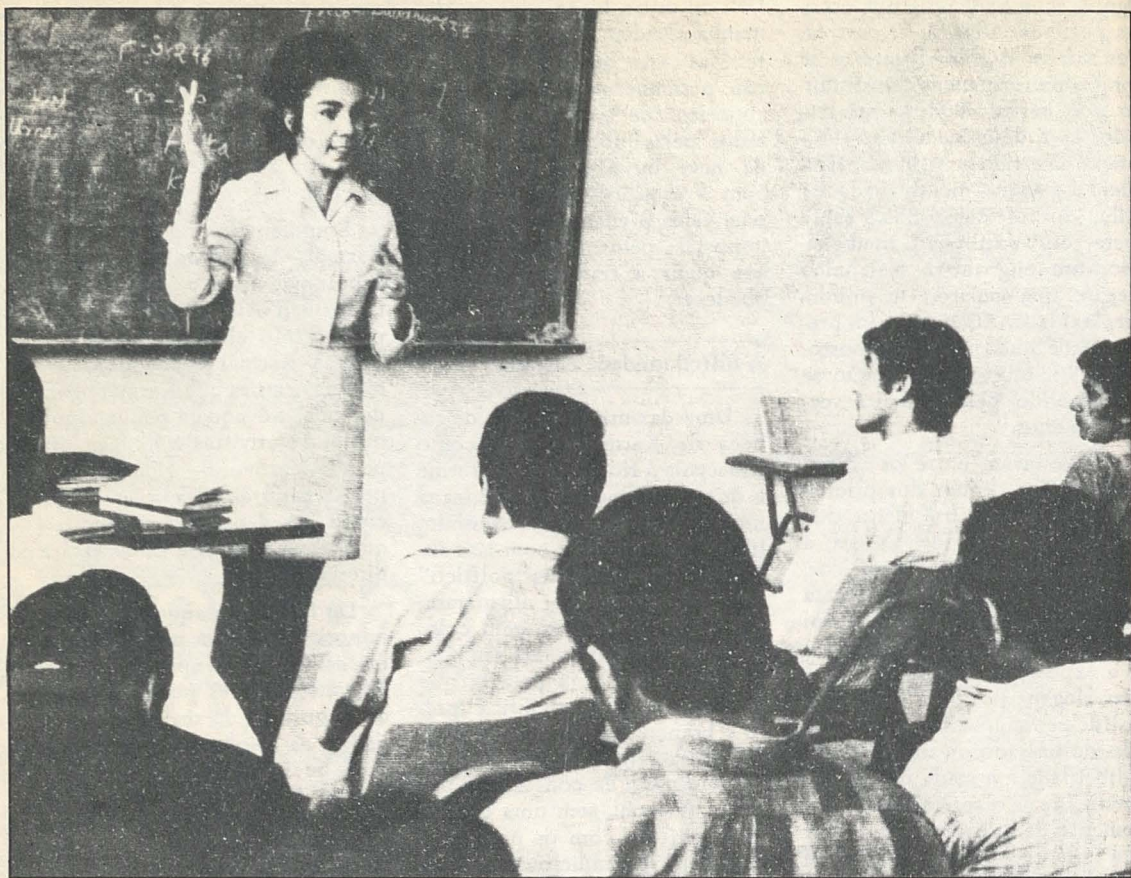
Uma das maiores dores de cabeça de Karmal é saber como conseguir a fidelidade da enorme e quase totalmente despolitizada maioria da população. Nenhum líder se incomodou com isso antes! Mesmo as palavras "político" ou "política", me afirmaram, não existem na linguagem coloquial, e freqüentemente são confundidas com uma palavra que soa parecido e que significa "preto e branco". Atrair as fibras da fidelidade tribal, fiá-las e tecê-las em um pano de consciência política nacional, sem uma quebra muito nítida com os poderes e os privilégios tradicionais, é uma tarefa monumental. Não há nenhum rival político para o PDPA, uma fraqueza que Karmal reconheceu ao recomendar uma pluralidade de partidos políticos. Apesar da existência de grupos de resistência aquartelados em Peshawar, competindo para encabeçar um governo no exílio e gozando dos benefícios materiais daí derivados, a maioria dos observadores sérios concordam que nenhum partido islâmico gozou de coisa alguma, exceto de um apoio local extremamente limitado, onde a idéia de restaurar a monarquia ou um regime do tipo Daúd é irreal. Da mesma forma, as trombetas que clamam por um *Jahid*, ou Guerra Santa, contra os "infiéis" soviéticos, caíram em ouvidos surdos, apesar das reportagens de Peshawar em contrário. O principal problema de Karmal não vem da

ameaça externa (embora isso vá ser invocado, enquanto ela existir, para manter a presença militar soviética) mas vem do interior do seu próprio partido no poder, ainda contaminado pelo defeito fatal congênito de conter muitas facções.

Empoleirado no ombro de Karmal, tal como uma água agourenta, está o espectro de Hafizullah Amin, líder do mesmo partido chefiado agora por Babrak Karmal e advogado das mesmas causas que Karmal agora defende. Só aquela pequena minoria de ativistas que teve um papel decisivo na vida política do Afeganistão, desde que participou da deposição da monarquia em 1973 sabe onde está a diferença.

De fato, para aquela pequena minoria de pessoas politicamente orientadas, havia apenas dois importantes líderes políticos antes da deposição do regime pró-ocidente de Mohamed Daúd em abril de 1978 e, no período seguinte: Noor Mohamed Taraki, líder de facção *Khalki* (povo) do PDPA e Babrak Karmal, líder da facção *Parcham* (bandeira). Taraki, sob a forte influência de Amin, propugnava por uma linha esquerdista do "socialismo instantâneo", enquanto Karmal lutava por um caminho "nacional democrático" lento, moderado. A ala *Khalki* venceu, Karmal e seus principais auxiliares dentro do Comitê Central do partido foram enviados para o exílio e depois caíram em desgraça. Os líderes *Parcham* que permaneceram no país foram presos, torturados e muitos deles foram mortos durante o período de Amin.

O principal problema de Karmal, hoje em dia, é que, tendo vencido a facção *Khalki*, e sob o signo da unidade, ele tem conservado em postos de comando do partido e da administração muitos daqueles quadros associados com os piores excessos do regime de Amin. □



**AFEGANISTÃO**

## **Educação, uma campanha contra 95% de analfabetos**

*Um dos grandes problemas nacionais. Não há infraestrutura, não há professores. O antigo regime fascista assassinou a maioria dos quadros educacionais. A ajuda soviética. Uma entrevista exclusiva com a Ministra da Educação, Anahita Ratebzad.*

A Dra. Anahita Ratebzad, ministra da educação do Afeganistão, é pequenina, com dentes de pérola, um sorriso radiante — e é uma veterana revolucionária. Tinha de ser ela a enfrentar o maior problema do país depois da questão de segurança nacional. Anahita está acostumada com tarefas que parecem impossíveis, como esta. Membro fundador da ala *Parcham* do PDPA, ela encabeçou um grupo de sete mulheres que formou a Organização das Mulheres Democráticas, na mesma época em que nasceu o PDPA (19 de janeiro de 1965). Imediatamente após a deposição do regime Daúd pelo PDPA em 27 de abril de 1978, seis membros do seu Comitê Central, inclusive Anahita Ratebzad e Babrak Karmal foram enviados para o exílio pela facção *Khalki*, de Taraki-Amin, da liderança do PDPA. Karmal foi mandado como embaixador para Praga, Anahita para Belgrado. Ambos foram então expulsos do Comitê Central, como parte do plano concebido por Amin para suprimir a ala *Parcham* e eliminar seus quadros-líderes. Mais tarde, ela voltou secretamente para ajudar a organizar a deposição daquilo que tinha sido transformado no regime fascista de Hafizullah Amin.

*Você poderia resumir os problemas que estão sendo enfrentados no campo da educação?*

— Por causa das condições econômicas e sociais de nosso país, o povo não foi convencido da necessidade da educação. Ele nunca teve os meios materiais para mandar seus filhos à escola. Assim 98% das mulheres e 90% dos homens são analfabetos. Este é um grande problema nacional, não apenas para o partido e para o governo, como também para a nação como um todo.

Depois da Revolução de Daúd (a monarquia do rei Zahir Shah, deposta pelo seu sobrinho e pelo seu cunhado, Mohamed

Daúd, em julho de 1973), o povo esperava grandes mudanças e confiava em que o PDPA liderasse essas reformas inclusive na educação. Mais tarde, quando tomamos o poder na revolução de Abril (1978), ele estava certo de que o auxiliaríamos em todos os campos. Mas o partido e o governo estavam infiltrados pela CIA e não pudemos nem mesmo aplicar o que havia de progressista na Constituição Daúd, no que se referia à educação. Ao invés de usar métodos voluntários de persuasão, o governo Taraki-Amin tentou forçar o povo — principalmente os homens — por decretos administrativos, a comecem a aprender. Foi impossível.

Aqui temos um tipo de feudalismo — muito diferente dos conceitos europeus românticos de feudalismo, a era dos cavaleiros, e tudo o mais que requer respeito pelas tradições. Ao tentar forçar as coisas, o antigo regime se colocou diretamente contra as nossas tradições, a nossa religião, nossa cultura e conceitos de família. Eles planejaram abolir o analfabetismo em cinco anos. Por seus métodos brutais, eles expulsaram o povo da revolução, do partido e do governo. O povo perdeu sua confiança em nós. Como parte do seu enfoque irreal, eles planejaram abranger um milhão de pessoas no primeiro ano da sua campanha contra o analfabetismo. De fato, eles alcançaram 500 mil, das quais apenas 3% eram mulheres.

*— De que maneira seus métodos diferem daqueles aplicados durante o antigo regime?*

— Acreditamos numa aproximação gradual, respeitando-se as tradições e a religião. Mobilizamos todos os que têm alguma educação básica — intelectuais, religiosos nas mesquitas, professores — e trabalhamos dentro do exército, dos sindicatos, das organizações de mulheres e dos jovens, para promover a campanha.

Onde quer que possamos agir junto com o povo, nós o fazemos, e usamos frases do *Corão* tais como: “Você deve aprender. Meninos e meninas devem ir à escola se são bons muçulmanos: assim eles podem ler o *Corão*.” Atacamos a velha idéia obscurantista de que o Islã é contra a educação. Com essa posição, podemos mobilizar o povo para essa tarefa. Enviamos quadros femininos para as vilas e abrimos jardins de infância por todo o país — algo que até os homens acham útil, pois isso libera as mulheres para o trabalho de muitas horas no campo!

Os jardins de infância também representam um solo fértil para recrutar mulheres para serem educadas. Eles são “para mulheres, dirigidos por mulheres”. Vamos lá para persuadí-las a começar a aprender a ler e a escrever e vamos também às suas casas, nas fazendas e nos campos onde elas trabalham. Mas custa muito esforço conseguir que as coisas corram como devem. Teremos que apelar para a juda internacional.

*Já se aproximaram da Unesco? Parece-me que a Unesco por natureza, é favorável a tais projetos.*

— Um dos problemas com a Unesco é que ela garantiu 40 milhões de dólares para a campanha do antigo governo. Mas não há nada para mostrar! Dessa maneira, herdamos o mau renome, a estupidez e a má vontade do antigo regime. Uma organização como a Unesco obviamente precisa ver resultados em troca de seu auxílio.

Não estamos atrás de resultados que tragam prestígio. Queremos estabelecer uma base sólida para a educação do nosso povo. O progresso virá ao lado da construção do país. Pode ser que a campanha contra o analfabetismo leve 15 anos, dado o estado de nosso desenvolvimento sócio-econômico. Estudaremos os métodos usados no Vietnã,

em Angola, Cuba e Etiópia e tiraremos vantagem de suas experiências.

### Carência de tudo

*Além da campanha contra o analfabetismo, o que está sendo feito no campo da educação formal?*

— Este é um problema muitíssimo difícil. Apenas 12 e 15 por cento das crianças em idade escolar estão tendo educação formal. Como estamos com falta de tudo, os cursos têm que ser dados ao ar livre — no verão. As crianças se sentam no chão, com uma mesa e uma cadeira para o professor. Não há acomodações para o inverno, para as escolas, na maioria dos lugares. Há principalmente quatro cursos, os quais variam de acordo com a localidade. Como exemplos, temos o *pashtu* (idioma nacional do Afeganistão, falado pela maioria da população), a língua local (o persa, o *uzbek* ou outras), o Corão e a

matemática. Estamos organizando escolas especiais, apenas para meninos de 10 a 14 anos, mais ou menos, onde eles terão cursos intensivos, para completar, em dois anos, um curso normal de quatro anos de educação primária.

*Há algum problema quanto aos professores?*

— Do total apenas 0,1% dos professores são treinados, tendo cursado até a 12ª série. Usamos como professores os que completam a 6ª série, com a esperança de que eles melhorem, fazendo outros cursos posteriormente. É parte da nossa desesperada carência de tudo. Em 1979 perdemos 1.100 escolas que foram queimadas pelas forças reacionárias, provocadas pelos métodos brutais usados pelo antigo regime para produzir resultados estatísticos. Muitos professores e estudantes foram mortos durante esses ataques. Agora estamos fazendo seminários de duas ou quatro semanas para treinar

substitutos para esses mortos. A esse respeito os conselheiros soviéticos são de grande ajuda. Eles tiveram problemas semelhantes depois da 2ª Grande Guerra. Antigamente, só ensinávamos *pashtu* e persa. Agora ensinamos também o turco, o *uzbek* e o *baluch*. Até agora só fomos capazes de publicar livros didáticos para cursos de dois anos, mas os livros para a terceira e a quarta séries já estão sendo impressos. Temos falta de papel e de máquinas de impressão.

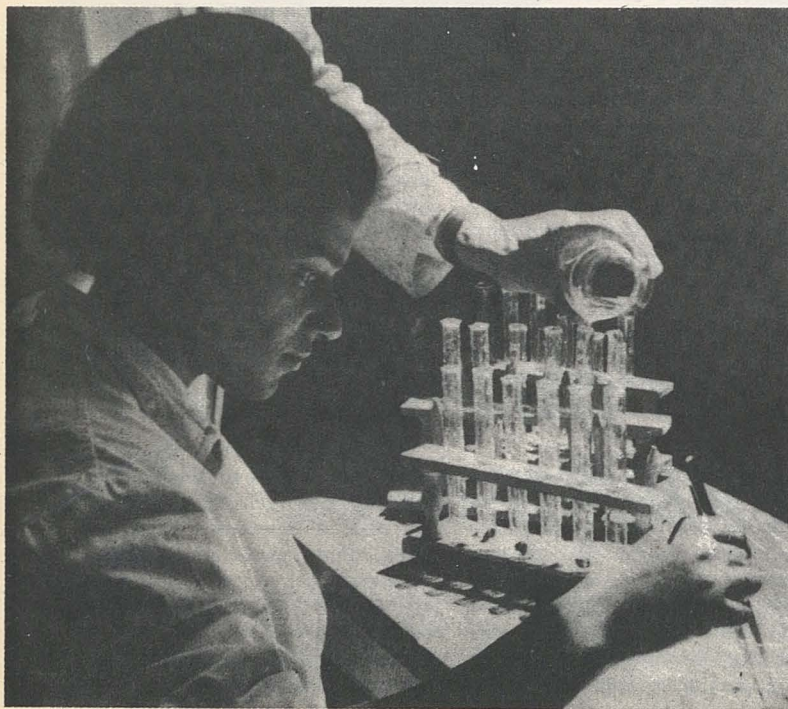
Precisamos de colégios de treinamento de professores e de dormitórios para os estudantes. Temos carência de tudo, mas principalmente de quadros. O velho regime assassinou cerca de 7 mil membros e simpatizantes do PDPA, inclusive uma grande quantidade de quadros no campo da educação.

### O movimento das mulheres

*Diga-me alguma coisa sobre o movimento das mulheres, como ele começou e como ele se desenvolveu.*

— A Organização das Mulheres Democráticas se formou em 1965, de modo que ela tem a mesma idade do partido. Era a primeira vez que uma organização dessas se formava. Dentro do nosso sistema feudal, semi-tribal, as mulheres não têm, absolutamente, nenhum status. Elas eram exploradas por seus pais, maridos e irmãos — até por seus filhos. Um bebê masculino de sua mãe e de suas irmãs. O resultado disso era que as mulheres afegãs tinham perdido a sua personalidade, tinham perdido a confiança em si próprias. Aceitavam seus destinos como se fossem objetos para serem empurradas para cá e para lá, de acordo com os desejos do macho. Mudar isso, a princípio, pareceu impossível.

No começo, éramos só sete mulheres a desafiar a ordem de



No Afeganistão só mesmo uma pequena elite teve acesso a formação universitária

coisas existentes. O primeiro passo foi conquistar alguns intelectuais homens para o reconhecimento da importância da questão dos direitos das mulheres. Antes da Revolução de Abril, eu tinha feito algumas viagens à União Soviética e à Índia, e tinha algumas noções sobre o progresso das mulheres, mesmo em países com substanciais minorias muçulmanas. (Anahita Ratebzad, como Babrak Karmal, era deputada do PDPA, representando Cabul na Assembléia Nacional Afegã. Por isso ela pode fazer visitas ao exterior em delegações parlamentares.)

À época da Revolução de Abril, nossa organização tinha mais de 2 mil membros, com cerca de 2.500 simpatizantes ativas. Tínhamos grandes esperanças. As coisas haviam caminhado bem e caminhariam ainda melhor. Nossas esperanças foram rapidamente destruídas. Em meados de julho (1978), fui mandada como embaixadora para Belgrado e em seguida fui expulsa do partido. Uma vez decapitado o movimento, Amin começou a destruí-lo. As ativistas eram presas, torturadas, mortas. Um dos aspectos do feudalismo era o de que você não podia colocar mulheres na prisão. Amin não respeitou essa tradição. Encarcerou e matou muitas de nossas moças. Desde a deposição de Amin, começamos a reagrupar as sobreviventes; estamos planejando formar um Conselho de Todas as Mulheres Afegãs, de modo a podermos mobilizar nossas mulheres e orientá-las na direção de suas novas responsabilidades — as quais incluem um maior papel na sua própria educação e na educação da presente geração de jovens.

Para ter um quadro completo das atividades das mulheres, você deve conversar com minha companheira Soraya, uma das sete primeiras, e que agora dirige a Organização das Mulheres Democráticas. □



Dentro do sistema feudal, semi-tribal do país as mulheres não têm nenhum status: são exploradas por seus pais, maridos, irmãos e até por seus filhos

# Soraya, a luta pelos direitos da mulher afegã

*A criação da Organização das Mulheres Democráticas (DWO) numa sociedade feudal. O direito ao voto. As reações direitistas: ácido nas mulheres. A luta pelos direitos humanos e contra o regime fascista de Amin. A clandestinidade. Um relato dramático de Soraya, uma das sete fundadoras da DWO*

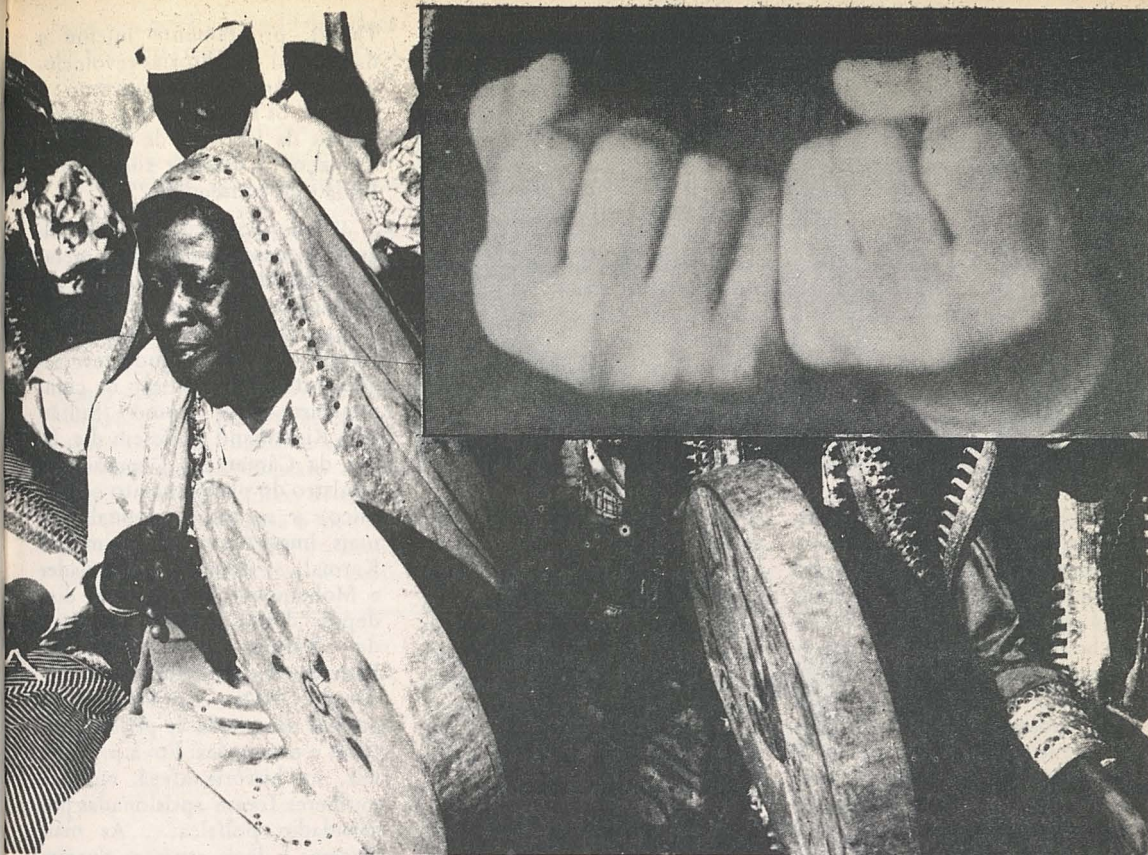
Soraya (“Não tenho outro nome porque nunca me casei”), uma mulher rechonchuda, rosto meigo coroadado por um cabelo castanho, crespo e não muito bem tratado, é a dinâmica presidente da Organização das Mulheres Democráticas do Afeganistão (DWO). Como a sua irmã de luta, a ministra da educação Anahita Ratebzad, ela foi uma das sete fundadoras do movimento de mulheres. Também como Anahita, é membro do Comitê Central do PDPA (Partido Democrático do Povo). Enérgica e volúvel, ela tem, sem dúvida uma forte personalidade — para frustração de seus torturadores.

“Tínhamos que trabalhar numa situação de atraso social e numa sociedade feudal”, disse em resposta à minha primeira pergunta sobre a formação da DWO. “Todos os direitos das mulheres nos campos político, econômico e humano eram pisoteados.” Foi dentro dessa estrutura de injustiça social que Anahita decidiu criar a Organização das Mulheres Democráticas, 15 anos atrás.

“Éramos apenas sete a começar a mudar as coisas. A despeito de todas as dificuldades e obstáculos criados por vários governos, mais as naturais dificuldades causadas pela nossa sociedade medieval e pelos costumes, nunca bai-

xamos a bandeira da liberação das mulheres — nem face ao inimigo nem por causa das condições sociais. Tivemos nossas derrotas, mas também tivemos nossas vitórias.”

Entre essas vitórias estava a luta pelo direito de voto às mulheres e para que elas pudessem ser candidatas às primeiras eleições gerais do país. Anahita foi eleita para a Assembléia Nacional. Os votos das mulheres também ajudaram a eleger Babrak Karmal, atual presidente. Isso foi em setembro de 1965, apenas alguns meses depois que a organização surgiu. “Usamos a tribuna parlamentar para exigir os di-



A Organização das Mulheres Democráticas foi fundada em 1965. Hoje planeja-se formar um Conselho de Todas as Mulheres Afegãs

reitos das mulheres, assim como para lutar contra todas as forças repressivas e reacionárias” — afirmou Soraya.

### Crescendo aos saltos

“Obviamente os reacionários não permaneceram parados. Eles ficaram aterrorizados com essa nova força feminina que surgia. Foi feito um projeto de lei que proibia as mulheres jovens solteiras de estudarem no exterior. Organizamos moças das universidades e das escolas secundárias para se dirigirem à Assembléia Nacional e ocuparem todos os assentos e corredores. Quando os deputados voltaram, não puderam nem tentar ocupar suas cadeiras. Eles verificaram que, se quisessem discutir algum projeto

restringindo os direitos das mulheres, ou eles ou as mulheres não deixariam o Parlamento vivos. O projeto foi abandonado.”

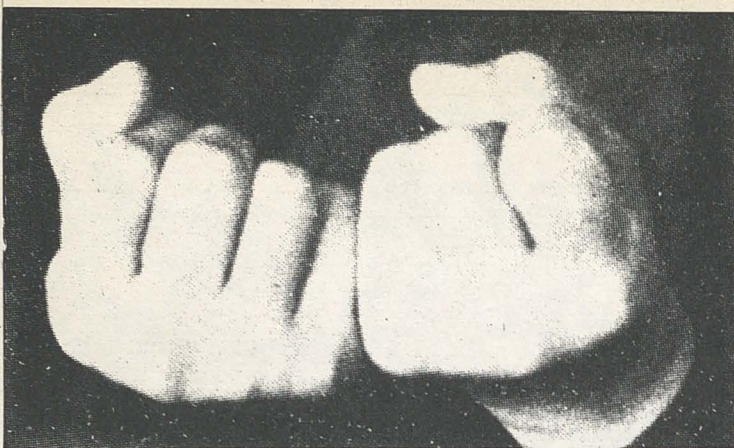
Depois dessa vitória, as forças direitistas usaram métodos mais extremados, alugando mercenários para jogar ácido nas faces das moças ativistas, espancando-as, denunciando-as a seus pais, etc.

“O fato de que nosso movimento continuava a crescer aos saltos”, continuou Soraya, “era insuportável para os direitistas. Eles reconheciam em nós uma considerável força de apoio ao PDPA.”

Em um debate parlamentar, três deputados do PDPA — inclusive Anahita — foram tão espancados que foram deixados como

mortos no chão. Foram levados às pressas para o hospital. Houve uma manifestação de protesto tão grande como nunca havia acontecido em Cabul. O povo marchou até o hospital, mobilizaram-se tropas para reprimir a manifestação, com baionetas contra os que iam à frente dela. Membros da DWO correram ao local, intrometendo-se entre as baionetas e os manifestantes para marcharem até o hospital de onde só saíram quando Anahita foi carregada até o balcão, para que todos ficassem certos de que estavam todas vivas e que ela transmitiria a mensagem a Babrak Karmal.

“Dessa maneira, provamos ser possível ter vitórias nas urnas, dentro do Parlamento e nas ruas” — frisou Soraya.



Uma das memoráveis manifestações foi realizada quando o vice-presidente americano, Spiro Agnew, chegou ao Afeganistão para justificar a política de Nixon de bombardeios no Vietnã. A Organização das Mulheres Democráticas e o PDPA prepararam uma enorme manifestação, que se estendia do aeroporto até a residência em que Agnew ia ficar hospedado. Foram queimados retratos de Nixon e bandeiras dos EEUU; o carro de Agnew foi alvo de tomates e, ao final, o vice-presidente teve que sair do país sem ver nenhum líder exceto aqueles que lhe foram dar as boas vindas do protocolo no aeroporto de Cabul.

### Mulheres sem direitos

“Não pense que tudo isso foi fácil de se levar”, disse Soraya. “Não em nossa sociedade. Como um exemplo de como os direitos humanos eram pisoteados, os membros masculinos de uma família podiam decidir o destino de uma criança enquanto ela ainda estava no ventre da mãe. Ela podia ser vendida, com a data de entrega marcada, o preço fixo em gado ou em dinheiro, caso fosse menino ou menina. Era considerado normal que as mulheres fizessem o trabalho mais pesado. A elas era negada qualquer coisa que se assemelhas-

se remotamente aos direitos humanos”.

Ela lembrou que havia publicado um artigo em *Parcham*, o semanário do PDPA descrevendo como, em uma remota região, mães na fase de amamentação tradicionalmente vendiam seu leite a famílias da aristocracia, alimentando seus próprios bebês com um produto comercial.

“Uma delegação de homens da região invadiu o jornal, exigindo a minha pele,” disse ela. “Não porque achassem que eu havia revelado uma transação vergonhosa, mas porque eu havia desvendado um segredo da tribo e eles temiam perder o seu monopólio no suprimento de leite humano. Essas eram as coisas que tínhamos de combater.”

### Sempre ao lado do Direito

O DWO, sempre junto com a ala do *Parcham* do PDPA, apoiou o golpe que depôs o rei Zahir Shah em julho de 1973, assim como o golpe anti-Daúd preparado pelo PDPA com o auxílio do exército em abril de 1978.

“É claro que participamos com ênfase da Revolução de Abril” continuou Soraya. “Uma semana depois, fomos convidadas a tomar parte na administração. Amin, que manipulou o poder real na administração de

Taraki, prontamente iniciou a destruição das vitórias revolucionárias, demolindo o governo, o partido, os sindicatos e as organizações de jovens e de mulheres. Começou a destruir tudo o que havia sido conseguido.”

“Tudo começou quando alguns de nossos camaradas, inclusive Anahita e Karmal, foram mandados para o exterior como embaixadores e aí expulsos do Comitê Central. E tudo teve seguimento com a prisão de companheiros-chave como (Sultão Ali) Kishmand (hoje em dia, líder da Câmara de Deputados e ministro do planejamento econômico, a segunda personalidade mais importante no regime de Karmal), o General Abdul Kader e Mohammed Rafi. Alguns dias depois dessas prisões, foi a vez de Karima (a esposa de Kishmand e um importante quadro do DWO) e a minha vez. Seguiu-se uma onda de prisões, torturas e execuções. Foi a primeira vez, na história afegã, em que mulheres foram aprisionadas por atividades políticas... As mais sinceras e leais ativistas tiveram que passar à clandestinidade, para preservar o movimento e salvar a revolução. A maioria das ativistas da DWO foram presas e Amin arbitrariamente mudou o nome para Organização *Khalki* das Mulheres Democráticas, querendo insinuar que ela era ligada a essa facção do PDPA”.

### Mergulhando na clandestinidade

Antes da minha prisão e da prisão de outras ativistas, tínhamos tomado a decisão de que todas as atividades em liberdade deviam ir para a clandestinidade: uma coisa tremenda em nosso tipo de sociedade, as mulheres desertarem de seus maridos, de sua família, de seus filhos, seus estudos e empregos — e desaparecerem.”

Por causa de um grande movimento de protesto, ocasionado



pela sua prisão quando desafiava os costumes muçulmanos, Soraya foi solta depois de dez dias de prisão, mas foi colocada em prisão domiciliar muito controlada.

"Ironicamente, tendo sido, com Anahita, uma das primeiras a renunciar ao uso do "véu", agora eu estava contente de pô-lo novamente, como um meio de disfarce. (O "véu" refere-se ao *chardi* ou véu-da-cabeça-aos-pés que as mulheres afegãs usam tradicionalmente e que é perfeito como uma forma "intocável" de disfarce). As companheiras vinham como pedintes ou lavadeiras para manter contato e nós trocávamos de roupas, de modo que eu podia sair para o meu trabalho de ligação, fazendo simultaneamente o trabalho do parti-

do e o da organização das mulheres. Mudei a cor de meus cabelos, tendo às vezes de usar roupas luxuosas, adaptando-me a gestos diferentes, à linguagem da alta sociedade e mantendo ligação entre várias organizações, entre elas e o partido, entre o partido e o exército. A despeito das prisões em massa, Amin viu que o partido ainda estava funcionando; finalmente, ele suspeitou que tudo estava sendo feito através de nossa organização. Milhares de mulheres foram presas, algumas ativistas nossas, outras apenas mulheres comuns, sem atividade política. Correu a notícia de que eu havia saído da prisão domiciliar e que as prisões em massa tinham a finalidade de me pegar. Nessa época, nossa rede

de ligação podia funcionar sem mim, de modo que decidi permanecer em casa, em roupas normais e esperar meus captores."

### "Não sei de nada"

"Cedo eles vieram me buscar e eu fui submetida a torturas imagináveis. Tortura elétrica, com eletrodos ligados aos dedos dos pés, das mãos, aos bicos dos seios, e queimaduras com cigarros e um ferro elétrico. "Quais são as suas relações com o partido?" e "Quais são as reais atividades do partido agora?" eram as perguntas usuais. A única resposta que eles tiveram foi: "Não sei de nada". Uma única palavra a mais teria custado as vidas de



Dentro do sistema feudal, semi-tribal do país as mulheres não têm nenhum status: são exploradas por seus pais, maridos, irmãos e até por seus filhos



dúzias de companheiras. Logo depois que fui presa, sete outras companheiras, que não tinham tido tempo para passar para a clandestinidade, também foram presas e cruelmente torturadas para informarem sobre o meu papel. Na quarta noite do meu interrogatório, o torturador veio e disse: "Sua companheira confessou que você dirigiu toda a operação". Eles traziam arrastada uma das minhas amigas íntimas, coberta de sangue, meio morta, parecendo não ter nenhum membro intacto. 'Esta foi quem te denunciou.' Não pudemos nos falar, mas, pelo seu olhar, eu soube que ela não havia me traído. Eles arrastaram-na novamente para fora. Tinha sido presa com um bebê recém-nascido, e mais tarde ela me disse que, por muitos dias depois da tortura, o leite que seu bebê sugava era todo tinto de sangue."

"Uma pequena satisfação que eu tive foi que, ao recobrar a consciência, depois de ter passado não sei quanto tempo em uma das sessões de tortura, o torturador urrou: "Agora você vai falar?" Quando eu respondi: "Não sei de nada", ele apertou sua própria cabeça nas mãos, bateu com ela na parede, e berrou: "É impossível, impossível!". Nenhuma tortura ou atrocidade fazia efeito sobre mim, mas mi-

nhas três palavras podiam torná-lo quase louco. Essa era outra vitória!"

### O golpe

Soraya fora transferida para o que era conhecido como "Corredor da Morte" na formidável prisão-fortaleza de Pule Charkhi, cerca de 20 km ao sul de Cabul, na estrada que levava a Peshawar. Panfletos eram distribuídos por toda Cabul e outras cidades, chamando a atenção do governo para as funestas conseqüências que se seguiriam à execução de Soraya. Na prisão, ela podia se comunicar com a rede que havia estabelecido do lado de fora e mesmo com prisioneiros amigos, como Kishmand, que era mantido em um dos mais remotos e secretos lugares. Nesse meio tempo, os planos de um golpe para derubar Amin avançavam: esse golpe originalmente era previsto para 31 de dezembro de 1979, de maneira que a vitória seria proclamada a 1º de janeiro de 1980 — o décimo quinto aniversário da formação do PDPA. Karmal e outros líderes da ala do *Parcham* haviam regressado secretamente em meados de novembro e sua posição de terminar com o regime de Amin tinha ganho a maioria do Conselho Revolucionário, por expressiva maioria. Nessa época, Amin tinha assassinado

Mohammed Noor Taraki, seu "amigo" e conselheiro, e o poder total estava concentrado nas mãos de Amin e de seus parentes mais chegados. Eu tinha sabido por meio de um outro preso de Pule Charkhi, Samad Azher, hoje chefe da segurança nacional, que Amin planejava matar a maioria dos prisioneiros restantes na noite de 29 de dezembro, e, por isso, a data do golpe anti-Amin fora antecipada. Perguntei a Soraya se isso estava correto.

"Sim, é exato. No dia 25, um grupo do serviço de segurança de Amin visitou a prisão e anotou uma grande quantidade de nomes dos ocupantes de cada cela. Um maior número do que o usual foi levado para a execução naquela noite. Depois soubemos que execuções em grupo estavam sendo planejadas para os restantes a 29 de dezembro. Dessa maneira, alertamos o pessoal de fora da cadeia, no dia 26 cedo, sobre o que estava sendo planejado e de que pelo menos a grande maioria dos prisioneiros restantes seria morta. Sabíamos que Amin seria deposto, mas sentimos que até o último momento ele poderia tomar o telefone e ordenar as execuções. Assim, os planos para a deposição foram antecipados e, justamente antes da hora H, nossos companheiros fizeram voar pelos ares o principal centro de comunicações, de modo que Amin ficou isolado dentro do seu palácio presidencial. Nossas forças atacaram às 10 horas da noite de 27. Foi uma operação bem planejada. Esperava-se a liberação da prisão em cinco minutos. De fato, a fim de evitar um banho de sangue, isso levou entre dez a doze minutos, sem que qualquer dos presos sofresse um arranhão".

### Um processo irreversível

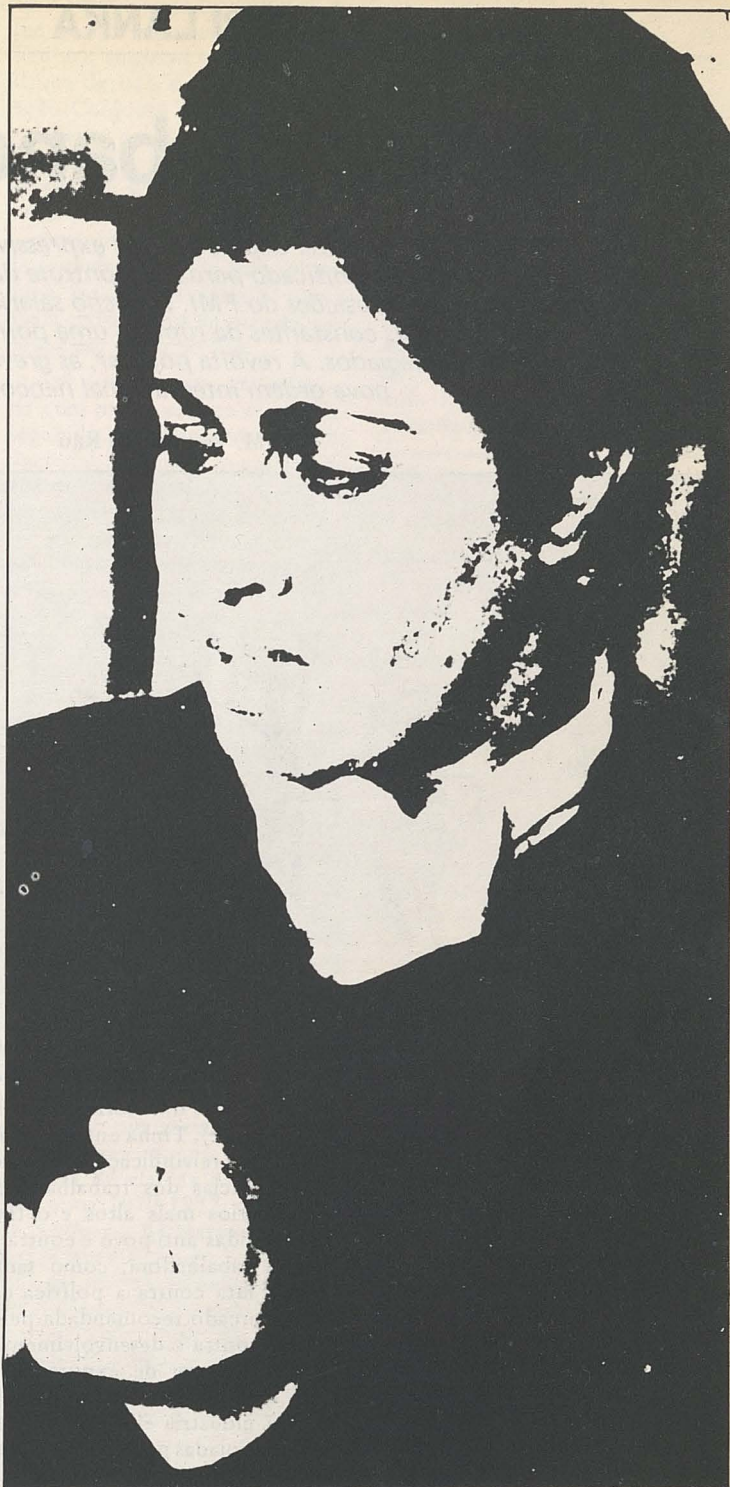
Perguntei-lhe quais são, agora, as principais tarefas.

"A tarefa mais importante", respondeu ela, "é trabalhar junto

com o PDPA para reconstruir o partido de maneira a conseguir o máximo em unidade, a refazer a nossa própria organização depois das terríveis perdas que sofremos e ajudar os sindicatos e as organizações de jovens a fazerem o mesmo. Só então poderemos começar a levar adiante outras urgentes tarefas nacionais, tais como a campanha contra o analfabetismo, para sairmos do nosso atraso social e da nossa condição econômica.”

O que você pensa sobre a condenação do Afeganistão no mundo ocidental, e por uma grande parte dos Estados islâmicos, por terem aberto as portas do país à intervenção soviética? — perguntei a ela.

“Para nós, é clara a razão de alguns países ocidentais, especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra, não terem gostado disso. É que eles ‘perderam’ o Afeganistão de maneira definitiva e total. Eles falam muito em defender os “direitos dos muçulmanos”, desencadeando a maior campanha de calúnias contra o Afeganistão e a União Soviética, nossa fiel amiga durante quase 62 anos. Somos muito gratos ao fato de que, na hora da nossa maior necessidade, a União Soviética tenha vindo em nosso auxílio. É uma piada cruel Carter agora se apresentar como um “campeão de direitos humanos” e “defensor do Islã”. Onde estava a voz de Carter quando milhares e dezenas de milhares de nossos melhores patriotas — inclusive muitos sacerdotes muçulmanos — estavam sendo torturados e massacrados? O mesmo para a Inglaterra: ela invadiu nosso país três vezes, para tentar anexá-lo ao seu império. Três vezes ela foi derrotada. Agora ela está pretendendo se introduzir pela porta de trás, sob o pretexto de nos “neutralizar”! Fizemos uma revolução. Com grande dificuldade nós a defendemos. O que aconteceu é irreversível.” □



A revolta faz parte das mulheres: “fizemos uma revolução; com grande dificuldade nós a defendemos; o que aconteceu é irreversível”

# À beira da bancarrota

*Há três anos no poder depois de uma expressiva vitória eleitoral, o Partido Nacional Unificado perdeu o controle da política econômica, aceitando as imposições do FMI. Arrocho salarial, alto custo de vida, desvalorizações constantes da rúpia — uma política voltada para uns poucos privilegiados. A revolta popular, as greves, a luta contra uma nova ordem internacional neocolonial*

M. Venugopala Rao



A ilha-república que fica no extremo sul do subcontinente indiano, está entrando na fase mais controvertida de seu desenvolvimento econômico — com os consequentes desdobramentos políticos — às vésperas do terceiro aniversário da vitória eleitoral alcançada em 1977 pelo Partido Nacional Unificado, atualmente no poder. Essa fase foi marcada pelo primeiro grande confronto entre o governo e o movimento sindical de oposição.

Uma greve geral convocada para 21 de julho (o dia anterior

ao aniversário da vitória do partido dirigente). Tinha entre as suas principais reivindicações não só as exigências dos trabalhadores por salários mais altos e o fim das medidas anti-povo e contra a classe trabalhadora, como também a luta contra a política de livre mercado recomendada pelo FMI e contra o desenvolvimento de um “boom de exportação” com base nos têxteis, nos produtos da indústria eletrônica e outras, e apoiadas pelas corporações multinacionais. A criação de uma zona de livre comércio é um exemplo disso. O movimento da

classe trabalhadora, durante muito tempo dividido, começa a se unir. Os resultados da confrontação poderão ser cruciais, não apenas para o Sri Lanka, como para outros países da região.

## Ameça à estabilidade

“O governo do Presidente Jayawardene adotou por sua livre e própria deliberação a maior parte das medidas recomendadas pelo FMI”, diz um recente comentário sobre a situação econômica do Sri Lanka. Hoje a ilha-república se vê em-

purra cada vez mais para o fundo da armadilha que o Fundo Monetário Internacional armou para ela e se vê presa nos círculos cada vez mais estreitos estabelecidos ao redor de si pelos Estados Unidos, no jogo pelo poder que se desenrola na área. O governo do Partido Nacional Unificado, chefiado por Junius Jayawardene, admite a escalada de uma "severa crise financeira" e de uma economia semelhante a "uma flauta soprada por todos os ventos." Mas não admite, nem faz uma discussão séria sobre as novas dimensões das privações pelas quais passa a maioria do povo, devido à séria carência de fundos para os necessários projetos de desenvolvimento.

O apoio do FMI e outros créditos são usados para inundar o país com uma grande variedade de produtos importados, no fornecimento de bolsas para viagens ao exterior, privilégios de poucos, e para o câmbio ilimitado de moeda em transações de importação e exportação do mercado livre. A carga sobre os mais pobres, agravada pela inflação crescente (admite-se que a inflação agora está entre 30 e 35% e calcula-se que, por volta de 1983, ela atingirá os 100%, "a menos que sejam tomadas medidas corretivas", de acordo com o ministro das Finanças, Ronnie de Mel), foi aumentada pela retirada dos subsídios governamentais para a maioria dos artigos de consumo diário e o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade como farinha, pão, açúcar, combustível e gás de cozinha. As passagens de ônibus e trem aumentaram e as tarifas postais e de telefones tornaram-se mais caras.

Já não é fácil para o governo e seus planejadores econômicos tentarem convencer o povo de que o ano 2000 está perto, e, com ele, o progresso. Repetidos choques entre o governo e o movimento da classe trabalhadora do país, conduzido pela opo-

sição (que é mais importante do que a sua representação parlamentar), sugerem o contrário. A última decisão de um Comitê de Ação Conjunta de Sindicatos de ir adiante e organizar uma greve geral no dia 21 de julho, a despeito de ter o governo assumido poderes de emergência para evitar a greve, mostra que a "calma" desfrutada pelo país durante três anos, ou a "estabilidade" que o governo foi capaz de manter, podem estar perto do fim.

Até pouco tempo atrás não se via com muita clareza essa crise. Seguindo a tradição do Partido Nacional Unificado, o partido da situação e dos privilegiados, o presidente Jayawardene tem agido, nas palavras dos seus admiradores, como "o menino queimado que não teme o fogo do FMI nem as armadilhas da Livre Empresa". Ele foi Ministro das Finanças do governo do Partido Nacional Unificado em 1953 e aceitou quase todas as exigências do FMI. Concordou em cortar, pela primeira vez, os subsídios de alimentos, inclusive uma merenda grátis para escolares pobres. Os protestos se tornaram violentos e nas eleições realizadas três anos mais tarde, o governo do P.N.U. sofreu uma grave derrota: o próprio Jayawardene perdeu seu lugar no parlamento.

Nos anos que se seguiram — exceto no período de 1966-69, quando novamente o PNU esteve no poder — houve a frágil experiência de um socialismo democrático, baseado na desunião e na falta de clareza da esquerda. Nos anos 1970-1977, o governo de Sirimavo Bandaranaike, protegida durante muito tempo pela imagem liberal-radical dada à sua organização, o Partido Liberal do Sri Lanka, por seu falecido marido e antigo primeiro-ministro do Sri Lanka, S.W.R.D. Bandaranaike, falhou em construir uma coalisão estável de forças progressivas de esquerda. Mas, tendo herdado uma economia despedaçada e com a maior parte

dos recursos do país em mãos estrangeiras, o governo de Bandaranaike fez o que pôde para erguer as bases de uma economia própria, através do planejamento estatal, da nacionalização, das restrições ao câmbio e do controle nas importações. Procurou diminuir as dificuldades de vida do povo pela reintrodução e maior extensão de subsídios estatais à maioria das mercadorias de consumo corrente. Mas o FMI, cuja assistência também foi solicitada por seu governo, foi cada vez mais hostil à orientação econômica dada pelo Estado.

### Sirimavo x FMI

Assim, a ilha sofreu uma mudança política, tanto pela inabilidade da coalisão chefiada por Sirimavo Bandaranaike para conseguir unidade, como também através dos esforços do FMI para controlar o país economicamente. Desse modo, o ano de 1977, quando o governo caiu e o partido Nacional Unificado subiu novamente ao poder com uma grande maioria, marcou o início da "construção de uma economia de mercado", nas palavras do Ministro do Comércio e Navegação, Lalith Athulathumudali, o maior porta-voz da filosofia econômica do P.N.U. Esse foi também o ano da completa aceitação de um pacote de medidas do FMI e do Banco Mundial, transformando uma economia mista orientada para o setor público em uma economia de mercado a todo o vapor, baseada na livre empresa capitalista. De novo, a ajuda do FMI começou a correr livremente, à medida em que o governo de Jayawardene desmantelava os controles do Estado e o planejamento abria largamente a economia ao investimento estrangeiro: deixava que a alocação de recursos fosse governada pelo mecanismo dos preços; desnacionalizava vários setores da economia e dava prioridade ao crescimento orientado para a exportação. Foi o ano em que a rúpia (dinheiro

do país) do Sri Lanka foi desvalorizada em quase 50%.

Dizem que nos últimos 36 meses, desde julho de 1977, quando o novo governo foi empossado, o FMI e o Banco Mundial bombearam dinheiro suficiente para construir uma economia de mercado totalmente livre, no Sri Lanka. A zona de livre comércio, agora em desenvolvimento perto de Colombo, é a última extensão desta filosofia. Isto, no entanto, está tendo efeitos curiosos, tais como movimentos para mudar as leis que proíbem o trabalho noturno de mulheres em indústrias eletrônicas e outras indústrias que estão se estabelecendo na zona.

O pacote de medidas colocada em ação e aprovado pelo FMI incluiu: 1 — relaxamento dos controles de importação, liberalização da importação (com algumas tarifas para proteger a indústria local); 2 — liberalização de troca de moeda estrangeira e maior liberdade para viajar; 3 — altas taxas de juros, unificação do câmbio e desvalorização e flutuação da rúpia; 4 — obtenção do maior volume possível de ajuda externa, garantindo-se condições muito favoráveis para o investimento estrangeiro; 5 — promoção do turismo, etc.

O influxo de largos créditos do FMI para tais propósitos, somado à desvalorização da rúpia, foi, sem dúvida, o motivo de uma alta taxa inflacionária e de um grande aumento nos preços de todos os serviços e mercadorias essenciais. Demonstrando uma falta de preocupação com o interesse nacional, comum aos capitalistas-compradores de sociedades pós-coloniais, eles ignoraram as indústrias em desenvolvimento no país e investiram pesadamente em importações de mercadorias de luxo para terem lucros rápidos e grandes. Com o passar dos anos, isso se tornou um embaraço para o governo, que não foi capaz de justificar a

importação de caríssimas mercadorias de luxo para poucos diante das necessidades de muitos. Tentativas de impor regras (“mesmo as mais avançadas economias de mercado do mundo, com a dos Estados Unidos, Europa e Japão tem regras”, disse, recentemente, o porta-voz do governo) que “encorajem a empresa e a iniciativa mas desestimulem a monopolização do mercado” não foram bem sucedidas. E tentativas de “levar as vilas para o setor comercial”, pela organização de feiras e bazares e de aumentar os níveis dos impostos dos que vivem na área rural também não deram certo. Superficialmente, a estrutura de uma economia de mercado parece ter sido construída, mas, para a maioria do povo de Sri Lanka, o ano 2000 parece estar muito longe.

#### Apertar o cinto

Realmente, a situação é sombria. Enquanto que, para atender às condições do FMI, quase todos os subsídios foram retirados, inclusive gastos governamentais em programas de segurança social, foi dito ao povo que era necessário apertar o cinto e “sofrer por um pouco de tempo para ganhar durante muito tempo, pois os cofres estatais estavam vazios”. Recentemente, o governo emitiu 100 milhões de rúpias (16 rúpias = 1 dólar) em letras do tesouro. Isto foi feito mesmo depois que o ministro das Finanças foi a Washington, Viena, Londres, Estocolmo e Bagdá para levantar 400 milhões de dólares americanos (6.400 milhões de rúpias de Sri Lanka) para fazer frente ao déficit em relação às importações. Ele voltou frustrado. Declarou que tinha encontrado os países que dariam ajuda em más condições financeiras e que o Sri Lanka não podia mais continuar “correndo o chapéu”.

Atualmente o Sri Lanka deve a bancos estrangeiros e instituições internacionais de emprésti-

mos 15.841 milhões de rúpias e a dívida pública total do tesouro é estimada em 35.475 milhões de rúpias. Há notícias de que o Banco Mundial e o FMI estão pressionando o governo para desvalorizar a rúpia em mais 40%. Como vários entendidos em economia ressaltaram, a desvalorização de 1977 não ajudou a economia: qual será o resultado de uma outra desvalorização? Mesmo que o governo concorde com uma nova desvalorização, o FMI e o Banco Mundial não estão dispostos a conceder novos auxílios, a menos que o Sri Lanka consiga um terço da ajuda ao projeto em outras fontes, como bancos comerciais internacionais, por exemplo. Para isto, o Sri Lanka tem que oferecer boas garantias de reposição, sob a forma de bens potenciais. Isto não será possível, a não ser que se consiga assistência do FMI e o Banco Mundial ao projeto. É um círculo vicioso dentro do qual o projeto de se conseguir uma economia de livre mercado conserva o país preso.

Ao apresentar ao parlamento o seu orçamento para 1980, o ministro das Finanças, Ronnie de Mel, falou da taxa de crescimento de 8,2% alcançada em 1979. O que ele disse foi que a taxa de crescimento, baseada sobre a prosperidade de poucos, aos quais o sistema de livre empresa serve, não é o que o desenvolvimento econômico real, para o benefício das verdadeiras massas do povo, deve trazer. Essa obsessão com as taxas de crescimento prescritas pelo Banco Mundial e pelo FMI certamente não se restringe ao Sri Lanka. É uma cruz que muitos países do Terceiro Mundo carregam. No Sri Lanka governos sucessivos durante as últimas duas décadas têm recebido conselhos semelhantes e têm caído mais ou menos na mesma armadilha: a de tentarem alcançar uma taxa de crescimento teórica a custo de enormes empréstimos do exte-

rior, enquanto os recursos e a poupança gerados pelo país eram suficientes para os gastos correntes do dia a dia do governo. Os orçamentos dos últimos três anos apresentados pelo governo do P.N.U. tem revelado uma larga defasagem entre receitas e despesa. De acordo com estimativas, o montante das operações de gasto de capital terá de ser financiado inteiramente por empréstimos do exterior e não por poupanças públicas. Para o governo é difícil convencer o povo de que está próximo o dia em que o país poderá crescer com seus próprios recursos e que muitos governos estrangeiros estão oferecendo créditos volumosos ao Sri Lanka. Não há como evitar o protesto popular.



Com o FMI dirigindo a política econômica do país, o povo trabalha cada vez mais e ganha cada vez menos

### Tensão social

O país ficou relativamente tranquilo durante muito tempo, mais ou menos até junho deste ano, quando as forças de oposição, que tinham perdido as eleições de 1977, se uniram, a despeito de suas diferenças internas, para enfrentar a séria situação pela qual a classe trabalhadora, e todo o país, passavam. Salários-desemprego para um número limitado da juventude desempregada e aumentos de salários, para os empregados nos setores público e privado foram usados pelo governo na tentativa de dividir os trabalhadores e de fazer parar os protestos contra o regime. No entanto, estava claro que o governo mergulhava num período de tensões sociais.

Os métodos sutis usados pelo FMI para convencer o governo a endurecer a política, como tem sido feito nos últimos três anos, não surtem mais efeito para instrumentalizar sua ação anti-povo. Enquanto, na confrontação de junho entre o governo e os sindicatos, a violência foi evitada, não se sabe o que pode acontecer daqui para frente.

A decisão dos sindicatos, apoiada por todos os partidos políticos de oposição, inclusive o P.F.L.S. de Sirimavo Bandaranaike, de uma greve geral às vésperas das celebrações oficiais para o terceiro aniversário do governo do P.N.U. (a 22 de julho) marcou uma mudança política no país. A decisão do governo de assumir poderes de emergência foi tomada pela deliberação de todas as forças políticas, inclusive a influente Frente de Libertação Unida Tamil (que até agora apoiava o governo), de apoiar a greve. Como disse seu líder, A. Amrithalingam, isso pode significar o começo de uma luta mais séria das massas contra a política econômica do governo e contra a sua atitude frente às reivindicações dos trabalhadores e do povo.

As estradas de ferro foram paralizadas, uma greve de enfermeiras sacudiu o funcionamento de hospitais do governo, os exames nas universidades chegaram a ser adiados, funcionários públicos e outros trabalhadores do governo e de serviços locais governamentais (correio e telecomunicações, portos e transportes por estradas) também estão contra o regime.

O P.F.L.S. tem menos que uma dúzia de representantes no parlamento. Obviamente, as

medidas econômicas e políticas tomadas pelo governo o isolaram completamente do povo. A ocupação com o empobrecimento do povo e com a permissão dada às multinacionais para explorarem os recursos limitados do país (especialmente no contexto da zona de livre comércio, que está sendo estabelecida) está ligada ao apoio do governo do P.N.U. à estratégia americana, militar e política, na área.

A crescente movimentação de navios de guerra americanos à volta de Sri Lanka e frequentes chamadas dos navios da Sétima Frota no porto de Colombo são vistas como evidência desse apoio. O porta-voz do governo tem negado que o Sri Lanka esteja considerando a possibilidade de conceder facilidades para a instalação de uma base naval dos EEUU, na ilha. No entanto, outras facilidades são prováveis.

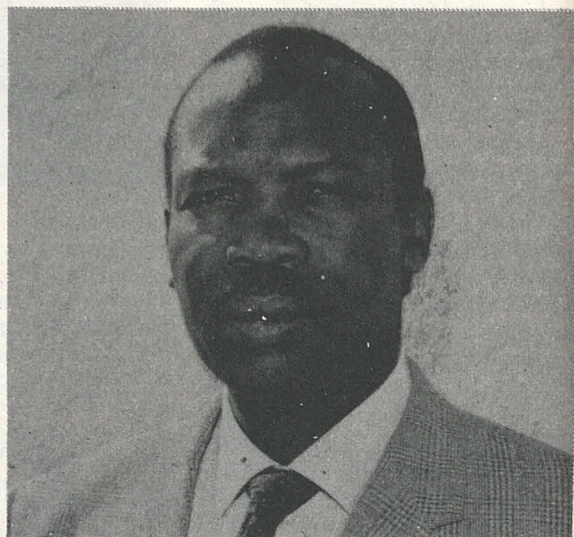
Partidos políticos e jornais de oposição consideram difícil que a estratégia econômica seguida pelo governo — por sua própria iniciativa ou por imposição do FMI — e sua orientação na política exterior não sejam partes de um todo: um esforço para ligar o futuro da classe dirigente do Sri Lanka aos esforços mais amplos de impor uma nova ordem internacional neo-colonial. □

# PANORAMA

## TRICONTINENTAL

### BOTSWANA

# A morte de Seretze Khama



Com o território limitado ao sul e sudeste pela África do Sul, parte do norte e nordeste pela antiga Rodésia (hoje Zimbábue) e todo o oeste pela Namíbia ocupada, além de sua própria economia ser totalmente dependente dos racistas sul-africanos, o que fazer por Botswana? O presidente Seretze M. Khama que morreu de câncer, aos 59 anos, no *13 de Junho*, não duvidou e durante a visita à Tanzânia, em setembro de 1974, tomou publicamente uma decisão: apoiar os movimentos de libertação da África Austral. E, a partir das independências de Angola e Moçambique, em 1975, passou a formar, com essas nações mais a Tanzânia e a Zâmbia, o que se conhece como grupo dos Países da Linha da Frente. Política corajosa, tendo-se em conta que os sul-africanos controlam toda a sua economia.

Botswana, ex-protetorado inglês que tem 700 mil habitantes é o quarto produtor mundial de diamantes, mas os lucros ficam com a subsidiária da firma sul-africana De Beers, a De Beers Botswana Mining Company – Debswana. Essa empresa monopoliza a produção e o comércio internacionais de diamantes através de sua Organização Central de Vendas (CSO), que tem sede em Londres. Dito grupo é dirigido por Harry Openheimer, representante também da poderosa Anglo American Co.,

com quem o presidente Seretze Khama se encontrou em agosto de 1979 para inaugurar as linhas diamantíferas de Orapa (a segunda maior mina do mundo) e Letlhakane.

Precisamente, o rápido crescimento da indústria de diamantes está quase transformando a estrutura econômica do país. Desde a independência, em 1966, o principal recurso foi o gado, com 80% da população dependente do lucro da produção da carne. No ano passado, Botswana exportou 230, 97 milhões de dólares em diamantes, representando 51% do total das exportações, que é de 438, 71 milhões de dólares. Em 1980 espera-se um índice ainda maior de exportação com o aumento da produção nas minas de Orapa e Letlhakane.

---

#### Apesar da dependência, atitude valente

---

Os sul-africanos controlam os produtos agrícolas, as minas de diamantes, de cobre, de níquel, etc. Apenas em 1976, a moeda, que até então era o *rand* sul-africano (devido à união alfandegária existente), foi substituída pela *pula*, divisível em 100 *thebe* e que equivale, na atualidade, algo assim como 0,7784 de dólar norte-americano.



A dependência se estende também à área das comunicações dos portos e do sistema de transportes. A emigração de trabalhadores para a África do Sul assegura mais de 25% do Produto Nacional Bruto (PNB). É diante desse quadro sombrio que a adesão de Botswana deve ser considerada como uma clara manifestação da vontade de Khama de se afastar do controle racista. Numa tentativa de orientar a política do seu governo e do seu partido (Partido Democrático de Botswana) nesse sentido, o falecido presidente se reuniu em Moçambique, no mês de maio deste ano, com o chefe de Estado, Samora Moisés Machel. Naquela oportunidade, ambos estadistas conversaram sobre as formas de complementar as decisões da Cimeira Econômica de Lusaka (realizada dois meses atrás) e discutiram aspectos da preparação da II Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, que se realizará em Maputo, em novembro próximo.

É importante lembrar que na reunião, levada a cabo na capital da Zâmbia, da qual participaram Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana, Swazilândia, Lesotho e Malawi, debateu-se a implantação de sistemas de cooperação entre os países representados e a formulação duma política comum, contra a dependência em relação a África do Sul. À Botswana, na divisão das tarefas, coube a realização de estudos sobre o controle da febre aftosa e a criação de um Centro de Pesquisa Regional de Agricultura para estudar os problemas das zonas áridas ou afetadas por secas cíclicas (ver cadernos nº 24).

Cinco dias após a morte do Presidente Seretse Khama, o ex-ministro das Finanças e ex-vice-presidente da Nação, Quett Masire, foi eleito em sessão especial da Assembléia Nacional como o novo presidente da República. Nos meios políticos africanos, onde a escolha do sucessor de Khama era aguardada com grande interesse, prevê-se que Masire deverá manter a opção política de seu antecessor no sentido de se aproximar cada vez mais dos novos Estados africanos independentes — principalmente Moçambique e Angola, e agora, também o Zimbábue — para fortalecer sua decisão de cortar a dependência econômica da África do Sul.

*Carlos Comitini*

## ARGÉLIA: Reestruturação na FLN

□ A nomeação do novo Bureau Político da Frente de Libertação Nacional (FLN), o partido que dirige o governo, e a remoção institucional anunciada no dia 15 de julho, confirmam a decisão do presidente Benjedid Chadli de continuar aplicando as linhas fundamentais da política que caracterizou o país nos últimos quinze anos.

O Bureau Político de dezessete membros ficou reduzido a sete, entre os quais se sobressaem o ex-Ministro dos Assuntos Estrangeiros Abdelaziz Buteflika e o coronel Mohamed Yahiaoui, até o mês passado coordenador do partido.

Na sua primeira reunião sob a presidência de Chadli, secretário-geral da FLN, o Executivo do Comitê Central decidiu no dia 16 de Julho, uma reestruturação da direção do partido, nomeando cinco comissões e um secretariado permanente. Os assuntos econômicos e sociais, confiados anteriormente a Belaid Abdesselam, ficarão agora com Mohamed Said Mazuzi, membro do Bureau Político que dirigia a comissão de organização geral; Abdelhamid Mehri dirigirá a área de informação e cultura, tarefa que desenvolvia no governo antes de ser substituído por Bualem Bessaieh; Slimane Hoffman continua à frente da comissão de relações exteriores; Mohamed Djerraba presidirá a comissão de organização geral; e Amar Ben Auda, controlará a disciplina no interior da FLN. Finalmente, o presidente Chadli colocou como "responsável do Secretariado Permanente do Comitê Central" o ex-ministro dos Antigos Combatentes (os Moudjahides), Mohamed Chérif Messaadia.

Sobre a reestruturação no aparelho do Estado, anunciada um dia antes, não há maiores novidades. A maior parte dos componentes do governo continua em seus cargos, e só em seis pastas, de menor importância, houve troca de responsáveis.

## **Agressão contra Angola**

□ Em sua edição da primeira semana de agosto, a revista brasileira "Veja", publicou a seguinte nota, sob o título "Reagan quer virar o jogo em Angola": "A equipe dos planejadores políticos do candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, Ronald Reagan, trabalha com a idéia de mudar a situação política em alguns países onde, para a administração Carter, os governos anti-americanos representam fatos consumados. Reagan pretende agir contra Cuba e, sobretudo, em Angola, provavelmente unindo-se abertamente à África do Sul no apoio às guerrilhas da UNITA, pró-ocidentais. Os republicanos esperam que o Brasil, uma vez consultado, apoie essa virada, pelo menos nos foros internacionais."

A informação não traz maior novidade em relação a Reagan, cuja plataforma ultra-reacionária defende sem rodeios posições mais agressivas contra os países independentes e progressistas, principalmente aqueles que, como Angola, estão à vanguarda da luta anti-imperialista. Na verdade, entre um governo de Reagan e a atual política norte-americana a diferença é apenas de grau. Embora se esforce para não aparecer diretamente na permanente agressão sul-africana a Angola, é evidente que atrás da mesma, ou junto a ela, está o Pentágono.

O que o sr. Reagan, através dos seus assessores, pensa em fazer é atuar mais abertamente. Mas é evidente que essa política também traz, para os Estados Unidos, riscos maiores.

O importante dessa posição pública de um candidato que tem chances de ganhar as eleições presidenciais dos Estados Unidos é saber o que ele pensa em relação ao campo progressista, particularmente, a Cuba e Angola.

Também tem o mérito de chamar a atenção de governos, grupos e pessoas contrárias à guerra e partidárias do respeito à soberania de qualquer país, para a permanente conspiração que enfrenta o governo de Angola, já que, em relação a Cuba, essa situação está muito conhecida e divulgada.

Angola tem enfrentado agressões sucessivas da África do Sul, seja através de fantoches que financia, alimenta e arma dentro de Angola, como é o caso de Savimbi e o seu grupo, a UNITA, ou diretamente com invasões do seu exército.

Os últimos ataques sul-africanos ao sul de Angola, sob o pretexto de destruir bases guerrilheiras da SWAPO, da Namíbia, foram operações militares de grande porte. O exército angolano, que se revelou uma força bem treinada, usando material de guerra muito moderno e estimulado por um espírito de luta que surpreendeu os agressores, não só conteve as agressões como em muitos casos fez a "soldadesca" sul-africana retroceder, destruindo os seus tanques e abatendo os seus aviões.

Esta última ofensiva do regime racista de Pretória deveria contar com o apoio de uma rede interna de sabotadores recrutados pela UNITA e pagos pelos sul-africanos. Há meses esses "bombistas" vinham praticando toda sorte de crimes jogando explosivos, transportados desde a África do Sul, em mercados, cinemas e outros locais públicos.

Os sul-africanos tiveram, nesse caso, sua segunda surpresa. Além de encontrarem no campo de batalha um novo exército angolano, também enfrentaram a eficácia dos serviços angolanos de segurança internos que, amplamente apoiados pelo povo, desbarataram a rede de sabotadores. Vários deles foram presos e condenados a penas severas, inclusive o fuzilamento. "Jamais perdoaríamos o tribunal que julga essa gente se não atuasse com energia", dizia em Luanda a um repórter da nossa revista um parente de uma das vítimas dos atentados terroristas.

Angola esta resistindo eficazmente a essa conspiração que, mesmo sem o sr. Reagan chegar ao poder, conta com evidente apoio dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Os angolanos são, hoje, uma linha de frente na luta contra o racismo e o neo-colonialismo. Contam, assim, não apenas com as simpatias mas com o apoio militante dos que lutam por um mundo de justiça e respeito à vontade dos povos.

## Presença do México

O Presidente do México realizou uma visita a três países latino-americanos: Brasil, Cuba e Costa Rica. Em todos se celebraram negociações econômicas importantes.

No Brasil, além do aumento de fornecimento de petróleo mexicano, de 20 mil para 50 mil barris diários, ficou acertado que o Brasil abastecerá com minério de ferro uma siderurgia binacional, que funcionará no México e que terá uma produção de três milhões de toneladas. Outros itens de menor importância completaram a lista de acordos econômicos num protocolo assinado pelos presidentes Figueiredo e López Portillo.

Acordos igualmente importantes foram celebrados em Cuba, principalmente relacionados com a venda ao México de 800 mil toneladas de açúcar e um amplo intercâmbio tecnológico que fortalecerá a luta dos dois países contra a dependência estrangeira.

Na Costa Rica, os acordos latino-americanos foram ampliados com a presença simultânea do presidente da Venezuela, Herrera Campins, reunindo, assim, os mandatários dos dois maiores produtores de petróleo da região. Os acordos assinados ganharam uma especial transcendência.

México e Venezuela comprometeram-se a abastecer a área com 160 mil barris de petróleo por dia e a contribuir com o financiamento de sua compra.

Como se sabe, os países da região atravessam grandes dificuldades econômicas, em parte derivadas da importação de energéticos. Com o programa estabelecido por López Portillo e Herrera Campins, que beneficia, além da Costa Rica, Barbados, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, os dois governos outorgarão a esses países, a juros de quatro por cento ao ano, créditos equivalentes a trinta por cento das suas faturas de compras de petróleo. O prazo para o pagamento da dívida é de cinco anos, mas se os recursos derivados destes créditos se destinarem a planos econômicos prioritários, sobretudo relacionados com a produção de energéticos, então o prazo se estenderá para 20 anos, com juros de dois por cento ao ano.

No entanto, nem tudo foi petróleo e minérios nas visitas de López Portillo. Na Costa Rica e em Cuba, o presidente mexicano fez declarações políticas importantes. Falando a mais de um milhão de cubanos, que lhe tributaram uma recepção triunfal, Portillo advertiu aos "navegantes" que não metam a mão (ou melhor, que tirem a mão) de Cuba. "Nada suportaremos — disse — que se faça a Cuba, porque sentiríamos como se fizemos a nós mesmos. Assim o demonstramos, assim seguiremos fazendo, num exercício de consciência histórica que nos liga profundamente a esta pátria americana, de que Cuba e México devem ser apoio, projeção e compromisso".

Ainda no campo político: nos meios de comunicação da Améri-

ca Central e México foi notada a ausência de presença popular nas homenagens que López Portillo recebeu no Brasil. O programa não previa atos que pudessem permitir um contato do presidente mexicano com o povo. Mesmo em São Paulo, quando se esperava que o seu programa fosse mais flexível, o governador Maluf — ele próprio um empresário — recrutou os interlocutores do presidente do México na Federação das Indústrias e na Associação Comercial, marginalizando o povo e setores representativos da vida política e social do Estado.

É possível que essa programação tenha deixado nos jornalistas que acompanharam López Portillo uma impressão equivocada dos sentimentos dos brasileiros para com o México, mas estes sem nenhuma dúvida, são de simpatia e apreço.

## Ensino gratuito na Libéria

O governo de Samuel Doe decidiu que a partir de 1º de Julho, o ensino será gratuito em todas as escolas nacionais librianas, ao mesmo tempo em que solicitou aos proprietários de colégios privados que diminuam consideravelmente o preço das anuidades. O novo governo de Monróvia também aumentou os salários e pretende melhorar as condições de vida dos professores como forma de estimular o seu trabalho.

A reforma educacional em curso no país visa a elaboração de programas que assegurem para a Libéria a formação de quadros qualificados que sirvam aos diversos ramos da economia

## Moçambique muda a moeda

□ A recente troca da moeda de Moçambique permitiu a neutralização de mais de um bilhão de escudos moçambicanos que se encontravam no exterior (aproximadamente 32 milhões de dólares). O fato foi revelado pelo ministro da Segurança, Jacinto Veloso, no decorrer de uma sessão da Assembléia Popular em Maputo.

Ao ler em plenário o relatório da Comissão de Troca, Jacinto Veloso disse que um dos objetivos da mudança era a anulação de atividades inimigas: o dinheiro colonial era utilizado dentro e fora do país para financiar os mais diversos atos de sabotagem e banditismo.

A operação de troca, feita através de 1.300 postos de recepção, foi efetuada em três dias e mobilizou 12 mil pessoas. Foram utilizados 250 caminhões, 800 viaturas ligeiras, helicópteros, aviões, embarcações e motocicletas.

O povo recebeu a nova moeda como um signo de reafirmação da soberania nacional e a liquidação dos últimos vestígios do colonialismo. Nas cidades e nas zonas camponesas, todos correram, com absoluta confiança na nova moeda, a trocar os antigos escudos pelos novos meticais.



## URUGUAI — Plano de extermínio

□ Um novo plano para eliminar opositores políticos está sendo tramado por setores direitistas uruguaios sob o nome de Trelew: inspirada na operação realizada por direitistas argentinos, que, em 1972, executaram 16 prisioneiros políticos, sob a alegação de que aplicavam a "lei da fuga, na base de Trelew — 500 quilômetros de Buenos Aires —, a ofensiva terrorista iniciou-se a 26 de maio, com a viagem do major Mauro Maurino e do tenente-coronel Fausto González a Buenos Aires.

Os dois oficiais uruguaios foram recebidos na Argentina pelos coronéis Antônio Regueiro e Juan Carlos Ruiz para visitar as unidades responsáveis pela custódia dos presos políticos argentinos, a prisão de Rawson e a base aeronaval de Trelew, além de se

encontrar também com as maiores autoridades da prefeitura naval argentina.

Mauro Maurino e Fausto González destacaram-se no Uruguai como figuras de linha de frente da repressão, sendo que González foi comandante do quartel da cidade de Salto e ordenou a tortura de operários grevistas, quando ocupava o cargo.

O encontro dos militares dos dois países serviu para que fossem discutidos não só os aspectos técnicos da operação de 1972, em Trelew, mas sobretudo sua influência sobre o processo de abertura política que nesse momento se iniciava sob a presidência do General Alexandro Lanusse.

Por outro lado, comenta-se que do encontro resultou a elaboração de uma lista com 74

nomes de presos políticos da prisão da cidade de Libertad — 150 quilômetros de Montevideo —, que seriam alvo da operação, elaborada por Maurino e González.

Esta nova ofensiva da direita uruguia contra seus opositores talvez tenha a mesma sorte daquela denominada "Atica", que seria desencadeada em dezembro passado.

As oposições uruguaias acreditam que o plano Trelew teria como causa a retaliação pelo fracasso do governo na tentativa de obter apoio dos partidos *Blancos* e *Colorados* ao seu projeto de realizar um plebiscito constitucional até o final do ano. Some-se a isso, a feroz oposição dos setores mais duros do exército que se negam a aceitar qualquer tipo de jogo político e lutam somente por uma tenaz e persistente repressão interna.

## A Declaração de Yaoundé

Com a aprovação da "Declaração de Yaoundé", foi encerrada a Conferência Regional sobre Política de Comunicação na África. Vinte e sete países africanos assinaram a declaração e afirmaram que os problemas que enfrentam no campo da comunicação fazem parte da "herança colonial", já que "a descolonização política nem sempre seguiu a descolonização da vida cultural".

Os países participantes da Conferência consideraram que "a utilização sistemática dos órgãos de informação deve reforçar a unidade nacional para a mobilização de todas as energias em busca do desenvolvimento e, em função, de uma grande participação das massas populares na in-

formação, no fortalecimento da unidade africana e no combate contra aqueles que tentam dividir o continente."

O documento de seis páginas destaca o interesse dos 27 Estados africanos no desenvolvimento dos meios tradicionais de comunicação social, assim como na introdução de métodos modernos para se atingir os objetivos de descolonização: "o intercâmbio de mensagens e de conhecimentos faz-se segundo os diferentes meios de comunicação, que vão desde o ritual ao computador, do tam-tam ao satélite" — diz o documento aprovado.

Existe, no entanto, a consciência de que estes objetivos só poderão ser alcançados a longo pra-

zo, já que a África quase não dispõe de agências de notícias com desenvolvimento técnico e recursos humanos com capacidade para desenvolver projetos muito ambiciosos. O continente também não tem fábricas de papel em número suficiente para assegurar altas tiragens dos jornais diários: em número de exemplares por habitantes suas publicações ocupam os últimos lugares do mundo.

A Agência Panafricana de Notícias (PANA), que ainda está dando os seus primeiros passos, deverá se converter num instrumento chave para a implementação das resoluções de Yaoundé. Foi solicitada uma ajuda a UNESCO, através de seu Diretor-Geral, Mamadou Mahtar M'Bow, assim como a todos os participantes da Conferência, a fim de mobilizar recursos para que a PANA comece a funcionar o quanto antes e com um número suficiente de profissionais.

## O governo francês contra o diretor de "Afrique-Asie"

Protestos a nível mundial impediram que fosse concretizada a decisão do governo francês de expulsar do país o diretor da revista alternativa de política internacional "Afrique-Asie", o jornalista egípcio Simon Malley.

No início de julho, Malley, que está radicado na França desde 1969 e onde mora com sua mulher e três filhos, foi convocado pela polícia parisiense para renovar os seus documentos. Ele

foi atendido pelo próprio chefe do Departamento: "não podemos proceder à renovação de seus documentos nem de sua família por ordens superiores".

Vozes do mundo inteiro se levantaram em defesa do reconhecido intelectual, que em 1972 já fora vítima de uma medida semelhante, contornado através da firme intervenção do governo argelino. Países como Madagascar, Angola, Moçambique, Argélia, Cabo Verde, Guiné (Co-

nakry), Guiné-Bissau, Mauritânia, Zimbabue, Seychelles, Somália, Congo, Benin, Irã, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa (na qualidade de Presidente da OUA — Organização da Unidade Africana) e a República Árabe Saaraui Democrática intervieram diante das autoridades francesas. A SWAPO da Namíbia, as organizações membros da Internacional Socialista e os partidos comunistas da França, Itália, Portugal, Espanha, Síria, Egito, Líbano e Irã também protestaram pela arbitrária medida. Foram feitas 14 intervenções diplomáticas diretas ao presidente francês Giscard d'Estaing, 24 dirigidas ao Ministério de Relações Exteriores e 12 ao Ministério do Interior.

No mesmo sentido, foi criado o "Comité des Amis d' "Afrique-Asie".

## Poemas africanos de Daniel Ortega

Toda a revolução carrega dentro de si um romantismo, um sentimento próprio dos poetas. Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Samora Machel são alguns exemplos de revolucionários-poetas que sentiram a necessidade de extravasar publicamente seus sentimentos, de cantar suas vitórias, chorar a morte de patriotas, falar do amor, da esperança e da conquista de um mundo melhor. Daniel Ortega Saavedra, Comandante da Revolução Sandinista, é outro desses revolucionários-poetas. Em sua recente viagem à África, sua sensibilidade explodiu mais uma vez em versos, um só sentimento de libertação entre os dois continentes.

### NOVA GUINÉ

*Em São Carlos, Nova Guiné  
Rio São João  
onde o caminho  
a estrada  
não eram mais que um mal pensamento  
para os camponeses  
Ali na selva  
três colunas  
marcaram o rumo  
abrindo caminho à esperança  
três colunas  
de quarenta homens cada uma  
cento e vinte homens  
prontos para o combate  
e os helicópteros  
e os aviões  
lá em cima  
mas mais acima  
a moral dos rebeldes  
e Somoza mobilizou a EEBI  
concentrou as melhores tropas  
em Nova Guiné  
mais de dois mil assassinos  
montaram os seus fuzis  
Os combates foram diários  
dois  
três  
e até quatro combates por dia  
cerco e emboscada da Guardia  
e o avanço incontestável  
do Batalhão "JACINTO  
HERNANDEZ"*

*Um a um foram caindo nossos irmãos  
como JACINTO HERNANDEZ,  
camponês do norte  
que foi membro da nossa Direção Nacional  
caiu "ROSENDO", Oscar Benevides  
caiu "ERNESTO", Ivan Montenegro  
caiu "DOMINGO", Adolfo García  
— os três comandantes da tropa —  
caíram quase todos  
mais de cem irmãos sandinistas  
em Nova Guiné  
E o inimigo quis cantar vitória  
mas tremeu-lhe a voz  
quando anunciou  
a morte dos guerrilheiros.*

### SALISBURY, 12 P.M.

*Zimbabwe, | O protocolo exigia silêncio  
19 de | somente o clarim deveria falar  
abril | enquanto arriava-se a bandeira  
de 1980 | do príncipe branco  
| e içava-se a bandeira  
| do povo negro  
| Mas o rugido dos shonas\*  
| e os endebeles\* \*  
\*\*\*Etnias | afogou o silêncio dos beija-mãos  
da região | do príncipe branco  
| e era algo parecido com Manágua  
| em 19 de julho  
| embora fosse diferente.*

Poemas inéditos de Daniel Ortega cedidos com exclusividade para cadernos do terceiro mundo pela publicação nicaraguense "Nuevo Amanecer Cultural"

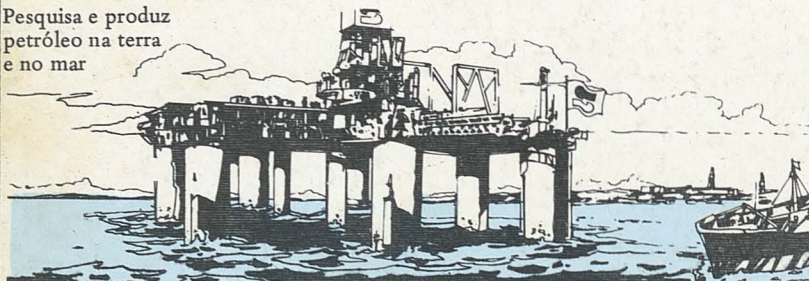
*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

# SONANGOL na reconstrução nacional

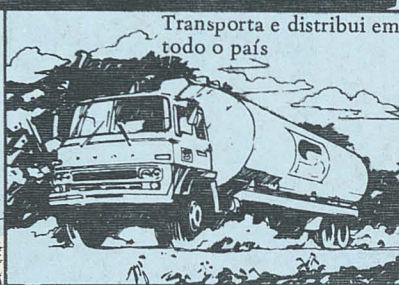
Pesquisa e produz  
petróleo na terra  
e no mar



Exporta petróleo para a  
independência econômica de  
Angola



Transformará o petróleo  
em produtos refinados  
para o desenvolvimento  
do país



Transporta e distribui em  
todo o país



Nas estações de serviço  
para todos os veículos



No campo para o  
desenvolvimento da  
agricultura



Para a cozinha



Na pesca, para a  
melhoria da  
alimentação



Na aviação, na  
melhoria das  
comunicações



Nas fábricas,  
para o aumento da produção  
nacional



Aprende e ensina sobre

as vantagens do  
petróleo, a cada dia que passa

Nascemos há pouco tempo. Crescemos  
dia a dia ajudando Angola a crescer.



Endereço: Rua Duarte Pacheco, 8  
49 Andar C.P. 1316  
Telex 3148 e 3260  
Telefones: 31690/7  
31994/5